



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MARIA EDUARDA VITÓRIA DA SILVA

**NOVOS USOS COMO FORMA DE CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL: O
CASO DA ARQUITETURA SACRA CATÓLICA.**

RECIFE

2023

MARIA EDUARDA VITÓRIA DA SILVA

**NOVOS USOS COMO FORMA DE CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL: O
CASO DA ARQUITETURA SACRA CATÓLICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação da Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da
Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do grau de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Tomás de Albuquerque Lapa

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

Silva, Maria Eduarda Vitória da.

Novos usos como forma de conservação patrimonial: o caso da arquitetura
sacra católica / Maria Eduarda Vitória da Silva. - Recife, 2023.

103 : il., tab.

Orientador(a): Tomás de Albuquerque Lapa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2023.

1. Conservação patrimonial. 2. Conservação Integrada. 3. Novos usos. 4.
Arquitetura sacra católica. 5. Imaterialidade. I. Lapa, Tomás de Albuquerque.
(Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

À Dona Clara, minha maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha jornada até aqui e foram fonte de apoio, amizade, carinho, conselho e inspiração nos momentos em que mais precisei.

Agradeço à minha família, que há seis anos atrás me viu sair de casa para ir em busca de um sonho. Agradeço especialmente a Dona Clara, por todo o incentivo e a meu pai, por me apresentar às artes: a arquitetura e a música.

Agradeço aos meus amigos, por tornarem o período de graduação mais leve. Eu não estaria aqui se não fosse pelas longas conversas e incontáveis cafés.

Agradeço ao meu melhor amigo, meu noivo, por ser um dos melhores presentes que a arquitetura me deu, por todo carinho, apoio e incentivo. Que a nossa parceria na vida e na arquitetura seja infinda.

Agradeço a ARCAM por me permitir viver a arquitetura no meu dia-a-dia ao longo desses anos de parceria e ser inspiração de profissionalismo.

Agradeço ao prof. Tomás por todo apoio e dedicação desde a Iniciação Científica, que me permitiu descobrir o campo da Conservação Patrimonial, pelo qual inesperadamente me apaixonei. Aqui agradeço também à Deyvson Amaral pela parceria durante o PIBIC, sua abordagem sobre a Conservação Integrada me foi extremamente esclarecedora.

Agradeço a todos os professores do curso pelos ensinamentos que maravilharam durante a graduação a menina que sempre sonhou em ser arquiteta, inspirada pelo pai.

Finalmente, agradeço a força maior do universo pela possibilidade de viajar na *flutuante e pálida arca azul de infinitas formas mais belas*¹.

¹ Refere-se a música “*Endless Forms Most Beautiful*”, lançada em 2015, pela banda finlandesa *Nighwish*.

“A arquitetura é o aspecto visual da história”

-Bruno Zevi

“Uma pedra sagrada é venerada porque é sagrada e não porque é pedra.”

-Mircea Eliad

RESUMO

No âmbito da Conservação Integrada, há a possibilidade de atribuição de novos usos em edifícios de interesse patrimonial, quando seu uso primário se torna inviável, em função de diferentes fatores. Na atualidade, pode-se observar alguns casos emblemáticos de alteração de usos, em templos da arquitetura sacra católica, em desuso, com adequação das edificações a usos contemporâneos como forma de salvuardá-los.

A conservação, com base na introdução de novos usos, requer algumas considerações como a adequação do novo uso à tipologia arquitetônica, na qual será inserido e, no caso dos edifícios religiosos, além do aspecto físico arquitetônico é necessário atentar para os aspectos simbólicos atrelados ao edifício. Logo, inserir um novo uso, dito profano, em um espaço destinado à sacralidade, pode consistir em uma *faca de dois gumes*, uma vez que repercute sobre as dimensões material e imaterial. Se, por um lado, conserva-se um bem patrimonial arquitetônico, por outro lado, pode-se estar abrindo mão de seu valor simbólico. Com base nessa observação, o presente trabalho tem como objetivo investigar de que modo a conservação de um edifício simbólico, como é o caso de uma igreja, baseada na atribuição de um novo uso, pode implicar em um antagonismo entre conservação material e manutenção dos aspectos simbólicos do edifício. Para isso, serão levados em conta os princípios da Conservação Integrada, quando da inserção dos novos usos, como forma de buscar um possível equilíbrio entre a conservação material dos edifícios e os valores simbólicos a ele atrelados.

Palavras-chave: Conservação Patrimonial, Conservação Integrada, Novos Usos, Arquitetura Sacra Católica, Imaterialidade.

ABSTRACT

Within the scope of Integrated Conservation, there is the possibility of attributing new uses in buildings of heritage interest, when their primary use becomes unfeasible, due to different factors. Currently, it is possible to observe some emblematic cases of alteration of uses, in temples of the Catholic sacred architecture, in disuse, with adaptation of the buildings to contemporary uses as a way to safeguard them.

Conservation, based on the introduction of new uses, requires some considerations such as the adequacy of the new use to the architectural typology, in which it will be inserted and, in the case of religious buildings, in addition to the physical architectural aspect it is necessary to pay attention to the symbolic aspects linked to the building. Therefore, inserting a new use, said to be profane, in a space destined for sacredness, can consist of a *double-edged sword*, since it has repercussions on the material and immaterial dimensions. If, on the one hand, an architectural heritage asset is preserved, on the other hand, one may be giving up its symbolic value. Based on this observation, the present work aims to investigate how the conservation of a symbolic building, such as a church, based on the attribution of a new use, can imply an antagonism between material conservation and maintenance of the symbolic aspects of the building. For this, the principles of Integrated Conservation will be taken into account, when inserting the new uses, as a way of seeking a possible balance between the material conservation of the buildings and the symbolic values attached to it.

Keywords: Heritage Conservation, Integrated Conservation, New Uses, Catholic Sacred Architecture, Immateriality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
1.2. Conservação Patrimonial.....	14
1.2.1. Evolução Conceitual e os Novos Usos.....	15
2. ARQUITETURA SACRA CATÓLICA.....	32
2.1. Simbologia do Espaço Sagrado.....	32
2.2. O Espaço Sagrado no Mundo Pós-Moderno.....	36
2.2.1 A Atualidade do Patrimônio Arquitetônico Católico.....	47
2.2.2. Panorama da Inserção de Novos Usos.....	48
2.2.3 Estudos de Caso.....	49
3. METODOLOGIA.....	55
4. A IGREJA DE N. S. DO AMPARO DOS HOMENS PARDOS.....	57
4.1. Aspectos Históricos.....	57
4.2. Aspectos Arquitetônicos.....	67
4.3. Desenvolvimento Integrado de Marechal Deodoro e o Novo Uso da Igreja do Amparo.....	73
5. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	90
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da observação de um fenômeno contemporâneo que ocorre simultaneamente em diversos países, tendo como origem e ponto focal a Europa. Trata-se da conversão de edifícios de uso religioso, mais especificamente os templos católicos, em edifícios de usos diversos como bares, boates e bibliotecas, como forma de assegurar sua conservação e permanência através do tempo. Esse fenômeno é respaldado pelos princípios da Conservação Integrada, vista como instrumento de preservação patrimonial, com origens no urbanismo reformista italiano (VENUTI, 1993) das décadas de 1960 e 1970. A Conservação Integrada pode ser definida como o processo de gestão de um bem patrimonial que formula uma dialética entre a vontade de proteção e as necessidades de planejamento (ZANCHETTI, 2003). Nesse sentido, a conservação integrada de um edifício de valor patrimonial se realizaria, primeiramente, pelo reconhecimento de seus valores e, em seguida, pela sua manutenção, pautada em aspectos socioeconômicos. Com base nesse procedimento, quando um edifício perde a sua função (seu uso primário), podem ser atribuídos novos usos, buscando garantir a conservação do bem a partir de sua utilidade, pois, se não houver um uso ao qual o bem se destine, sua conservação tornar-se-á menos viável. Os novos usos são definidos por Françoise Choay (2014) como o *modo de conservação, restauração e reabilitação de edifícios e sítios antigos que aponta para a sua readaptação às novas funções da vida moderna*. No entanto, esse processo consiste na *forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial* (CHOAY, 2014), uma vez que, ao se tratar da inserção de novos usos em edifícios religiosos, por exemplo, lidamos com questões que ultrapassam o campo material, do edifício em si, adentrando em questões simbólicas como a sacralidade do espaço. É uma situação bem distinta daquela de edifícios de tipologia fabril, por exemplo, que congregam galpões de armazenamento de mercadorias e maquinário e que *são facilmente adaptáveis às normas de utilização actuais e prestam-se a utilizações, públicas e privadas, múltiplas* (CHOAY, 2014). Os edifícios religiosos apresentam uma tipologia específica para a realização de seus cultos, assim como detêm valores e atributos simbólicos, enquanto espaços de ligação entre o céu e a terra, tornando sua conservação algo realmente desafiador.

O cenário atual de desuso de muitos exemplares da arquitetura sacra católica é um fenômeno que tem origem a partir de diversas causas, que abrangem aspectos históricos, políticos, filosóficos e sociais, sendo necessário, portanto, que para entendê-lo atentemos para

tais aspectos. Nesse sentido, é interessante observar como os templos católicos apresentaram diferentes significados ao longo da história até apresentar, hoje, a possibilidade da abertura de caminhos para tornarem-se outras coisas que não templos. Ao voltar o olhar para a Idade Média, percebe-se como a esfera religiosa detinha um tal protagonismo social e político que a levava ao domínio da sociedade da época. No entanto, após longos períodos de debates filosóficos e sociológicos como o Humanismo (séculos XV/XVI), o Iluminismo (séc. XVIII) e a Revolução Francesa (séc. XVIII), que iniciou o processo de separação entre Estado e Igreja, a Igreja Católica começou a perder seu protagonismo, fenômeno que cresceria ao longo dos séculos seguintes até chegar à atualidade de forma bastante presente.

Apesar de ser ainda uma instituição de forte presença na sociedade, o protagonismo sociopolítico da Igreja Católica no mundo contemporâneo em muito difere do cenário da Idade Média, muito em função da secularização da sociedade. Tal fenômeno têm como uma de suas consequências a obsolescência do uso primário dos edifícios religiosos, em função do número cada vez menor de usuários. Em tais situações, no âmbito da Conservação Integrada, a inserção de um novo uso pode constituir uma das principais formas de conservação material. No entanto, como visto, esse processo tem implicações também na imaterialidade do edifício, o que leva ao seguinte questionamento: seria possível conciliar a preservação material de um edifício sagrado com a manutenção de seus aspectos simbólicos?

Apesar do fenômeno estudado no presente trabalho ser relativamente novo, ou seja, a introdução de usos ditos profanos, como bares e boates, em edifícios da arquitetura sacra católica, é interessante observar que a igreja cristã primitiva, do século IV, adequou-se ao espaço das antigas basílicas, inserindo, portanto, nos edifícios romanos de uso econômico e jurídico um novo uso. De maneira análoga, ao longo dos séculos, templos católicos tornaram-se escolas ou castelos a partir do século XVI, como aponta Zevi (2009), já como reflexo da diminuição do protagonismo sociopolítico da Igreja Católica, no contexto da Reforma Protestante.

Em tempos recentes, a introdução de novos usos em templos religiosos católicos tem sido frequentemente observada na Europa, espalhando-se pelas demais partes do mundo, chegando, inclusive, ao Brasil. Desse modo, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, localizada na cidade de Marechal Deodoro, Alagoas, foi escolhida como objeto de estudo do presente trabalho. Trata-se da primeira igreja católica, em âmbito nacional, a ser restaurada para abrigar um uso não-religioso, tornando-se biblioteca municipal, tendo sua restauração iniciada no ano de 2019. Dessa maneira, o presente trabalho é justificado pela novidade do tema, podendo consistir em uma nova abordagem da conservação patrimonial em

âmbito nacional, pautada sobre os aspectos simbólicos do espaço sagrado. Assim, tem-se que a investigação aqui desenvolvida representa a iniciação da discussão de uma temática maior que abrange diversos outros campos como a psicanálise, a filosofia e a teologia, que não caberiam no escopo desse trabalho.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram previstos 6 capítulos: 1. Referencial teórico, 2. Arquitetura sacra católica, 3. Metodologia, 4. a Igreja de N. S. do Amparo dos Homens Pardos, 5. Considerações gerais e 6. Referências bibliográficas. No primeiro capítulo realiza-se uma revisão bibliográfica sobre a questão dos novos usos na Conservação Patrimonial, dando ênfase ao conceito de Conservação Integrada, que constitui o fio condutor da pesquisa. Para isso, serão estudados autores como Viollet-Le-Duc (2013), (Brandi, 2019), Zancheti (2003,2009,2012), Choay (2014), Pedrosa (2011), Lacerda (2012), Lacerda e Abramo (2020), Köhl (2007) e Viñas (2021), buscando apreender, sobretudo, a percepção de cada autor sobre a questão do uso e do reuso. No segundo capítulo, elabora-se um estudo sobre a arquitetura sacra católica e sua simbologia, buscando identificar como foi ela um reflexo ao longo de sua existência do poder da Igreja, servindo-lhe também como instrumento de evangelização. Com isso, busca-se embasar a compreensão de como, na atualidade, os templos católicos chegaram ao estado de desuso, permitindo o surgimento do fenômeno aqui estudado e a busca pela resposta ao questionamento sobre o papel das igrejas em uma sociedade secularizada. Sob esse aspecto, serão levados em conta autores como Holmes e Bickers (2006), Bruno Zevi (2009), Eliade (2018), Ribeiro (2006) e Woods (2019). No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada para a realização do trabalho. No quarto capítulo é abordado o objeto de estudo, buscando-se compreender seus aspectos históricos e arquitetônicos, bem como seus significados para o contexto no qual se insere. Elaborar-se também um estudo sobre o processo legal que levou à sua restauração e atribuição do novo uso de biblioteca, abordando-se o processo de Tombamento da cidade de Marechal Deodoro, seu Plano de Desenvolvimento Integrado e seu Plano Diretor, com base no trabalho de Muniz (2014). No quinto capítulo são apresentadas as conclusões gerais do trabalho, expondo os resultados alcançados.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.2.Conservação Patrimonial

A conservação patrimonial consiste em um campo de estudos e metodologias que tem por objetivo a preservação do patrimônio cultural e histórico - que é também artístico, uma vez que a esfera artística está contida na histórica e vice-versa, como aponta Riegl (2014) - conceitualizados nas teorias da Conservação e Restauro desde o século XIX.

Abarca os diferentes campos da arte como pintura, escultura e arquitetura. No campo da arquitetura, pode-se afirmar que há desafios maiores que nos outros campos, dada a complexidade que envolve um objeto arquitetônico. Dessa maneira, ao longo dos séculos que se seguiram ao início dos debates sobre conservação, diferentes abordagens envolveram os bens patrimoniais arquitetônicos. Uma das temáticas discutidas diz respeito à questão do uso e do reuso de tais bens, que envolvem questões materiais e imateriais, como os valores e atributos pertinentes.

1.2.1. Evolução Conceitual e os Novos Usos

As teorias referentes à conservação patrimonial tiveram início no século XIX, a partir do questionamento sobre a forma correta de se intervir em um bem patrimonial, a fim de conservá-lo ou repará-lo. Essa motivação por propor métodos e técnicas de conservar um bem de interesse patrimonial remonta à França, na transição do século XVIII para o século XIX, por ocasião da Revolução Francesa. No contexto da Revolução, houve a destruição de inúmeros monumentos, o que fez com que surgisse, na França pós-revolucionária, a tentativa de instaurar uma política de proteção e salvaguarda dos monumentos restantes. A Revolução Francesa foi responsável, também, por dar início à separação legal entre Estado e Igreja, o que descentralizou o poder do clero, para além das questões sociais e políticas, também sobre as questões do patrimônio. A Igreja era, até então, a única esfera onde havia uma certa noção de preservação patrimonial, iniciada com a cópia de livros de importância histórica. Em 1837, a França tornou-se pioneira ao instaurar a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, dispositivo que visava a preservação de seu patrimônio, compreendido em três categorias: 1. vestígios da Antiguidade, 2. edifícios religiosos da Idade Média e 3. alguns castelos singulares do mesmo período.

É interessante mencionar que apesar de o século XIX ser considerado como o marco inicial das teorias da conservação e restauração, seus fundamentos foram delineados ainda no século XVIII, sendo, nesse caso, a Inglaterra pioneira, não a França. Se na França a emergência por uma proteção patrimonial se deu em função da Revolução Francesa, na Inglaterra seu ponto de partida foi a Reforma Protestante (séc. XVI), onde, tal qual na França, vários edifícios foram

danificados, destruídos, ou até mesmo receberam um novo uso, como forma simbólica de suprimir seu significado.

As primeiras abordagens acerca da questão patrimonial, herdadas do que era praticado pelo clero, estavam relacionadas aos aspectos históricos desse patrimônio e, portanto, os primeiros instrumentos para sua conservação também. Assim, inicialmente, a noção de “monumento” estava intrinsecamente ligada ao valor histórico. Essa noção se alarga, passando a figurar hoje tudo aquilo que seja capaz de ser portador de memória, de significados, para uma dada coletividade. O mesmo acontece com a própria noção de “patrimônio”, que derivando do latim “*patrimonium*”, expressão constituída a partir da junção de “*pater*” (pai) e “*monium*”, sufixo indicativo de “condição, estado, ação”, estava inicialmente ligada à esfera privada, dos bens passados de pai para filho. Tal conceito é alargado, na Idade Média, aos bens da Igreja e chega à atualidade alargado à esfera pública, podendo ser conceitualizado a partir da expressão “patrimônio cultural”, definido por Choay (2014) como:

(...) um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensão planetária e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.

(CHOAY, 2014)

Atualmente, o conceito de patrimônio abarca também o patrimônio imaterial, tendo sua conceituação definida, a nível internacional, no ano de 2003, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura):

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

(UNESCO, 2003)

No Brasil, a definição de imaterialidade, proposta pela UNESCO, foi incorporada no ano de 2006. No entanto, o reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio era já estabelecida desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

Assim como os conceitos referentes a conservação patrimonial como ‘monumento’ e “patrimônio”, a questão do uso e do reuso também evoluiu e abarcou novos conhecimentos à medida em que novas teorias foram propostas. Atualmente, o debate sobre a questão está pautado sobretudo no âmbito da Conservação Integrada, em sua abordagem ambiental/cultural. Tal abordagem, compreendendo o artefato da cidade como um palimpsesto da atividade humana, tem o desafio de promover um desenvolvimento que, além de sustentável, não cancele as camadas temporais que testemunham essa evolução.

A partir da década de 1970 um novo olhar sobre a questão da conservação patrimonial começou a ser delineado. Os problemas sociais das cidades e uma população mundial que cada vez mais se estabelecia em grandes centros urbanos, trazendo à luz problemas como o déficit habitacional e a descaracterização de áreas urbanas históricas, atrelados às já presentes preocupações com um desenvolvimento urbano que respeitasse as questões do meio ambiente, a exemplo da Carta de Estocolmo (1972), fez surgir na Europa um movimento que buscava conciliar a questão ambiental e a questão patrimonial. No âmbito da conservação, essa preocupação foi incorporada na ampliação *da ideia de ambiente, segundo múltiplas dimensões (econômica, política, ambiental, cultural e social)* (ZANCHETI, 2003) e a partir da Conferência Mundial de Cultura e Desenvolvimento, tem-se *a dimensão cultural como definidora de qualquer processo de desenvolvimento* (ZANCHETI, 2003 apud CUÉLLAR, 1997), o que aponta para a Conservação Integrada.

A Conservação Integrada pode ser definida como o processo de gestão de um bem patrimonial que formula uma *dialética entre a vontade de proteção e as necessidades de planejamento* (ZANCHETI, 2003) e *o seu corpo de ideias, princípios e diretivas foram sistematizados na Declaração de Amsterdã* (LACERDA, 2012). Essa forma de gestão da conservação coloca nas mãos dos governos locais a responsabilidade pelas questões referentes ao seu estabelecimento, como incentivos financeiros e mecanismos legais que tornem sua prática possível, além de incentivar parcerias com a iniciativa privada. Determina, também, a participação social nesse processo, defendendo que *a população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração de inventários até as tomadas de decisões* (IPHAN – Declaração de Amsterdã, 1975), trazendo a população para o centro do debate. Assim, a política de preservação deixa de ser um processo linear e hierarquizado para abarcar um processo dialético baseado em benefícios sociais mútuos. De acordo com Lapa e Zancheti (2012), *nos anos 1970 e 1980, tais princípios foram aplicados em cidades italianas e*

espanholas e, nos dois países, ilustrou uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular. É a partir dessas primeiras experiências que é redigida pelo Conselho da Europa a Declaração de Amsterdã, em 1975. Para a Declaração de Amsterdã, além dos conjuntos arquitetônicos históricos, deveriam ser objeto de conservação todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer da época moderna, assim como os ambientes em que se integram (IPHAN – Declaração de Amsterdã, 1975). É perceptível, portanto, como entre os séculos XIX e o século XX, a visão do que poderia ser considerado patrimônio deixa de abarcar apenas o valor histórico do bem e se abrange para os valores culturais, valores simbólicos e etc., demonstrando a evolução dos conceitos tanto de patrimônio, quanto de monumento.

Essa abrangência conceitual é possibilitada sobretudo pela valoração que é feita sobre o objeto e que está contida na teoria de Alois Riegl, do começo do século XX. *O Culto Moderno dos Monumentos*, publicado por Riegl em 1909, introduz os conceitos de monumento intencional (*gewollte*) e monumento não-intencional (*ungewollt*). Na primeira categoria tem-se os monumentos que nascem com a intenção de serem monumentos, como os monumentos comemorativos, edifícios religiosos erguidos para glória de alguma divindade, etc. Já a segunda categoria constitui os monumentos que passam a ser considerados monumentos em função de seus valores, ou seja, um edifício ordinário, desprovido de valor estético, por exemplo, que presenciou determinado fato histórico torna-se monumento em função disso, seu *significado e importância não provêm da sua destinação original, mas das atribuições feitas pelo sujeito moderno* (RIEGEL, 2014), donde se tira o título de sua publicação. O autor ainda abre espaço para tratar as questões da autenticidade e da integridade, ao mencionar que *em ambos os casos, a obra nos interessa em sua forma original (...) sem mutilações, ou ainda na forma pela qual tentamos restituí-la pelo olhar ou pensamento por meio de imagens ou de palavras* (RIEGEL, 2014), pois uma vez que *é portador de uma dimensão documental, o monumento deve ser o mais fiel possível ao aspecto original que lhe foi dado no momento da criação* (RIEGEL, 2014). Para ambos os conceitos, a ênfase reside, para o autor, no valor histórico/artístico:

Com base nesse ponto de vista, não nos interessam no monumento os traços das influências de degradação da natureza, mas a sua criação original como obra humana. O valor histórico é tanto maior, quanto mais o monumento tenha conservado a sua integralidade e quanto mais inalterado estiver após a sua criação, sendo perturbadoras e inoportunas as degradações e alterações parciais. Isso vale tanto do ponto de vista histórico-artístico como do ponto de vista histórico-cultural, e ainda mais do ponto de vista cronológico.

(RIEGEL, 2014)

Trazendo o debate de volta às cartas patrimoniais, a grande mudança trazida pela Declaração de Amsterdã, que sistematizou a Conservação Integrada, era a ideia de que as políticas de preservação patrimonial não deveriam ser pensadas à parte da política urbana, mas sim em conjunto, buscando integrar partes antigas da cidade às novas e buscando, quando necessário, uma adequação do tecido antigo às demandas da vida urbana contemporânea, o que aponta para a inserção de novos usos. Essa forma de pensar políticas públicas integradas com as questões patrimoniais implicaria em uma série de outros benefícios sociais que abarcariam outras tantas áreas do planejamento urbano, a exemplo da mobilidade, do turismo e da economia de forma geral:

(...) a conservação das construções existentes contribui para a economia de recursos e para a luta contra o desperdício, uma das grandes preocupações da sociedade contemporânea. Ficou demonstrado que as construções antigas podem receber novos usos que correspondam às necessidades da vida contemporânea. A isso se acrescenta que a conservação atrai artistas e artesãos, bem qualificados, cujo talento e reconhecimento devem ser mantidos e transmitidos. Finalmente, a reabilitação do habitat existente contribui para a redução das invasões de terras agrícolas e permite evitar ou atenuar sensivelmente os deslocamentos da população, o que constitui um benefício social muito importante na política de conservação.

(IPHAN – DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975)

Sobre a importância da participação popular e o papel dos poderes locais nesse processo, a carta ainda salienta que:

Os poderes locais devem aperfeiçoar suas técnicas de pesquisa para conhecer a opinião dos grupos envolvidos nos planos de conservação e levá-la em conta desde a elaboração de seus projetos. Em relação à política de informação ao público, eles devem tomar suas decisões à vista de todos, utilizando uma linguagem clara e acessível, a fim de que a população possa conhecer, discutir e apreciar os motivos das decisões.

(IPHAN – DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975)

Visto isso, tem-se a Conservação Integrada como um modelo de gestão do planejamento urbano baseada em reaproveitamentos tanto em macro escala (tecidos urbanos) como em micro escala (edifícios) onde tais reaproveitamentos seguem uma ordem social e econômica de benefícios mútuos (mobilidade, habitação, comércio, etc.), sendo os tecidos urbanos e os edifícios a serem reutilizados escolhidos em função de aspectos tanto econômicos quanto culturais, a partir de um diálogo entre essas duas esferas e nunca em função de uma isoladamente. A revitalização de um edifício, por exemplo, que fosse pensada apenas no sentido de gerar lucros, mas que, no entanto, não contasse com um sentimento de pertencimento por

parte da comunidade na qual se insere, dificilmente teria um retorno financeiro positivo, pois - por diversas razões - não estaria atendendo à essa comunidade. Por outro lado, um edifício revitalizado apenas em função de seu aspecto cultural e que da mesma maneira não estabelecesse um vínculo com a comunidade no qual está inserido, em função desse valor cultural já não ser mais reconhecido pela população, de maneira análoga não seria bem-sucedido. Nesse sentido, a Declaração de Amsterdã (1975) concluiu que *os problemas sociais da conservação integrada só podem ser resolvidos através de uma referência combinada a essas duas escalas de valores*. Atrelado a isso, temos a visão de Zancheti (2003), que ao definir a C.I. (Conservação Integrada) como a *aplicação de técnicas de restauração sensíveis e pela escolha correta de funções apropriadas no contexto de áreas históricas, levando em conta a pluralidade de valores, tanto econômicos como culturais, e visando julgamentos equilibrados* (ZANCHETI, 2003), corrobora para a necessidade de diálogo entre os valores de cunho econômico e os valores culturais, bem como do poder público e da população local. Assim, *a conservação deve ser tomada como a perspectiva de enfoque da inovação* (ZANCHETI, 2003), concluindo que *a relação dialética conservação/inovação torna-se o princípio do processo de intervenção no território em qualquer das suas dimensões ambientais* (ZANCHETI, 2003). Essa postura proposta por Zancheti é corroborada por Lacerda e Abramo (2020) ao introduzir o conceito de Conservação Inovadora, definida como aquela que busca atribuir novos significados a um determinado bem, a exemplo da inserção de um novo uso, sem que pra isso os significados primários sejam feridos ou até mesmo anulados. A abordagem ambiental/cultural marca também uma mudança no contexto a ser intervencionado; pode-se abrir mão de trabalhar a cidade como um todo para se eleger uma ambiência em microescala, a partir do entendimento de que a cidade é um tecido cultural heterogêneo e que, por isso, cada localidade apresenta aspectos culturais distintos.

Assim, é possível afirmar que conservar um edifício atribuindo-lhe um novo uso apenas não será algo efetivo a menos que esse novo uso esteja em consonância com os valores reconhecidos do bem no qual será inserido, do qual resulta sua significância cultural², e a partir

² De acordo com Pedrosa (2011), significância cultural pode ser definida como o *valor de um lugar percebido pela sociedade, estabelecido como resultado da continuidade de sua permanência e seu valor para a mesma, sendo esse valor uma síntese ou composição de suas significâncias histórica, emocional, cultural e espiritual*. Seria, portanto, a expressão da síntese dos valores patrimoniais percebidos por uma coletividade em relação a um determinado bem passível de conservação e este seria, ainda de acordo com Pedrosa (2011), *o primeiro e mais importante passo em todos os projetos de conservação bem sucedidos, pois o sucesso de qualquer projeto depende da sua compreensão do lugar*. De acordo com Zancheti, Hidaka, Ribeiro e Aguiar (2009), pode ser expressa de maneira informal, pelas próprias percepções da coletividade ou de maneira formal, pela documentação dessa significância, através da Declaração de Significância, documento de suma importância para os processos de preservação dos bens patrimoniais na conservação contemporânea, desde que passou a ser exigida

disso se estabeleça um diálogo com seu entorno, com a população local, quem tem com ele uma relação imediata, evitando problemas como o a gentrificação. Dessa forma, um novo uso não pode ser considerado a causa para o efeito direto da preservação, mas deve ser entendido como um importante meio que se trabalhado de forma correta, pode levar à uma preservação bastante efetiva. Inserir um novo uso envolve, portanto, uma série de questões e apesar de ter hoje na abordagem ambiental/cultural da Conservação Integrada uma certa ênfase, o início de seu debate remonta ao século XIX, no pensamento de Viollet-le-Duc.

Viollet-le-Duc (1814 - 1879), teórico francês considerado o maior expoente do chamado “restauro estilístico” e da postura intervencionista na conservação/restauração, propunha a *reutilização funcional das edificações, lhes atribuindo utilizações concretas enquanto arquiteturas, com o objetivo de torná-las úteis à sociedade* (OLIVEIRA, 2009). De acordo com a autora, Viollet-le-Duc estabeleceu um novo entendimento da restauração que se reflete, ainda hoje, no pensamento contemporâneo. Assim, é perceptível como, ainda que de forma inicial, o restauro estilístico já propunha as bases para o que viria ser a Conservação Integrada, acrescida posteriormente sua abordagem ambiental/cultural e as teorias que se seguiram, sobretudo no que diz respeito à forma de intervenção.

À visão de Viollet-le-Duc, soma-se já no final do século XIX a visão de Camilo Boito (1834 - 1919), responsável por estabelecer uma matriz comum entre as posturas intervencionista, da qual Viollet é o principal expoente, e a postura anti-intervencionista, exposta sobretudo na figura de John Ruskin. Tem-se então o “restauro científico”, cujo nome deriva do fato de haver, antes da intervenção, uma consulta à documentação pertinente ao bem a passar pela intervenção, como registros técnicos, iconográficos, etc. O restauro científico é também conhecido por “restauro filológico”, o que deriva do fato de as intervenções serem feitas apenas quando de extrema necessidade, herança da teoria ruskiniana. Tanto a pesquisa documental quando a intervenção como última alternativa, partem da preocupação com a criação de falsos históricos ou artísticos, que podem ter consequências na autenticidade e integridade do bem. Percebe-se, portanto, que diferentemente do que era proposto no restauro estilístico, pautado sobre questões subjetivas na intervenção, como o estabelecimento do objeto a uma unidade potencial que pode nunca ter existido, o restauro científico – ou filológico – torna-se objetivo, ao se pautar sobre evidências documentais que evitem uma alteração indevida do bem. Assim, com relação a atribuição de um novo uso, pode-se inferir que para o restauro científico, já havia uma certa preocupação com relação à adaptação do uso, por exemplo, de

pela UNESCO, na década de 1990, para o tombamento de bens patrimoniais a nível mundial, avaliado pelo World Heritage Center (WHC/UNESCO).

modo que esse uso não poderia jamais causar danos ou alterações indevidas ao bem no qual foi inserido, algo que era veementemente defendido por Boito.

Boito é também responsável por inserir a noção do bem patrimonial como um “palimpsesto”, noção essa que é abarcada pela abordagem ambiental/cultural da C.I. Dizer que um objeto é um palimpsesto significa dizer que é formado por diversas camadas temporais que incidem sobre ele e que tem, portanto, ligação direta com sua autenticidade. Assim, é possível afirmar que a atribuição de um novo uso seria o acréscimo de mais uma camada temporal, desde que observadas as condições necessárias para tal. Outro conceito introduzido por Boito e que possui reflexões na atribuição de novos usos é o conceito de distinguibilidade, ou seja, a capacidade de uma intervenção ser facilmente perceptível, de modo a não criar falsos históricos ou artísticos e tornar o edifício funcional, quando atribuído um novo uso, por exemplo, sem ferir sua pré-existência, pela qual se tornou bem patrimonial.

Outro representante do restauro científico é Gustavo Giovannoni (1873 - 1947), cuja colaboração reside no fato de levar a questão do uso e do reuso à escala urbana, tornando-se responsável por iniciar o debate da questão com relação aos sítios históricos, conferindo a eles, como aponta Choay (2014), *simultaneamente um valor de uso e um valor museológico*, partindo de uma preocupação com a relação entre o edifício e seu entorno, o edifício e a cidade. Desse modo, busca contemplar não apenas o edifício e seu entorno imediato, como era até então praticado, compreendendo que há uma unidade no todo do conjunto edificado, onde residem valores artísticos e históricos, conferidos especialmente em virtude do conjunto:

Uma nova consciência sobre essa ordem de ideias foi amadurecendo nas últimas décadas. Agora, em contrapartida, apercebemo-nos de duas verdades: uma, é que um grande monumento tem valor em seu ambiente de visuais, de espaços, de massas e de cor no qual foi erguido, [...]; a outra, é que o aspecto típico das cidades ou povoados e o seu essencial valor de Arte e de história com frequência residem, sobretudo, na manifestação coletiva dada pelo esquema topográfico, nos agrupamentos construtivos, na vida arquitetônica expressa nas obras menores.

(RUFINONI, 2012, *apud* GIOVANNONI, 1995)

Desse modo, quando a conservação fosse pautada na reabilitação de tecidos antigos para usos contemporâneos, Giovannoni propunha que o tecido antigo e o novo fossem mantidos como tais e interligados de alguma forma, mostrando-se contrário à construção de edifícios modernos em sítios históricos:

(...) Giovannoni não persegue soluções urbanas baseadas na dupla assimilação entre o modelo urbano antigo e o moderno. Ao contrário, busca a

separação entre ambas as formações urbanas, reservando a cada uma delas as funções que lhes seriam compatíveis e projetando soluções de tráfego que permitissem a comunicação entre ambas as estruturas.

(RUFINONI, 2012)

Giovannoni participa, em 1927, do XII Congresso Internacional de Habitação e Planos Diretores, onde *estudiosos e urbanistas de diversos países estiveram reunidos em Roma para discutir, entre outros temas, a questão da atuação nas cidades históricas para adaptá-las às exigências da vida moderna* (RUFINONI, 2012). Em 1931, participa da primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos, em Atenas, onde, como aponta Choay introduz o conceito de “patrimônio urbano” (CERÁVOLO, 2012), propondo concepções inovadoras sobre sua preservação. Tais concepções teriam, ainda de acordo com a autora, pouca influência no campo da preservação, que seria posteriormente influenciado pela publicação da Carta de Atenas, em 1933, resultado do IV CIAM (*Congrès Internationaux d’Architecture Modern*), e pelo próprio Movimento Moderno. A Carta de 1933 é objeto de debate entre teóricos no que diz respeito à sua contribuição para o debate da preservação; para Choay, não traz contribuições significativas, já para *Daniel Drocourt, num colóquio realizado em 1976, cujo tema foi “Atualidade da Carta de Atenas”, a posição do IV CIAM “envelheceu muito menos” do que outros documentos específicos sobre o tema do patrimônio e sua preservação* (CERÁVOLO, 2012).

As críticas ao modernismo e à Carta de Atenas, tida como seu manifesto, consiste na adoção por parte do modernismo do princípio da “tábula-rasa” como ponto de partida, ou seja, a supressão do antigo pelo novo. Um exemplo disso é *Plan Voisin*, de Le Corbusier, de 1925. O plano era destinado à cidade de Paris e tinha como objetivo sua modernização, propondo a demolição de significativa parte de seu tecido histórico, considerado insalubre, em função da implantação de edifícios modernos sobre pilotis e de áreas verdes. Para Cerávolo, no entanto, as questões do patrimônio sempre estiveram presentes nos CIAM, uma vez que se pautaram sobre as questões urbanas, das quais o patrimônio seria indissociável:

Nesse contexto, é digno de nota, que no primeiro momento, em que o CIAM se debruça sobre os temas relacionados às cidades, a postura em relação às questões patrimoniais já está colocada. Esse tema voltará a aparecer em 1949, no sétimo congresso, realizado em Bérghamo (Itália), quando se estuda a execução da Carta de Atenas e nasce a *grille* CIAM de urbanismo; e, em 1951, quando figura como elemento importante do tema central, visto que o oitavo congresso, realizado em Hoddesdon, é destinado ao estudo do centro urbano, ao “coração das cidades”.

(CERÁVOLO, 2012)

Os centros históricos seriam objeto de debate nas cartas patrimoniais seguintes, percebendo-se suas potencialidades, contida também no âmbito da Conservação Integrada. Os novos usos em áreas centrais que recebem intervenções com base na C.I. contribuem de forma significativa para a economia das cidades e exemplos disso podem ser observados em cidades brasileiras como Recife, que passou por intervenção no sentido de reabilitar o Bairro do Recife, em sua área central, na década de 1990:

No Bairro do Recife, o processo de revitalização partiu da premissa da transformação dos usos existentes e da revitalização de espaços urbanos subutilizados, pois no início dos anos 1990 a área estava praticamente vazia. A ação pública concentrou-se na melhoria da infraestrutura e na qualificação dos espaços públicos, além da recuperação direta de poucos imóveis.

(LAPA, ZANCHETTI, 2012)

Em 1964, é redigida a Carta de Veneza, resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), considerada paradigmática para os especialistas. A carta apresenta uma ênfase à questão do uso e do reuso de edifícios históricos, embora ainda não apresente propriamente uma conceituação alargada ao tecido urbano. Em seu item 67, a carta propõe que:

“A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes”

(IPHAN - CARTA DE VENEZA, 1964)

Na recomendação da carta está implícita uma preocupação a respeito da maneira como essas adaptações seriam realizadas, precisamente com relação às decisões sobre quais edifícios deveriam ser preservados e quais deveriam ser suprimidos, caso necessário. Para a Carta de Atenas, de 1933, prevalecem os interesses da cidade sobre o edifício, já para a Carta de Veneza, de 1964, o monumento, com seus valores históricos e artísticos, predominaria sobre a cidade. Assim, a partir da postura proposta pela Carta de Veneza, pode-se afirmar que um novo uso seria um possível mecanismo de preservação quando o uso primário de um edifício já não atendesse às demandas contemporâneas, sendo o edifício, dessa forma, mantido.

Em âmbito nacional, o início da década de 1970 marca o firmamento do Compromisso de Brasília, que seria responsável por estabelecer que a preservação do patrimônio cultural

brasileiro seria responsabilidade da junção entre União, estados e municípios, o que propõe a Conservação Integrada e que seria normatizado a nível internacional na Declaração de Amsterdã, seis anos depois.

A década de 1970 marca também a publicação da Carta do Restauro, pelo Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, precisamente no ano de 1972. A carta é pautada sobre o chamado “restauro crítico”, idealizado por Cesare Brandi (1906 – 1988). De forma sucinta, o restauro crítico parte de uma revisão do restauro científico, incorporando o princípio da investigação documental e propondo que cada intervenção deve ser feita a partir de uma análise caso a caso, a partir de uma postura crítica. Adicionou ao princípio da distinguibilidade, proposto no século XIX por Camilo Boito, o princípio da reversibilidade, que como o próprio nome sugere, diz respeito à capacidade de uma intervenção conservativa ser reversível, de modo a permitir que o bem que sofreu a intervenção possa sofrer outras intervenções necessárias a acompanhar as demandas contemporâneas e assim o edifício ser útil por muito mais tempo. Para autores como Muñoz Viñas (2021), a reversibilidade total de uma intervenção é algo utópico e como um possível caminho, propõe os conceitos de *eliminabilidade* e *retratabilidade*, que possibilitariam a reversão gradual da intervenção. A partir da reversibilidade ou eliminabilidade, um edifício que sofra intervenção para receber um novo uso, por exemplo, em um dado momento pode voltar ao seu estado anterior e sofrer uma nova intervenção, com vistas a receber um outro uso, em um outro momento. Dessa maneira, a conservação do edifício seria prolongada, atendendo também às questões ambientais.

Essa possibilidade de diversas reutilizações em edifícios patrimoniais é, no entanto, apensar de algo positivo, uma alternativa que não deve ser aplicada de maneira frequente. Para Viñas (2021), uma intervenção deve ser feita de modo a evitar que novas intervenções precisem ser realizadas pelo maior tempo possível. Uma nova intervenção é permitida a partir do entendimento de que as sociedades são mutáveis e, conseqüentemente, seus valores também mudam, como aponta Lacerda (2012).

Um ano após a publicação da Declaração de Amsterdã, é publicada a Carta do Turismo Cultural, em 1976, responsável por introduzir uma nova modalidade de turismo, definida da seguinte forma:

(...) a forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios históricos-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos

benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada.

(ICOMOS - CARTA DO TURISMO CULTURAL, 1976)

Tem-se, portanto, o estabelecimento de um importante mecanismo dentro da C.I.: o fomento da economia local a partir dessa nova modalidade de turismo, baseada no conhecimento dos monumentos e dos sítios históricos e artísticos. Nesse sentido, a reabilitação de monumentos e de sítios históricos com vistas a servir o turismo cultural, tem na atribuição de novos usos uma ferramenta bastante eficaz, pois ao passo que um novo uso, sendo esse uso voltado para a vida pública e atribuído de forma a respeitar a pré-existência e os valores reconhecidos do bem ao passo que serviriam à população local, serviriam também como ponto de atrativo turístico. Logo, o novo uso do edifício ao mesmo tempo em que servisse para fomentar a economia local, garantiria também sua preservação.

É com base no Turismo Cultural que no ano de 2013, em âmbito nacional, o Ministério do Planejamento cria o PAC Cidades Históricas. O programa consiste em uma linha de financiamento destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, com o objetivo de propor reabilitações, restaurações e reutilizações do acervo patrimonial arquitetônico dos sítios históricos brasileiros como forma de fomentar a economia local, a partir do reaproveitamento desse acervo imobiliário e de seu atrativo turístico, em função de seus valores históricos, artísticos, simbólicos, etc.

O ano de 1976 tem especial destaque ao se tratar sobre novos usos pois marca a publicação da Recomendação de Nairóbi. O documento, resultado 19º Sessão da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), constitui-se em uma recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea e busca complementar e ampliar o alcance das normas e dos princípios formulados em documentos anteriores. Dentre esses documentos, podem ser citadas a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter dos Sítios e Paisagens (1962), a Recomendação sobre a Preservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Realização de Obras Públicas ou Privadas (1968) e a Recomendação sobre a Proteção, no Plano Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural (1972) (IPHAN – Recomendação de Nairóbi, 1976).

A declaração buscou oferecer recomendações para aquilo que já havia sido posto por Giovannoni ao colocar em pauta a preservação de sítios históricos pautada em sua adaptação à contemporaneidade e enfatizou os possíveis danos ao patrimônio caso essa adaptação seja feita de maneira incorreta. Propôs também que a salvaguarda dos sítios históricos, entendida como

a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno (IPHAN – Recomendação de Nairóbi, 1976) e a sua integração na vida coletiva contemporânea deveria ser uma obrigação para os governos e para os cidadãos, demonstrando um alinhamento com os princípios da C.I.

A respeito disso, o documento pontuou que:

Em cada Estado Membro deveria se formular, nas condições peculiares a cada um em matéria de distribuição de poderes, uma política nacional, regional e local a fim de que sejam adotadas medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais pelas autoridades nacionais, regionais e locais para salvaguardar os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência e adaptá-los às exigências da vida contemporânea.

(IPHAN – RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976)

No ano seguinte, tem-se a Carta de Machu Picchu, que busca estabelecer uma releitura inicial da Cartas de Atenas e menciona a “reciclagem” de sítios e edifícios históricos com o objetivo de incorporá-los às dinâmicas da vida contemporânea, partindo do princípio da sustentabilidade de recursos:

Desde a Carta de Atenas até nossos dias a população do mundo duplicou, dando lugar à chamada crise tripla: ecológica, energética e alimentícia. A elas temos que somas as crises de moradia e de serviços urbanos, agravadas pelo fato de o ritmo de crescimento populacional das cidades ser muito superior ao demográfico geral. As soluções urbanísticas propugnadas pela Carta de Atenas não levaram em conta esse crescimento acelerado, que constitui a raiz do problema de nossas cidades.

(IPHAN – CARTA DE MACHU PICHU, 1977)

Uma década após a Carta de Machu Picchu, foi publicada a Carta de Washington, pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), como complemento à Carta de Veneza (1964) e à Recomendação de Nairóbi (1976). A carta assumiu a conceituação de “salvuarda” proposta pela Recomendação de Nairóbi e voltou a mencionar a adaptação dos sítios e edifícios históricos às necessidades contemporâneas, enfatizando que para ser eficaz, *a salvuarda das cidades e bairros históricos deve ser parte essencial de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada no planejamento físico territorial e nos planos urbanos em todos os seus níveis* (IPHAN – Carta de Washington, 1986). A Carta de Washington ainda enfatizou a questão da participação popular nas questões do patrimônio ao mencionar que *não se deve jamais esquecer que a salvuarda das cidades e bairros*

históricos diz respeito primeiramente aos seus habitantes (IPHAN – Carta de Washington, 1986). Isso tem origens tanto nas necessidades locais, que são as dos habitantes, quanto na valoração que torna um objeto um bem patrimonial, que é feita também por eles.

Ainda para a Carta de Washington, as intervenções em objetos históricos deveriam ser feitas a partir de estudos multidisciplinares, com prudência, sensibilidade, método e rigor, levando-se em consideração os problemas específicos de cada caso particular, o que aponta para a postura crítica proposta pela teoria brandiana. Especificamente com relação aos novos usos, a carta recomenda que as novas funções devem ser compatíveis com o caráter, a vocação e a estrutura das cidades históricas, bem como a adaptação dessas cidades históricas à vida contemporânea requer cuidadosas instalações das redes de infraestrutura e equipamento dos serviços públicos.

Em 1996, a Declaração de Sófia, redigida pelo ICOMOS, volta a tratar diretamente a questão das novas utilizações, observando o respeito pela autenticidade, enfatizada na Declaração de Nara (1994), publicada dois anos antes. Atribuir um novo uso é, como visto, um desafio que ultrapassa o campo material de um bem arquitetônico, que diz respeito à compatibilidade desse novo uso com a tipologia, as questões de distinguibilidade e reversibilidade, etc. Uma das principais implicações da alteração de uso de um edifício pode ser a perda significativa de sua autenticidade, quando esse novo uso acaba por suprimir os significados primários do bem, como apontam Lacerda e Abramo (2020), uma vez que a autenticidade não está ligada apenas à materialidade do bem, mas também à aspectos imateriais, como seus significados. A declaração chamou atenção para o que também defende Lacerda (2012) ao mencionar que as questões culturais mudam à medida em que as sociedades evoluem e que, portanto, a noção de patrimônio não é algo fixo no tempo. Se os valores patrimoniais são reconhecidos por uma dada coletividade, esses valores mudam à medida em que essa coletividade muda, evoluindo social e culturalmente.

É nesse sentido que alguns edifícios da arquitetura sacra católica, em desuso, recebem um novo uso na atualidade; o valor atribuído a esses edifícios, em função do processo de secularização, deixa de ser um valor de uso e passa a ser um valor histórico, museológico, simbólico, etc. Logo, atribuir uma nova função é devolver esse valor de uso atrelando-o aos novos valores reconhecidos.

De volta ao cenário nacional, em 2010 aconteceu o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, que tinha por objetivo desenvolver o programa do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. O documento mencionou a questão do uso e do reuso ao defender a utilização de políticas que visassem adequar edifícios degradados à novas utilizações, bem como enfatizou

que tais políticas deveriam ser feitas de modo a evitar problemas sociais como a gentrificação e o turismo predatório, preocupação já presente na Declaração de Sófia (1996), ICOMOS. A Declaração de Sófia levantou a questão da utilização do patrimônio cultural como atrativo turístico, fortemente difundido após a introdução do turismo cultural, defendendo que tais atividades poderiam se transformar em ameaças à integridade do patrimônio, caso o a esfera econômica (o turismo) fosse colocada acima da esfera do patrimônio. Disso derivam inúmeras problemáticas que se intensificam quando há a atribuição de um novo uso que vise majoritariamente tornar o edifício ou um sítio histórico, por exemplo, meramente um atrativo turístico como os já mencionados danos à autenticidade do bem.

A conservação patrimonial é um campo bastante amplo e que está em constante discussão e evolução. Atualmente, a postura do restauro crítico, introduzido pela teoria brandiana é ainda a mais praticada ao se tratar da conservação de bens patrimoniais arquitetônicos. Autores como Muñoz Viñas (2021), no entanto, estabelecem uma crítica àquilo que foi proposto por Cesare Brandi. Na visão de Viñas, para a teoria brandiana, devia-se conservar exclusivamente aquilo que fosse considerado obra de arte, o que resultaria em uma série de inconsistências, a principal delas derivada da complexidade de definir o que é e o que não é obra de arte, definindo, portanto, o que poderia e o que não poderia ser objeto de conservação. Tal crítica decorre de uma possível incompreensão do conceito de obra de arte proposto na teoria brandiana. Para Brandi, a obra de arte é um produto especial da atividade humana, que se diferencia dos demais a partir de uma consciência singular de cada indivíduo que o reconhece como obra de arte, a partir do entendimento de que a arte é um produto da espiritualidade humana. Dessa forma definir que a restauração se ocupa de obras de arte não significaria eleger objetos e excluir outros, significaria apenas que para as obras de arte a restauração seria feita de maneira diversa daquela feita em objetos genéricos da atividade humana. Brandi define a restauração *como qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana* (BRANDI, 2019), e pontua que no caso de manufatos industriais, por exemplo, a restauração é sinônimo de reparação ou restituição de um estado anterior e a restauração de obras de arte envolve uma série de outros fatores decorrentes do fato de ser obra de arte:

“Mas, ao se tratar, ao contrário, de obra de arte, mesmo que entre as obras de arte haja algumas que possuam estruturalmente um objetivo funcional, como as obras de arquitetura e, em geral, os objetos da chamada arte aplicada, claro estará que o reestabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção do restauro, representará, definitivamente, só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte.”

(BRANDI, 2019)

A teoria brandiana, assim como as demais teorias, não se restringe apenas aos objetos arquitetônicos, como visto, mas abarca os demais campos da arte. Disso resulta que tratar a questão da funcionalidade se converte em um dos desafios próprios do campo arquitetônico. Para Brandi, a obra de arte é compreendida em sua dúplici instância histórica e artística, corroborando com a visão de Alois Riegl, e em caso de conflito entre as duas instâncias, a artística se sobressairia, uma vez que *por tratar de obras de arte, a restauração deve privilegiar a instância estética ("que corresponde ao fato basilar da artisticidade pela qual a obra de arte é obra de arte")* (BRANDI, 2019). Assim, no caso de uma restauração que vise reestabelecer a funcionalidade de um edifício, seja essa funcionalidade seu uso primário ou um novo uso, de acordo com a teoria brandiana, o valor artístico do objeto estaria sobre seu valor de uso. Em outras palavras, no caso da atribuição de um novo uso, a restauração feita de modo a adaptar o edifício ao uso proposto não deveria ser realizada caso esse a intervenção oferecesse riscos ao valor estético do edifício.

Cesare Brandi foi *responsável por consolidar o restauro como campo disciplinar, por meio da unidade metodológica e conceitual, buscando filiá-lo ao pensamento crítico e às ciências e contrapondo-o ao empirismo pedestre que prevalecera até então* (KUHL, 2007), iniciado seus estudos que resultariam na proposição do restauro crítico ainda na década de 1940, junto a nomes como Roberto Pane, Renato Bonelli e Paul Philippot. Tais estudos atingiram certa posição de consenso internacional na Carta de Veneza, de 1964, como aponta Kuhl (2007). Em 1963 publicou a *Teoria da Restauração*, reunindo textos prévios e temas abordados no IRC (*Instituto Centrale del Restauro*), em Roma, cuja participação foi de primordial importância para a fundação, em 1939, e o qual dirigiu por duas décadas e em 1972, como visto, participa da Carta do Restauro. Vê-se, portanto, que a teoria brandiana não nasce de uma abordagem empírica do campo da conservação, mas sim de uma construção metodológica e prática de quase meio século de estudos de Cesare Brandi, o que ajuda a compreender a extensão da aplicação da teoria brandiana até a atualidade, ainda que nomes como Viñas proponham que há atualmente a delimitação de uma teoria contemporânea que visa “solucionar os problemas brandianos” levantados por ele.

De forma a ilustrar o que foi exposto, pode-se mencionar dois interessantes casos de restaurações contemporâneas em âmbito nacional feitas sob a ótica do restauro crítico em edifícios históricos com vistas a receber novos usos. O primeiro é a Pinacoteca do Estado de São Paulo, um edifício do final do século XIX, que após períodos de abandono e intervenções mal sucedidas, foi restaurado com projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. A intervenção

segue os princípios de reversibilidade e distinguibilidade, por exemplo, a partir da inserção de materiais distintos dos da edificação original, das formas e até mesmo das cores. Ademais, os materiais empregados, como o vidro, por exemplo, conferem à intervenção um caráter de arquitetura moderna, como forma de marcar o tempo da intervenção, o que é também proposto no restauro crítico e tem origens nas teorias anteriores. No segundo exemplo, tem-se o Museu Rodin, na cidade de Salvador, atual Museu Palacete das Artes, a partir da reutilização de um edifício eclético de uso residencial do início do século XX, sendo a intervenção feita em função de adequá-lo às exigências do uso museológico, com projeto do Brasil Arquitetura e seguindo as mesmas premissas da Pinacoteca do Estado de São Paulo: diferenciação de materiais, de cores e marcando, através disso, a época da intervenção.

Figura 1 - Pinacoteca do Estado de São Paulo.



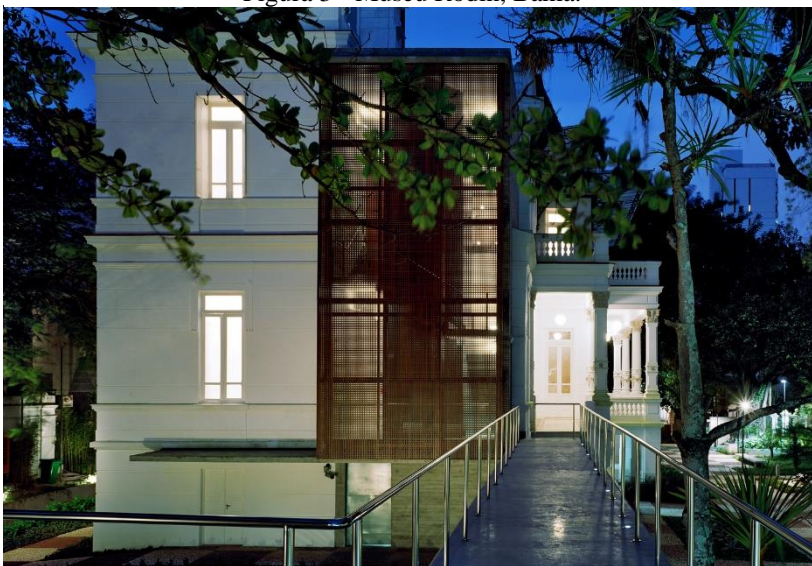
Fonte 1 - ArchDaily.com, 2015.

Figura 2 - Pinacoteca do estado de São Paulo.



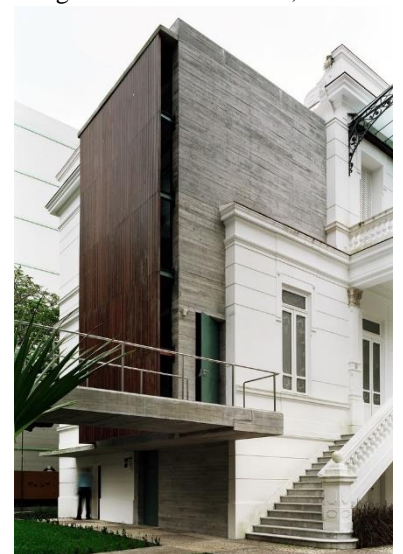
Fonte 2 - ArquitecturaViva.com, 2022.

Figura 3 - Museu Rodin, Bahia.



Fonte 3 - ArchDaily.com, 2020.

Figura 4 - Museu Rodin, Bahia.



Fonte 4 - ArchDaily.com, 2020.

A partir dessa breve explanação, pode-se levantar alguns pontos importantes a respeito da atribuição de novos usos em edifícios patrimoniais. O primeiro é que um objeto, material ou imaterial, seja ele qual for, torna-se patrimônio a partir de uma valoração feita por uma dada coletividade e toda e qualquer intervenção em tais objetos (no caso dos bens materiais), deve levar em consideração essa valoração e principalmente a relação do objeto com a comunidade na qual está inserido, com as pessoas que se apropriam dele, pois é o que legitima a conservação e pode garantir seu sucesso. O segundo ponto é que conservar um edifício histórico atribuindo-lhe um novo uso pode estabelecer uma série de benefícios que vão além da conservação propriamente dita, como o uso em si e o que deriva da junção entre o valor museológico, simbólico e cultural e o valor de uso, como é o caso do turismo cultural, tido como importante ferramenta de fomento econômico. Como terceiro ponto, intrinsecamente ligado ao primeiro, temos a criação de novos significados que um edifício pode assumir, lembrando que esses novos significados não devem suprimir os significados anteriores. Observados tais pontos e abordando precisamente a conversão de exemplares da arquitetura sacra católica, tem-se um melhor entendimento do questionamento levantados no início deste trabalho e suas implicações: é possível conciliar a preservação material com a manutenção dos aspectos simbólicos desses edifícios? Os novos significados, atribuídos em função dos novos usos, suprimiriam os significados primários desses edifícios que tem nesse aspecto simbólico uma de suas maiores forças? Como a população local que se apropria desses edifícios vê esse processo e pode ou não se apropriar dele? Buscando oferecer mais subsídios para responder a tais questionamentos, o próximo capítulo busca realizar um estudo sobre a arquitetura sacra católica propriamente dita, sobretudo com relação ao seu aspecto simbólico e sua inserção no mundo contemporâneo.

2. ARQUITETURA SACRA CATÓLICA

2.1. Simbologia do Espaço Sagrado

Um edifício religioso, sobretudo um templo, não é um edifício ordinário; pelo contrário, é um edifício imbuído de significados e simbolismos. Não é uma mera construção, mas uma vez que lhes são atribuídos tais significados e converte-se no símbolo do sobrenatural, torna-se a materialização de um mundo diferente daquele no qual nasce. As práticas religiosas e conseqüentemente os espaços destinados para tal acompanham a humanidade desde seus primórdios, uma vez que o homem sempre buscou o sobrenatural, desde o culto aos fenômenos

da natureza nas religiões primitivas do animismo, onde tem-se *o primeiro estágio da evolução religiosa da humanidade, no qual o homem primitivo crê que todas as formas identificáveis da natureza possuem uma alma e agem intencionalmente* (Oxford University Press, 2022), sendo os deuses a personificação das forças da Natureza, até os dias atuais, com as religiões messiânicas; o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, constituindo os três maiores seguimentos religiosos do mundo contemporâneo e as diversas vertentes religiosas alternativas presentes no mundo pós-moderno, isto é, no período de tempo compreendido pela sociologia histórica desde o final da década de 1980 até os dias atuais.

Para o “*homo-religiosus*”, conceito criado por Eliade (2018) que define o homem imbuído de sacralidade, o espaço não é algo contínuo, mas apresenta quebras que o dividem, essencialmente, entre mundo profano e mundo sagrado:

Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. “Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés; tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa.” (Êxodo, 3: 5) Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência “forte”, significativo, e há outros espaços não sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos. Mais ainda: para o homem religioso essa não-homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real, que existe realmente – e todo o resto, a extensão disforme, que o cerca.

(ELIADE, 2018)

Assim, tem-se que o mundo amorfo seria um “caos” e que a ordenação do espaço, precisamente o estabelecimento de um templo, que constitui uma rotura, seria um ato organizador desse espaço amorfo. Ademais, esse espaço amorfo estaria dividido em três partes: mundo inferior, centro e mundo superior. *O homem, por sua vez, viveria no centro do mundo, abaixo do mundo superior, ou sagrado. Logo, para poder comunicar-se com o mundo superior, estabeleceria roturas espaciais entre as regiões cósmicas que permitiriam essa comunicação* (ELIADE, 2018).

Esse espaço sagrado, que confere ordem ao caos, torna-se diferente do espaço profano primeiramente por representar uma hierofania, ou seja, *o ato da manifestação do sagrado* (ELIADE, 2018). Ao longo da História, as igrejas foram edificadas sobretudo onde se manifestava uma hierofania; a Catedral de Durham, datada do século XI e localizada no Reino Unido, foi erguida onde, segundo a história, o caixão com as relíquias de São Cutedberto tornou-se imóvel, representando assim a vontade divina de que a igreja que viria a abrigar suas relíquias fosse construída naquele local. As aparições de Nossa Senhora de Fátima, ocorridas no início do século XX em Portugal levaram à construção do Santuário de Fátima no local onde as aparições teriam ocorrido. Com isso, tem-se que ao longo de quase mil anos, as hierofanias estiveram presentes por ocasião da construção de templos católicos, colocando estes como

edifícios símbolos da vontade divina. Todavia, é necessário mencionar que nem sempre uma igreja é erguida apenas em função de uma manifestação divina e o lugar de sua construção é muitas vezes determinado por questões políticas, como foi o caso de muitas igrejas datadas do período colonial brasileiro, uma vez que doar terras à Igreja garantia certos benefícios para os donos das terras, como aponta Ribeiro (2006). A crença nas hierofanias é, segundo a autora, respaldada pelo Antigo Testamento, onde tem-se que os *patriarcas bíblicos construíram altares onde Deus lhes apareceu (Gn 12.7; 22.14; 28.18) e onde ocorreram fatos miraculosos, como a construção do altar por Saul no lugar de sua vitória contra os filisteus (1Sm 14.35)* (RIBEIRO, 2006). Para Eliade (2018), *quando o sagrado se manifesta por uma hierofania qualquer, não só há rotura na homogeneidade do espaço, como também revelação de uma realidade absoluta, que se opõe à não realidade da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo.* Para Ribeiro (2006), torna-se necessário salientar que uma hierofania ou uma teofania (manifestação visual do sobrenatural) não torna um lugar santo, mas ao contrário, a teofania ou a hierofania ocorre naquele local porque este já era um local sagrado, ou seja, tanto a hierofania quanto a teofania serviriam para mostrar a sacralidade de um local e não para estabelecê-la. Assim, ainda para a autora, quando um templo é erguido em local de manifestação sobrenatural, *não ocorre mais dúvida da presença divina neste lugar e, portanto, no interior do recinto sagrado, o mundo profano é transcendido* (ELIADE, 2018).

A determinação para a construção dos templos é majoritariamente dada em sítios elevados, estabelecendo uma relação com os simbolismos da Montanha Cósmica, que advém de diversos povos e tempos e que foi incorporado também ao cristianismo, estando presente nas várias representações de lugares altos em toda a Bíblia, *com os Montes Sagrados, como o Monte Sinai ou Horebe, onde Moisés presencia a hierofania da sarça ardente (Êx 3.2) e onde recebe as tábuas da Lei (Êx 19.18,23)* (RIBEIRO, 2006). A montanha, que poderia ser mítica ou real, estaria localizada no centro do mundo, uma das três regiões cósmicas, estabelecendo o *axis mundi*, sendo este o centro gerador de todo o mundo, de onde se dá o início da *cosmogonia*. A cosmogonia é outro conceito introduzido por Eliade (2018) e diz respeito a recriação do cosmos em microescala, a reprodução em escala reduzida da Criação, dando origem a uma *imago mundi* - imagem do mundo. A montanha estabeleceria, portanto, um local de ligação entre o céu e a Terra. Assim, para o autor, os templos seriam réplicas da Montanha cósmica e, conseqüentemente, *constituiriam uma “ligação” por excelência entre a Terra e o Céu* e haveria nos templos a imagem de uma abertura, que representaria uma *“porta” para o alto, por onde os deuses podem descer à Terra e o homem pode subir simbolicamente ao Céu. Assim acontece*

em numerosas religiões: o templo constitui, por assim dizer, uma “abertura” para o alto e assegura a comunicação com o mundo dos deuses (ELIADE, 2018).

A cosmogonia, por sua vez, tem origem principalmente no ritual védico da tomada de posse de um território, onde esta seria válida apenas *após a ereção de um altar do fogo consagrado a Agni. Pela ereção desse altar do fogo, Agni tornaria-se presente, a comunicação com o mundo dos deuses estaria assegurada e o espaço do altar tornaria-se um espaço sagrado (ELIADE, 2018).* A partir da consagração do espaço sagrado Hindu, com a dedicação de um altar à deusa do fogo, é interessante lembrar também que o elemento do fogo é ainda hoje algo presente nos altares católicos, simbolizando a presença de Cristo. Ademais, para demarcar o espaço habitado, no século XIX, Semper (1803 - 1879) vem a estabelecer que o fogo seria um dos cinco elementos básicos da arquitetura. Para o cristianismo, no entanto, o ritual de consagração de um espaço se pauta na ereção de uma cruz, símbolo da religião cristã, e pela Dedicção, que é a consagração especial de uma Igreja, uma forma solene de dizer que aquele espaço, aquela construção, é inteiramente dedicado ao culto do Senhor, não podendo servir a outro fim senão este. Assim, para Eliade (2018), *a ereção da cruz equivalia à consagração da região e, portanto, de certo modo, a um “novo nascimento”. Porque, pelo Cristo, “passaram as coisas velhas; eis que tudo se fez novo” (II Coríntios, 5:17). A terra recentemente descoberta era “renovada”, “recriada” pela Cruz.*

Dessa maneira, compreende-se como se estabelece um espaço sagrado e o que este significa para o homem religioso e, uma vez que a História se pauta a partir desse homem religioso que constitui uma sociedade, a presença desse espaço ou edifício sagrado vem a ser o fator inicial para a criação dos tecidos urbanos. Para Sérgio da Mata (s.d.), *durantes milênios, o fenômeno urbano esteve tão intimamente associado ao universo da religião que não se poderia explicá-los separadamente senão sob o risco de não compreender nem um nem outro (RIBEIRO, 2006 apud MATA, s.d.), é devido a isso que os primeiros núcleos urbanos foram também centros religiosos (RIBEIRO, 2006 apud MUMFORD, 1965) e a fundação da cidade de Roma e de outras cidades na Grécia, em Benin e na China, foi antes de tudo, um ato religioso (RIBEIRO, 2006 apud COULANGES, 1975; WACH, 1990; ELIADE, 2001; GRANET, 1998).*

Assim, ao longo da História, os templos, sendo construções simbólicas, converteram-se em testemunhas dos momentos históricos da humanidade. No entanto, muito além de representarem questões políticas e sociais, esse aspecto transcendental dos templos é possivelmente o que faz destas construções algo emblemático inclusive do ponto de vista da conservação patrimonial, temática deste trabalho, pois como aponta Eliade (2018), *uma pedra sagrada é venerada porque é sagrada e não porque é pedra*, o que leva a preservação desses

edifícios a constituir um desafio que na C.I. e precisamente quando da inserção de um novo uso, torna-se algo extremamente complexo, como aponta Choay (2014).

2.2. O Espaço Sagrado no Mundo Pós-Moderno

Podemos afirmar que sendo a arquitetura, enquanto manifestação artística, um reflexo das sociedades e uma forma pela qual os grupos sociais buscam deixar sua marca no tempo, a história da humanidade e das religiões é também a história da arquitetura. Corroborando com tal ponto de vista, Zevi (2009) afirma que *a arquitetura é o aspecto visual da história* e propõe diversas interpretações pelas quais podemos compreendê-la, sendo uma das principais a interpretação política, ou seja, a de que a arquitetura é condicionada pelos acontecimentos históricos do contexto no qual se insere, partindo da afirmação política para a atuação arquitetônica. Como exemplo, no campo da arquitetura cristã, afirma que o ímpeto construtivo gótico na França e na Inglaterra, durante a Alta Idade Média, se deu em função do advento do nacionalismo e o fervor das Cruzadas, com a construção, durante o reinado de Henrique III, das catedrais de Lincoln, Salisbury e Westminster, na Grã-Bretanha, e Amiens, Chartres, Reims, Beauvais e a Saint-Chapelle, na França, durante o reinado de Luís IX (ZEVI, 2006).

É notável, nesse cenário, o protagonismo da arquitetura sacra católica como reflexo dos acontecimentos históricos da Europa durante a Idade Média. Tal fato se deve ao protagonismo do cristianismo na formação da sociedade ocidental, desde o período medieval, e cujos reflexos estão presentes até os dias atuais. Autores como Woods (2019) afirmam que a Igreja Católica, sendo a instituição mais antiga do Ocidente, foi responsável por “construir” toda a civilização ocidental, seja a partir da instauração de instituições como as santas casas de misericórdia, que deram origem aos hospitais modernos, do Direito Canônico, que deu origem ao Código de Direito Internacional e à constituições federais como a brasileira, de 1988, que apesar de instaurar a laicidade do Estado, traz do Direito Canônico aspectos significativos como a igualdade entre os homens e o pleno direito de defesa, e até mesmo aspectos urbanísticos e arquitetônicos presentes nas cidades até os nossos dias, como a conformação de um pátio ou de uma praça em frente às igrejas e formação das próprias cidades, como já exposto, a exemplo do período colonial brasileiro, onde várias cidades históricas como Igarassu e Olinda, em Pernambuco, sendo umas das primeiras cidades fundadas em território nacional, ainda no século XVI, que se desenvolveram a partir da implantação de um edifício religioso, construído em sítio elevado, como se do alto protegesse e abençoasse toda a cidade.

Para entender a relação entre esses edifícios e a sociedade contemporânea, pode-se analisar brevemente como essa relação se deu em alguns momentos emblemáticos ao longo dos séculos. Até o século IV, as catacumbas romanas foram o espaço de culto utilizado pelos cristãos, que haviam sido proibidos de estabelecerem reuniões, encontrando nas catacumbas tanto uma localização estratégica, fora dos muros de Roma, como um espaço simbólico para a religião. Posteriormente à conversão do império Romano ao cristianismo, no século IV, a partir Édito da Tessalônica (384) pelo imperador Teodósio Magno (378 – 395), o cristianismo teria além da tarefa de pregar o evangelho, também a tarefa de encontrar um espaço adequado para seu culto, uma vez que reaproveitar os espaços dos templos greco-romanos não parecia ser adequado, em função dos dogmas da nova religião. Para os politeístas gregos e posteriormente romanos, o templo religioso era a “casa” do deus para o qual tal templo havia sido edificado, a exemplo do Paternon, datado do século VI a. C. e talvez o mais famoso dos templos da antiguidade clássica, dedicado à deusa Atena. Sobre essa incompatibilidade com os templos greco-romanos, Zevi (2006) demonstra que tal fato se deu em função de tais edificações *não serem concebidas para funções e interesses sociais, uma vez que os ritos se realizavam do lado de fora, ao redor do templo e, portanto, este não era concebido como a casa dos fiéis, mas como a morada impenetrável dos deuses* (ZEVI, 2006).

Assim, o autor aponta para o que seria uma das mais fortes - se não realmente a mais forte – característica do espaço sagrado cristão: a dimensão psicológica, entendida por ele como *a força motriz da pregação cristã, que teve sua primeira manifestação arquitetônica nos obscuros silêncios das catacumbas* (ZEVI, 2006). Corroborando com o exposto de Zevi (2006), Gombrich (2015) aponta que:

Durante os períodos de perseguição não tinha havido necessidade nem, de fato, possibilidade de construir lugares públicos de culto. As igrejas e salas de reunião que existiam eram pequenas e de aspecto insignificante. Mas, uma vez que a Igreja se tornara o poder supremo no reino, todo o seu relacionamento com a arte teria que ser reexaminado. Os lugares de culto não podiam adotar por modelo os antigos templos, já que sua função era inteiramente diferente. O interior do templo era, usualmente, apenas um pequeno sacrário para a estátua de um deus. As procissões e os sacrifícios tinham lugar do lado de fora. A igreja, por sua vez, tinha que encontrar espaço para toda a congregação que se reunia para o serviço religioso, quando o padre recitava a missa no altar-mor ou proferia seu sermão.

(GOMBRICH, 2015)

Assim como propõe a interpretação política da arquitetura, tratada acima, Zevi (2006) propõe também as interpretações filosófico-religiosa e fisiopsicológica, bastante presentes em se tratando de arquitetura sacra católica. Na interpretação filosófico-religiosa está precisamente contido o que se trata no parágrafo anterior e na fala de Gombrich (2015); a crença dos cristãos

divergindo da crença das religiões politeístas anteriores teve como consequência direta a incompatibilidade dos templos politeístas com a realização dos cultos cristãos. Assim, buscase na interpretação fisiopsicológica a explicação pela qual a forma das basílicas romanas, que eram até então edifícios públicos do império, onde se realizavam assembleias cívicas, atividades comerciais e por vezes servia de tribunal, foi escolhida para tornar-se o espaço de culto do cristianismo, adaptando-se a este e se desenvolvendo até os dias atuais nos edifícios de culto católico tais quais os conhecemos hoje. Sobre a interpretação fisiopsicológica do espaço, Zevi (2006) aponta que:

De diferente valor, aliás fundamental na história das interpretações arquitetônicas, é a teoria do *Einführung*, segundo a qual a emoção artística consiste na identificação do espectador com as formas, e por isso no fato de a arquitetura transcrever os estados de espírito nas formas da construção, humanizando-as e animando-as. Olhando as formas arquitetônicas, nós vibramos em simpatia simbólica com elas, porque suscitam reações em nosso corpo e em nosso espírito.

(ZEVI, 2006)

Com isso, tem-se que a escolha pela forma da basílica advém de como sua forma era interpretada: era um espaço propício para grandes reuniões, o que em muito convinha à uma religião que crescia em ritmo exponencial, era um espaço que impunha respeito em função de seus usos administrativo e legislativo, o que ajudaria o cristianismo a impor o respeito necessário para produzir mais adeptos e era também um espaço capaz de despertar emoções no espírito, seja a partir da escala, que apesar de ainda monumental não era a escala dos deuses presente nos templos politeístas, seja a partir das formas propriamente ditas e das interpretações que advém delas, como é o caso das linhas verticais, que serão de suma importância em períodos posteriores e movimentos arquitetônicos como o gótico.

Zevi (2006) conclui que a respeito da escolha das formas para seu templo, os cristãos, *alheios tanto à autonomia contemplativa grega como à cenografia romana, no fundo, selecionaram o que havia de vital para eles em ambas as experiências; reuniram assim na igreja a escala humana dos gregos e a consciência do espaço interior romano* (ZEVI, 2006), e conclui dedicando um parágrafo a sintetizar o que seria a igreja paleocristã:

A igreja cristã não é o edifício misterioso que guarda o simulacro de um deus; em certo sentido, tampouco é a casa de Deus, mas o lugar de reunião, de comunhão e de oração dos fiéis. É lógico que os cristãos se inspiraram mais na basílica que no templo romano, pois ela havia constituído o tema social do mundo arquitetônico anterior. Também é natural que eles tenham com frequência reduzido as dimensões da basílica romana, porque uma religião do íntimo e do amor exigia um palco físico humano, criado segundo a escala dos que devia acolher e elevar espiritualmente. Foi

essa a transformação quantitativa ou dimensional; a revolução espacial constituiu em ordenar todos os elementos da igreja na linha do caminho humano.

(ZEVI, 2006)

Superado o desafio de encontrar um espaço adequado para o culto cristão, o cristianismo apresentou um grande crescimento nos séculos seguintes, se espalhando por todo o mundo ocidental. De acordo com Holmes e Bickers (2021), *por altura da morte de Guilherme, em 1087, e de Lanfranco, em 1089, a Igreja de Inglaterra tinha bases muito sólidas, o que tinha equivalente no caráter sólido e pesado da arquitetura normanda, que modificou radicalmente a forma e a aparência das igrejas*. Ao se referir ao século XII, Gombrich (2015) o denomina como o período da “Igreja militante”, e aqui é possível afirmar consensualmente que está contido o período áureo do poder da Igreja, sobretudo durante o pontificado de Inocêncio III, num período onde *o âmbito e a influência cada vez maiores do direito canônico tendiam a apoiar uma ideologia papal que fazia do papa o "senhor do mundo inteiro"* (HOLMES, BICKERS, 2021). Dessa maneira, tem-se uma visão geral do que era o poder da Igreja no início do século XII, tendo a figura do papa uma autoridade tal que conferia a ele superioridade com relação à autoridade temporal. Em outras palavras, a autoridade do papa estaria sobre a autoridade do rei, sob o argumento de que o reino dos céus seria superior a todo e qualquer reino da Terra. Dado tal cenário, observa-se como a arquitetura sacra à época desempenhou um papel de conversão de novos cristãos, empregando elementos como a verticalidade, conferindo uma metafísica de ascensão aos céus.

Mais do que nas basílicas, que tinham uma verticalidade baseada na escala do usuário, nas igrejas normandas e posteriormente nas góticas, a verticalidade é buscada como forma de afirmação, ou seja, frente ao tecido urbano medieval, cuja escala era reduzida, as igrejas e catedrais a partir de agora constituiriam um ponto de imposição em função da escala monumental, conservando também a escala monumental do interior a ser apreendida pelo usuário, numa espécie de “metafísica divina”. Assim, Gombrich (2015) explica a denominação de “Igreja militante” conferida por ele à arquitetura sacra do século XII:

Essas poderosas e quase desafiadoras montanhas de pedra erigidas pela Igreja em terras de camponeses e guerreiros que só recentemente haviam sido convertidos de seu modo de vida pagão parecem expressar a própria ideia da Igreja Militante — isto é, a ideia de que aqui na Terra é tarefa da Igreja combater as forças das Trevas até que a hora do triunfo desponte no dia do Juízo Final.

(GOMBRICH, 2015)

Arquitetonicamente, a verticalidade pode ser compreendida buscando mais uma vez respaldo na interpretação fisiopsicológica da *linha vertical* proposta por Zevi (2006):

É o símbolo do infinito, do êxtase e da emoção. Para segui-la, o homem detém-se, ergue os olhos até o céu, afastando-se da sua diretriz normal. A linha vertical rompe-se no céu, perde-se nele, e nunca encontrará obstáculos ou limites, ilude acerca do seu comprimento, é por isso símbolo do sublime. Alguns autores distinguem entre a linha ascendente de uma voluta que apresenta a alegria e a descendente que provoca tristeza.

(ZEVI, 2006)

Corroborando com a ideia de que a verticalidade constitui uma característica divina, Eliade (2018) afirma que *a transcendência se revela pela simples tomada de consciência da altura infinita. O “muito alto” torna-se espontaneamente um atributo da divindade.*

Figura 5: *Notre Dame de Tournai*, Bélgica. Uma catedral do século XII. Aqui é perceptível como, ainda hoje, a verticalidade da catedral se sobressai em meio ao tecido da cidade medieval.



Fonte 5 - Cirkwi.com, 2022.

Essa transcendência proposta através da verticalidade e que se desenvolve na arquitetura normanda é acentuada no interior das catedrais pelos tetos abobadados, que serão plenamente desenvolvidos durante o gótico. Como já dito, estabelecia-se um contraste entre a o peso das colunas e a aparente leveza dos tetos abobadados, como se refletissem a vida terrena (pesada, através dos pilares) e o vida espiritual (bela e ascendente através da leveza dos tetos e o aparente

direcionamento das abóbodas para o céu). Resumidamente, Gombrich (2015) explicita o que são as catedrais normandas da seguinte forma:

A Idade das Trevas não apagara, em absoluto, a memória das primeiras igrejas, as basílicas, e as formas que os romanos haviam usado em sua construção. O plano fundamental era usualmente o mesmo — uma nave central levando a uma abside ou coro e duas ou quatro naves colaterais. Por vezes, esse plano simples era enriquecido por um certo número de adições. Alguns arquitetos gostavam da ideia de construir igrejas na forma de uma cruz, e por isso acrescentaram uma galeria transversal entre o coro e a nave, a que se deu o nome de transepto. A impressão geral criada por essas igrejas normandas ou românicas é, contudo, muito diferente das velhas basílicas. Nas primeiras basílicas clássicas tinham sido usadas colunas que sustentavam "entablamentos" retos. Nas igrejas românicas e normandas, encontramos geralmente arcos redondos (semicirculares) assentes em maciços pés-direitos.

(GOMBRICH, 2015)

Figura 6: Interior da Catedral de Durham, Inglaterra, uma catedral de estilo normando iniciada em 1093. É perceptível como é estabelecida uma arquitetura sólida, do ponto de vista construtivo, e “pesada” no sentido psicológico, refletindo a ideia de “arquitetura militante”.

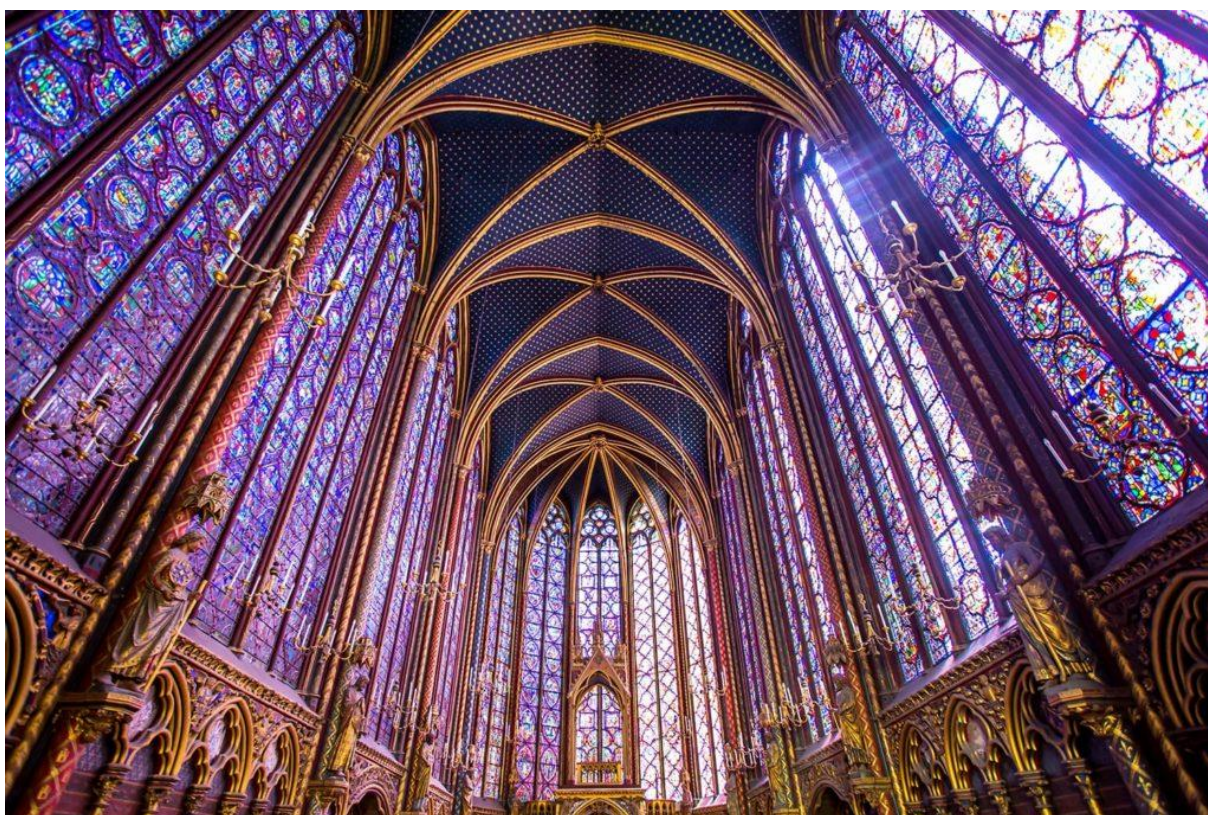


Fonte 6 - Smarthistory.org, 2022.

A Igreja chegara ao final do século XII ainda mais consolidada do que entrara nele e durante o século seguinte viveria sua fase triunfante, de acordo com Gombrich (2015), o que seria refletido na arquitetura gótica das grandes catedrais, a exemplo de Notre Dame de Paris, iniciada em 1163 e da Sainte-Chapelle, de 1248, edificada para abrigar as relíquias da Paixão adquiridas por Luís IX a fim de tornar Paris uma “nova Jerusalém”. Apesar dos constantes

conflitos de poder entre Igreja e Estado, em especial na relação da Santa Sé com rei da França, o mais bem sucedido dos recém criados reinos ocidentais, o cristianismo era a essa altura a religião dominante do ocidente e o poder papal embora não tão forte quando no período de Inocêncio III, ainda constituía um importante aspecto da sociedade medieval europeia. É nesse período que se desenvolve o estilo gótico na arquitetura, considerado uma evolução do estilo normando, ou românico, e que tem sua maior profusão nas catedrais francesas e posteriormente inglesas. A verticalidade, entendida como atributo divino, é no gótico acentuada pelo jogo de luz e sombra que conferiu o triunfo desse estilo arquitetônico na sua função de conceber um espaço de ligação entre a Terra e o céu, ou seja, de ser uma rotura espacial, um *axis mundi*. Jonh Ruskin, um dos maiores expoentes do gótico inglês, aponta que os elementos construtivos e compositivos no gótico contribuíam para um fenômeno metafísico, conferindo uma espacialidade sensorial que permitia *sentir o fluxo das energias que circulam e constituem o espaço* (AMARAL, 2019 *apud* RUSKIN, 1886).

Figura 21: Sainte-Chapelle, Paris. Pode-se observar a forte presença dos vitrais que iluminam o interior da igreja e a leveza da estrutura em comparação com a Catedral de Durham (Figura 6), contribuindo para a ideia de “arquitetura triunfante”.



O gótico seria o estilo predominante durante os séculos que precedem o Renascimento e a construção de grandes catedrais seria algo recorrente até meados do século XIV, embora já não constituíssem o principal foco da arte, como aponta Gombrich (2015), à medida que a sociedade se distanciava do poder absoluto da Igreja para o poder absoluto dos reis. Assim, o estilo, tal qual a própria Igreja, conheceria a perda do seu protagonismo à medida que chegava ao fim a Idade Média. As transformações sociais que aconteciam na Europa desde o início do século XII, como os entraves cada vez mais fervorosos entre a Igreja e o Estado, o processo de urbanização das cidades e principalmente as correntes filosóficas dentre as quais se destacam o Humanismo, a partir do século XV (e posteriormente o Iluminismo, já no século XVIII) e a Reforma Protestante, também iniciada no século XV, trazem consigo mudanças sociais que marcariam definitivamente o pensamento coletivo e teriam como conseqüências o início, ainda que embrionário, de uma secularização da sociedade e uma perda cada vez maior do protagonismo da Igreja, que logo dividiria forças e seguidores com o Protestantismo, o Anglicanismo e as chamadas “religiões seculares”.

Por volta do século XIV, inicia-se na Itália o período do Renascimento, considerado um período de ligação entre o mundo medieval e o mundo moderno, cujo desenvolvimento seria palco para transformações na política, na economia e na sociedade em geral, muito embora à época o termo fosse usado sobretudo para referir o renascimento dos estilos de Roma e da Grécia nas esferas da literatura e da arte (HOLMES, BICKERS, 2021). É durante o período do Renascimento que se inicia também o Humanismo, movimento que iria ter uma forte influência formadora na Igreja (HOLMES, BICKERS, 2021) e cujas conseqüentes mudanças sociais, filosóficas, econômicas e culturais de uma maneira geral, seria algo consolidado já na sociedade europeia que saíra da Idade Média. Nesse sentido, Holmes e Bickers afirmam que:

O que tem sido muitas vezes ignorado é que por esta altura alguns católicos estavam já a começar a enfrentar os problemas levantados pelo crescimento do pluralismo religioso, da secularização política e do empirismo filosófico. Grupos de católicos tentaram reconciliar a sua fé religiosa com as realidades da cultura moderna, embora a maior parte dos católicos e das autoridades romanas, incluindo nalguma medida Bento XIV, continuassem simplesmente a rejeitar ou reagir ao que julgavam ser tendências transitórias e perigosas.

(HOLMES, BICKERS, 2021)

Foi nesse cenário, precisamente no século XVI, com o advento da Reforma Protestante, que a Igreja deu início ao movimento de Contrarreforma, tendo como marco o Concílio de Trento, responsável por estabelecer que a arquitetura deveria ser utilizada como instrumento de persuasão, como forma de conter o avanço do protestantismo, introduzindo um estilo

arquitetônico pautado sobretudo na emotividade: o barroco europeu. Além disso, o concílio estabeleceu também que a fé católica deveria ser expandida no contexto das Grandes Navegações, fundando a Companhia de Jesus para que o catolicismo fosse levado ao recém descoberto Novo Mundo. Foi nesse contexto que os jesuítas se estabelecem no território brasileiro, fundando povoados e construindo diversas igrejas, como forma tanto de demarcação territorial do governo português, como de expansão da fé católica pela conversão dos chamados gentios.

Além de ter figurado um reflexo do momento histórico da Igreja e sua relação com a sociedade da época, o barroco representou também um reflexo da mentalidade dessa sociedade, à medida que o pensamento coletivo tornava-se mais abrangente, claro e questionador, e as artes passavam por um período de experimentação que lhe foi possível quando seu objeto principal deixou de ser a temática religiosa, a arquitetura também refletiria essa abrangência e incorporaria aos edifícios religiosos uma sensação de movimento, conferida pelo emprego de formas curvas. Para Zevi (2009), o barroco seria a libertação tanto espacial quanto mental das regras clássicas e partindo, mais uma vez, de suas interpretações filosófico-religiosa e fisiopsicológica da arquitetura, tem-se o entendimento da principal característica do movimento barroco, a emotividade, alcançada em grande parte através dessas formas. O barroco abandonando a estaticidade renascentista, cujas bases são a arte grega e romana, cria um espaço dinâmico e rico em ornamentação, como forma de mostrar que a Igreja, ainda que desafiada, detinha ainda seu poder e riqueza.

Figura 7 - Fachada da Igreja de Il Gesù, considerada uma das primeiras igrejas barrocas.



Fonte 7 - ArtsDot.com, 2022.

Figura 8 - Interior da Igreja de Il Gesù. Percebe-se o dinamismo do estilo barroco com o uso das formas curvas e o excesso de ornamentação que confere ao estilo certa teatralidade.



Fonte 8 - PixBay.com, 2022.

O barroco teria seu protagonismo até a primeira metade do século XVIII, onde a prevalência de um estilo artístico único seria aos poucos dissolvida, em função da liberdade artística, e esse século seria palco para dois outros acontecimentos que teriam também seu reflexo para a Igreja e para a arquitetura sacra. O primeiro acontecimento foi o advento do Iluminismo, que assim como o Humanismo consistia em uma busca pelo agir e pensar através da razão. Agora, porém, esse pensamento racional seria superior ao pensamento religioso e seria a base para um período de rupturas definitivas tanto do pensamento quanto da sociedade. O Iluminismo surgiu na França e buscou nessa postura de razão sobre a fé compreender e solucionar os problemas da sociedade francesa, dentre os quais destacavam-se principalmente o absolutismo dos reis e o poder ainda presente da Igreja. Assim, a partir da crítica aos privilégios da nobreza e do clero, instaura-se um cenário de questionamento da própria estrutura do Antigo Regime, na busca por criar uma sociedade mais igualitária. É esse cenário que culmina na Revolução Francesa, iniciando o processo de separação formal entre Estado e Igreja e dando origem aos primeiros instrumentos de preservação patrimonial, como visto no primeiro capítulo.

Nesse contexto, cresce o sentimento de secularização à medida que a religião passa a figurar um plano secundário, ainda mais se mencionado que a durante a Renascença *há uma revalorização do paganismo, sobretudo graças à moda alegorista do neoplatonismo* (ELIADE, 2018). Segundo Holmes e Bickers (2021), o movimento de separação entre Estado e Igreja, *estava associado a tentativas de substituir o catolicismo por uma nova religião revolucionária, um deísmo nacional e filantrópico, uma religião natural otimista e humanitária, uma teofilantropia, mas estava associado também, por vezes, a vandalismos, sacrilégios, apostasias públicas de religiosos e com a "descristianização"*. Assim, no início do século XIX, o cenário com relação a prática religiosa católica era, para os autores, o seguinte:

Já começava a surgir aquela divisão cada vez maior entre os que praticavam uma religião de conformismo e aqueles para quem a religião era uma questão de compromisso pessoal, ou seja, uma "adesão quantitativa" em contraste com uma "religião qualitativa"; a "cristianização da minoria, a descristianização da maioria". No que dizia respeito à grande massa da população, a descristianização era apenas a recusa de ceder às pressões civis, sociais e religiosas. Não era tanto o resultado da industrialização, da urbanização e da proletarização, embora o declínio fosse mais óbvio nas áreas urbanas que no campo.

(HOLMES, BICKERS, 2021)

A separação nascente entre as funções do Estado e do clero seria uma herança presente até os dias atuais, uma vez que a maior parte dos Estados ocidentais é laico, ou seja, não tem

uma religião oficial e deve ser tolerante a todas as formas de expressão religiosa. Na França, onde essa separação se inicia durante a Revolução, seu estabelecimento oficial se dará apenas já no século XX, precisamente no ano de 1905, a Lei da Laicidade, condenada pelo papa Pio X (1903 – 1914) na sua encíclica *Vehementer*, de 1906. No Brasil esse fato se deu um pouco mais cedo, ainda em 1890, pelo Decreto nº 119-A, passando a ter força de lei desde a Constituição de 1891.

Na virada do século XIX para o século XX, um filósofo declara que “Deus está morto”. A afirmativa que facilmente chocaria um cristão do século XI ou XII, quando a igreja católica viveu seu período áureo é, no entanto, muito menos chocante no mundo contemporâneo, pelo menos para 16,3% da população mundial que se autodeclara atea ou sem religião, de acordo com um estudo de 2012 da *Global Religious Landscapes*. No Brasil, de acordo com o último censo divulgado pelo IBGE, também no ano de 2010, o número de pessoas que se identificavam da mesma forma era de cerca de 15.400.000, correspondendo a cerca de 7,8% da população brasileira na época. A frase dita por Nietzsche em 1882 implica que *o mundo suprasensível teria perdido sua força de atuação* (HEIDEGGER, 2003), sendo uma possível interpretação o fato de que a religião deixara de ser um fator central na vida das pessoas como fora nos séculos anteriores, fenômeno que se tornaria pauta da própria Igreja, a exemplo do pontificado de Paulo VI (1963 – 1978), onde o “diálogo entre a Igreja e o mundo contemporâneo” já era tema de debate, de acordo com Holmes e Bickers (2021). O que era perceptível à época de Nietzsche é ainda mais claro nos dias atuais é que a sociedade, de uma maneira geral, sofreu um processo de secularização, impulsionado no século XVIII pela Revolução Francesa e também pela Revolução Industrial e que seria desenvolvido gradualmente nos séculos que se seguiram. De acordo com *Oxford Languages* (2022), “secularização” seria *a transformação ou passagem de coisas, fatos, crenças e instituições, que estavam sob o domínio religioso, para o regime leigo*. Dessa maneira, a sociedade que chega ao século XXI, num mundo globalizado e repleto de progressos científicos e intelectuais não tem na religião um centro organizador da vida e tampouco a Igreja, enquanto instituição, detém um poder sociopolítico tal como nos séculos anteriores, muito em função da laicização da maioria dos Estados ocidentais. Sobre o cenário da virada do século XX para o século XXI, tem-se, de acordo com Holmes e Bickers (2021) que:

A população católica mundial ultrapassou pela primeira vez em 1998 o patamar dos mil milhões, um número que representa quase 18% da população mundial e cerca de 56% do total de cristãos. Na Américas, os católicos constituem 62,9% da população, na Europa 41,4%, em África 14,9%, na Oceania 27,5% e na Ásia 3%. O aumento global do número de católicos não acompanha o aumento da população

mundial e pensa-se que será ainda menor na próxima década. O número de padres católicos não cresce de modo a igualar o aumento global dos católicos, ao passo que o número de religiosos, tanto homens quanto mulheres, continua a baixar. Na Europa, por exemplo, nos vinte anos que terminam em 1995, o número de religiosos – homens e mulheres - caiu pouco mais que 11% (...) Mais de 46000 paróquias ficaram sem padre residente. O declínio não é uniforme em toda a Europa (na verdade, a Polónia registrou um aumento de 39%, houve quebras de 32% na Bélgica, 30% em França, 26% na Holanda, mas apenas 8% em Itália e menos de 1% na Irlanda.

(HOLMES, BICKERS, 2021)

A análise dos autores sobre os números relacionados ao catolicismo na virada do século é sucedida pela afirmação de que um grande número de paróquias europeias se encontrava sem uso, em função da falta de sacerdotes e de fiéis. Esse cenário tem implicações além de sociais e filosóficas, por exemplo, também no campo arquitetônico. Devido a falta de uso, cada vez mais templos católicos entram em estado de abandono, o que por sua vez pode ter consequências como a perda de um significativo acervo patrimonial, uma vez que, como visto, a arquitetura é o aspecto visual da História e a História ocidental foi plenamente influenciada pelo cristianismo.

2.2.1 A Atualidade do Patrimônio Arquitetônico Católico

Nos últimos 10 anos, cerca de 200 templos por mês fecharam suas portas, em média, na Europa. Nos Estados Unidos, até o ano de 2019, o número de igrejas e outros edifícios religiosos pertencentes à Igreja católica vendidos por falta de uso era de cerca de 6800. No Brasil o cenário não é muito diferente e a situação agrava-se em função da má preservação de inúmeros edifícios da arquitetura sacra católica brasileira, em especial do início do período colonial. Muito embora esse cenário esteja estabelecido, não significa que o fenômeno de secularização seja homogêneo e que, ainda hoje, não se construam novas igrejas, tanto fora quanto no Brasil. O que diferencia as edificações atuais daquelas construídas nos séculos passados, além do número de usuários para qual são construídas, é que se nos últimos séculos houve para cada época um estilo a ser seguido rigorosamente em função de ser desenvolvido justamente para o fim religioso, na atualidade a liberdade conferida ao artista desde o humanismo iniciado no século XV e amplamente explorada nos períodos pós-guerras, na arte moderna e na arte contemporânea, implica na construção de igrejas das mais diversas formas e vontades arquitetônicas, indicando que se ainda são construídas, logicamente são usadas.

Todavia, a construção de novas igrejas e demais edifícios religiosos é um cenário paralelo ao exposto de desuso de igrejas, muitas vezes, seculares. Esse fenômeno tende a ser

crescente em países cuja população passa por uma “descristianização”, como é o caso da Holanda, um dos países com maior população sem religião do mundo. É precisamente em solo holandês que o fenômeno aqui estudado, da inserção de novos usos em edifícios religiosos tem os mais emblemáticos e numerosos exemplos, embora essas conversões de usos estejam presentes em diversos países, incluindo o Brasil, com o caso da Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, no estado de Alagoas.

No entanto, antes que tais exemplos sejam analisados, cabe fazer uma breve delimitação do problema, recapitulando o que foi visto até agora. Assim, designam-se duas problemáticas que levam ao problema principal da inserção de novos usos em edifícios religiosos. A primeira, de caráter material, diz respeito à conservação dos bens patrimoniais e a segunda, de caráter imaterial, é a secularização da sociedade. No primeiro caso, lidamos com questões mais filosóficas e sociológicas que arquitetônicas, no entanto, sendo a arquitetura produto de uma sociedade, tais questões refletem diretamente na forma como se lida com a ela. Ao falarmos sobre secularização da sociedade, nos referimos ao fenômeno de perda do protagonismo sociocultural e político da Igreja (instituição e religião). Se olharmos para a Idade Média, facilmente percebemos como a esfera religiosa detinha tal protagonismo, o que em muito difere do contexto atual, após longos períodos de debates filosóficos e sociológicos e a instauração dos Estados laicos, por exemplo. Dessa forma, o desuso de edifícios religiosos pode ser entendido como um reflexo direto dessa sociedade secularizada e encarado do ponto de vista arquitetônico como uma ameaça à preservação de bens culturais e patrimoniais de valor histórico, artístico, simbólico, etc. fazendo com que a C.I. seja uma das melhores alternativas nesse caso, preservando assim o bem, embora podendo estabelecer um conflito com seus aspectos imateriais.

2.2.2. Panorama da Inserção de Novos Usos

Como exposto, tem-se na Conservação Integrada uma das principais e mais eficientes maneiras de preservar os edifícios religiosos em desuso, dando-lhes um uso secundário. Essa tarefa, no entanto, é algo bastante complexo, seja pelas questões simbólicas do espaço sagrado, seja por questões práticas como a tipologia de uma igreja, concebida unicamente para as funções religiosas, que tornam o edifício dificilmente adaptável a outros usos, diferentemente de um galpão fabril, como aponta Choay (2014). Outra questão que é discutível nesse sentido é a aceitação dos usuários com o espaço reestabelecido de uma igreja. Para alguns, é de causar certo desconforto estar em um bar ou em uma boate dentro do local concebido para a vida

religiosa e não profana, para outros, talvez não lhes cause desconforto psicológico algum. Para Eliade (2018), em oposição ao “homem religioso” estaria o “homem profano”, aquele para o qual o sobrenatural nada tem de relevante, no entanto, para o autor, mesmo esse homem profano, resultado da dessacralização da sociedade, não experimentaria um estado puro de “existência profana”, onde o sobrenatural pudesse ser relegado por completo. Para ele, mesmo que subjetivamente, o homem que vive numa sociedade secularizada conserva em si certa sacralidade e jamais existiu uma total *dessacralização do mundo, pois, no Extremo Oriente, o que se chama “emoção estética” conserva ainda, mesmo entre os letrados, uma dimensão religiosa* (ELIADE, 2018), por exemplo. Até que ponto, então, seria válido conservar as pedras, o aspecto material e suprimir o sagrado, o aspecto simbólico? Para os anti-intervencionistas, como Ruskin, abrir-se-ia mão das pedras, entendendo o arruinamento como uma morte digna para a preservação do simbólico. Para os intervencionistas, tais quais Le-Duc, a conservação das pedras fosse válida, restaurando e marcando o tempo da secularização. Agora, o debate do século XIX recai mais uma vez e não é, obviamente, um trabalho de graduação que visa encerrá-lo; pretende-se apenas estudá-lo e expor achados, dentre os quais o estudo de caso de três edificações distintas: 1. A livraria Selexyz Dominicanen e 2. a boate Paradiso, na Holanda e 3. A Iglesia Skate, na Espanha.

2.2.3 Estudos de Caso

A Selexyz Dominicanen é uma livraria estabelecida em uma igreja dominicana em estilo gótico do século XIII, na cidade Maastrich, na Holanda. Em funcionamento desde 2016 e eleita pelo jornal britânico The Guardian como a “livraria mais bonita do mundo” no ano de 2019, a Selexyz Dominicanen recebe cerca de 700.000 visitantes ao ano, entre moradores locais e turistas talvez mais interessados na livraria que funciona em uma igreja medieval do que nos livros. Para alguns, tal fenômeno certamente causa estranhamento, mas para os holandeses talvez não seja algo estranho. A Holanda tornou-se protestante muito cedo, sendo as grandes catedrais católicas convertidas em espaços de uso para o culto protestante. Assim, em função da iconoclastia e dos próprios dogmas do protestantismo, o espaço da igreja era um espaço de reunião dos fiéis e não uma rotura espacial, como para os católicos. Dessa forma, os simbolismos do espaço sagrado que são fortes no catolicismo não acompanharam os holandeses ao longo dos séculos que se seguiram à Reforma Protestante. Logo, no século XXI, a Holanda não encara o dilema entre preservação material e preservação simbólica, o que justifica, de certa, tanto o primeiro objeto de estudo de caso, a Selexyz Dominicanen, como o segundo, a

boate Paradiso. Ademais, cerca de 67,8% da população holandesa se considerava não-religiosa em 2015 (BERNTS *et al*, 2016). Um ponto importante da história holandesa com relação a religião é que no século XVI os católicos foram proibidos de construir novas igrejas e como as existentes estavam ocupadas pelos protestantes, passaram a se reunir em espaços escondidos, conhecidos por “*schuilkerk*”, sendo permitido novamente o estabelecimento de igrejas católicas apenas no século XIX. No entanto, do século XIX até a atualidade, como visto, o número de católicos diminui cada vez mais nos Países Baixos e essas novas igrejas são as primeiras a serem fechadas, chegando a número de uma por semana, talvez em função de não apresentarem um valor de antiguidade como as catedrais góticas e despertarem, por isso, uma necessidade de preservação material.

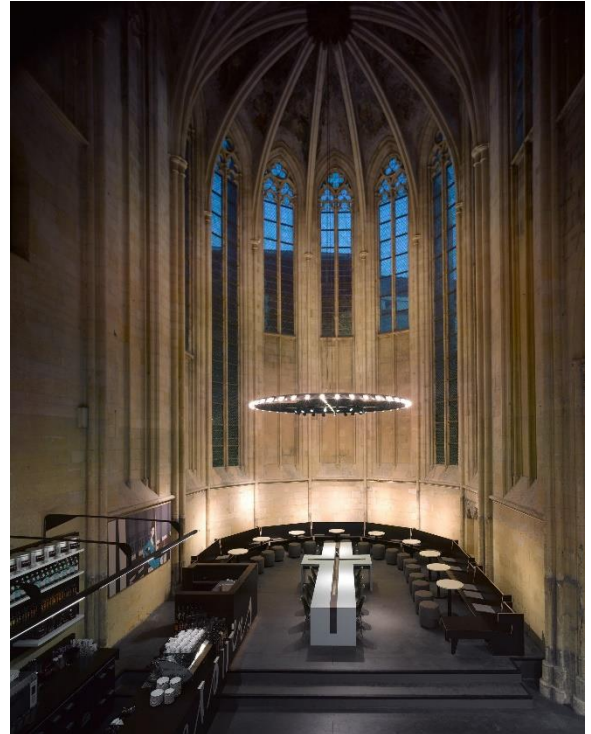
Assim, para as igrejas medievais essa necessidade de preservação é mais evidente e a igreja hoje convertida em livraria, que data do ano de 1280 e teve suas atividades eclesiásticas no ano de 1805 e desde então encontrava-se em estado de abandono, é adquirida pela rede de livrarias Selexyz no ano de 2004. O grupo teria um grande desafio com a restauração para convertê-la em uso cultural e o projeto foi iniciado em 2005 pelo escritório Merkx + Girod. A restauração manteve a estrutura gótica da igreja, combinando-a a elementos contemporâneos. O mais peculiar deles é a mesa em formato de cruz que se destaca no café da livraria, figurando como uma ode ao aspecto sagrado do lugar. É interessante mencionar que durante os dois séculos que precedem a instalação da livraria na igreja, esta foi também, além de instalação militar, uma galeria de arte e um depósito de bicicletas, mas que nenhum desses usos, seja por projeto ou por demanda, obteve o êxito que o uso de livraria lhe conferiu, indicando como a escolha desse uso secundário é um fator importante para o sucesso da conservação do edifício, para que não se torne uma conservação em moldes “museificadores”, mas que tenha uma adesão de usuários.

Figura 9 - Interior da Livraria Selexyz Dominicanen, Holanda.



Fonte 9 - ArchLovers.com, 2007.

Figura 10 - Mesa em formato de cruz no café da livraria, emoldurada pelos majestosos vitrais góticos.



Fonte 10 - ArchLovers.com, 2007.

Figura 11 - Café da Livraria.



Fonte 11 - ArchLovers.com, 2007.

Conterrânea à Selexyz Dominicanen está a boate Paradiso, localizada em Amsterdã. A boate e casa de show foi estabelecida em igreja em estilo eclético do século XIX e teve o início da conversão bastante conturbado, não devido aos simbolismos do lugar e ao fato de convertê-lo para um uso mais profano que uma livraria, uma vez que esses simbolismos, como visto, não fazem parte da cultura massiva holandesa, mas devido ao modo como foi estabelecida. O edifício encontrava-se em desuso na década de 1960 e foi ocupado por um grupo de jovens que criam então a *Cosmic Relaxation Center Paradiso*, com a finalidade de tornar-se um centro para voltado para a livre expressão das artes e apresentações musicais. O contexto no qual se insere esse primeiro momento da Paradiso é de uma manifestação popular jovem intensa na Europa, refletida no movimento *hippie*, para o qual o espaço seria refúgio. Assim, a Paradiso nasce num contexto de protesto, o que a levaria a se tornar uma das maiores casas de show da Holanda, adquirindo um *status* de símbolo de uma época, dessa vez da rebeldia jovem dos anos 1960 e não do poder da Igreja. Essa força jovem foi levada em consideração pela prefeitura de Amsterdã que deu subsídios para que o espaço continuasse a ser um local de encontro dos jovens e assim, em 1968 e sob uma direção formal, a boate é inaugurada, assumindo o sugestivo nome de Paradiso. Vê-se, assim, uma ressignificação simbólica do que um edifício pode representar para o contexto no qual se insere. Como visto, o valor cultural de um bem é dado a partir de uma síntese de valores patrimoniais, estabelecida por uma coletividade que detenha ligação com o bem e essa valoração não é fixa no tempo, mudando à medida que mudam as sociedades. Logo, para a sociedade holandesa, para a qual há muito o valor simbólico da igreja enquanto espaço sagrado deixou de existir, atribuir um novo significado a partir da atribuição de um novo uso é precisamente o que prevê a Teoria dos Valores. As edificações católicas holandesas presenciaram diferentes épocas da história da Holanda, tendo para cada uma delas seu respectivo significado; no século XVI representou a conversão da Holanda ao protestantismo, com os protestantes fazendo uso delas. No século XVIII sua expansão foi suspensa em função da Revolução Francesa e no século XX, precisamente no caso daquela que hoje abriga a Paradiso, converte-se no símbolo de uma juventude em protesto e de uma sociedade majoritariamente não-religiosa. A importância da Paradiso já era percebida em menos de uma década de existência, quando um projeto da iniciativa privada visava demolir a igreja e outros prédios vizinhos, sendo o projeto embargado após pressão popular.

Figura 12 - Fachada da Boate Paradiso, Holanda, vista em horário de funcionamento. A imagem de silêncio costumeiramente associada à uma igreja encontra aqui uma contradição com a sugestão de barulho e festa dos lasers e luzes projetados na



Fonte 12 - Viajeibonito.com, 2016.

Figura 13 - Interior da Paradiso em horário de funcionamento. O espaço tem capacidade para 1500 pessoas e é um dos mais prestigiados da vida noturna de Amsterdã.



Fonte 13 - Clickhostels.com, 2022.

Saindo da Holanda para a Espanha, a Iglesia Skate é, possivelmente, o exemplo mais gritante de conversão. Conhecido por “templo de peregrinação do skate”, a igreja construída em 1912 e localizada na cidade de Llanera, em Asturias, na Espanha foi transformada em 2012 em um *skatepark* após um coletivo de skatistas australianos a reabilitarem, inserindo mobiliário relativo ao novo uso, como as pistas. Em 2015, um programa de financiamento artístico levou o artista espanhol Okuda San Miguel a empreender um projeto de pintura do interior da igreja. Denominado de “Kaos Temple” o projeto seria, de acordo com o artista uma “*cartasis final*” (ARCHDAILY,2015). Assim, com vistas a transformar o espaço em uma “meca para os amantes da arte e do skate”, de acordo com suas palavras, Okuda buscou “preservar o senso de espiritualidade da construção e ao mesmo tempo criar um mundo cheio de vida, cor e felicidade”.

Observando o contexto no qual a “Igreja Skate” é criada tem-se um cenário que em muito difere do que acontece na Holanda. A Espanha é um país majoritariamente católico, embora sua Constituição garanta a liberdade religiosa. No entanto, apesar de os números mostrarem que cerca de 58,2% da população espanhola era católica no ano de 2021, embora apenas 22% desse total se declarasse praticante, de acordo com o *The World Factbook*. Um considerável número de não praticantes implica que um grande número de igrejas caia em desuso, tendo como consequência possíveis conversos como é o caso do exemplo aqui estudado. Ter uma população majoritariamente católica, embora dividida em praticantes e não praticantes, significa que a simbologia do espaço tal qual o concebe o catolicismo é algo presente na sociedade espanhola o que pode significar que, diferente do que acontece na

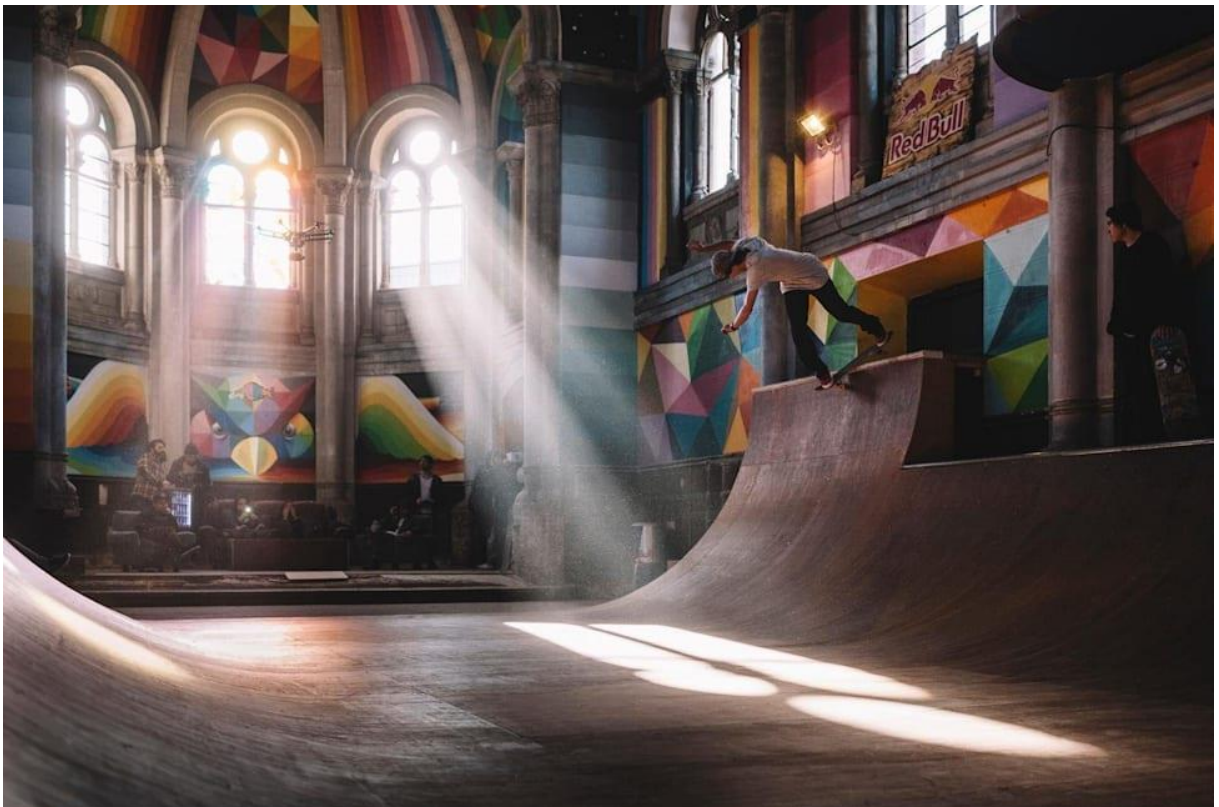
Holanda, na Espanha essas conversões sejam menos aceitas e que o caso específico da Iglesia Skate seja menos popular em função de um uso restrito aos praticantes de uma determinada modalidade esportiva e não uso mais abrangente como uma casa de shows e uma livraria.

Figura 14 - Interior da Iglesia Skate com intervenção artística de Okuda.



Fonte 14 - OkudaSanMiguel.com, 2022.

Figura 15 - Interior da Iglesia Skate com a representação do que seria a intenção do artista espanhol; criar um espaço artístico contemporâneo mantendo o sentido de transcendência do edifício religioso, expressando-se nas cores vibrantes e nas formas em contraste com a luz que penetra no espaço pelos vitrais.



Fonte 15 - RedBull.com, 2017.

Assim como na consagração de um espaço católico é feito o ritual da cosmogonia a partir da ereção da cruz e de uma celebração, o contrário é também praticado. A desconsagração é a ato de, resumidamente, tirar do espaço sua atribuição divina. Em outras palavras, quando uma igreja é dessacralizada perde seu simbolismo enquanto manifestação do divino na Terra. O espaço é, portanto, devolvido ao caos do universo, ao mundo disforme, perde sua ordem e sua condição de rotura. Mas, se um lugar marcado por uma hierofania já era sagrado antes dela, dessacralizá-lo seria possível? De maneira análoga, seria possível ressignificar os simbolismos de uma igreja no contexto de uma sociedade católica, em função desse novo uso?

Com relação precisamente a conservação desses edifícios após a dessacralização, vê-se como é pertinente a abordagem de Lacerda e Abramo (2020) ao definir a conservação inovadora, com relação aos estudos de caso apresentados. Tem-se uma sobreposição de significados atrelados ao edifício, algo que também de acordo com Lacerda (2012) já é previsto em projetos de conservação/restauração, podendo ser algo ainda mais enfático quando há a atribuição de um novo uso. Esses novos significados atribuídos aos edifícios sagrados, podem sacraliza-los sob outras perspectivas. No caso da Selexyz Dominicanen, torna-se espaço sagrado pelo culto ao conhecimento pertinente à uma biblioteca, a Paradiso Nightclub é sacralizada como espaço de entretenimento, sobretudo no seu início, onde se torna o símbolo de uma coletividade e a Iglesia Skate tem sua sacralização de forma análoga, tornando-se a “meca do skate”. Isso tudo deriva do valor que é atribuído à cada caso, da percepção coletiva sobre a relação da edificação com seu uso e desse uso com a comunidade que se apropria dele.

A partir dos estudos de caso é possível delinear de antemão alguns pontos comuns entre os estudos de caso que muito possivelmente estarão presentes também no caso do objeto de estudo, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos.

3. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foram empregadas as metodologias de 1. revisão bibliográfica, 2. viagem de estudos, 3. entrevistas semiestruturas e 4. estudos e caso. Tomando como base os direcionamentos propostos por Eco (1997) em "Como se faz uma tese", estabeleceu-se o procedimento a ser aplicado na revisão bibliográfica, estruturada em consulta de fontes preferencialmente primárias e elaboração de bibliografia básica. Seguindo as recomendações de Eco, foi elaborada uma planilha de leitura, definidas pelo autor como “fichas de trabalho” a serem escritas à mão: *Acrescentemos as fichas de trabalho, que podem ser de vários tipos,*

fichas de ligação entre ideias e seções do plano, fichas problemáticas (como abordar tal problema?), fichas de sugestões (que recolhem ideias de outros, sugestões de desenvolvimentos possíveis) etc." (ECO, 1997). Foi feita, então, uma adaptação da proposta de Eco a ser desenvolvida em meio digital com uso do *software* Excel. A planilha foi dividida em eixo temático (conservação, arquitetura sacra, legislação, etc.), tipo (livro, artigo, sítio digital), título/autoria/ano, citação, página, comentário e “como citar”, seguindo o que foi aconselhado em sala de aula de TC1 no que diz respeito a organização prévia da bibliografia utilizada no trabalho.

Tabela 1: Início da Planilha de Leitura desenvolvida pela autora.

LEITURAS TCC						
EIXO TEMÁTICO	TIPO	TÍTULO / AUTORIA / ANO (EDIÇÃO - LIVRO)	CITAÇÃO	PÁGINA	COMENTÁRIO	COMO CITAR
			Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usuário de uma comunidade atrelada a dimensão planetária e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas; trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.	11	Uma das possíveis definições de "patrimônio" a ser usada no TC.	

Fonte 16 - Autoria própria.

Para a parte teórica do trabalho, essa primeira metodologia se mostrou indispensável, uma vez que permitiu construir o conhecimento necessário para se abordar os temas propostos.

Foram então realizados três estudos de casos de diferentes edifícios religiosos que receberam novos usos e o parâmetro utilizado para a escolha dos casos foi o grau de participação popular no processo, uma vez a participação popular é algo de suma importância no campo da conservação e é também bastante presente com relação ao objeto de estudo.

Posteriormente, foi utilizada a metodologia da viagem de estudos, onde foram realizadas as entrevistas. Segundo Zevi (2009), a experiência arquitetônica só é completa se vivida *in loco*, pois a arquitetura é uma arte que deve ser experienciada em suas três dimensões, ou seja, no seu espaço, sendo o conhecimento por descrição, imagens ou vídeos incompletos. Assim, uma visita a um edifício que está sendo estudado torna-se indispensável. A visita de campo à Marechal Deodoro foi realizada no dia 15 de outubro de 2022, durante a manhã e à tarde. A Igreja do Amparo, objeto de estudo do presente trabalho encontrava-se, no entanto, fechada. Logo, foram realizados registros fotográficos apenas do seu exterior, onde foi possível constatar que a restauração não estava concluída.

As entrevistas realizadas durante a viagem de estudos seguiram a técnica das entrevistas semiestruturadas. Isto quer dizer que a entrevista se torna flexível, embora estruturada sobre um ponto central, nesse caso, o questionamento “qual sua opinião sobre a conversão da Igreja do Amparo?”. Disso decorre que a partir da resposta dada por um determinado indivíduo, a

entrevista pode tomar um rumo x ou y, explorando aspectos diferentes de acordo com a resposta. Por exemplo: ao ouvir a resposta de que “uma igreja é sempre igreja”, discordando da conversão, foi perguntado qual a relação da pessoa com a comunidade religiosa e se frequentadora das igrejas locais. Na situação de concordância com o uso de biblioteca era perguntado se a pessoa tinha filhos que pudessem utilizar a biblioteca ou se ela mesma usaria. Nos dois casos, o rumo da conversa é mudado a partir da percepção de cada pessoa, buscando reunir o maior número de opiniões possíveis.

A partir da viagem de estudos e das entrevistas, a abordagem do objeto de estudo se tornou algo prático e foi possível analisar com uma maior propriedade como as questões abordadas no referencial teórico funcionam com relação à um objeto real. Assim, foi possível escrever o quarto capítulo do trabalho, abordando o objeto de estudo propriamente dito.

4. A IGREJA DE N. S. DO AMPARO DOS HOMENS PARDOS

4.1. Aspectos Históricos

A Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos está localizada no sítio histórico da cidade de Marechal Deodoro, Alagoas, a cerca de 28 km da capital, Maceió. A cidade contava em 2010, de acordo com o censo do IBGE, com uma população de 45.977 pessoas, sendo essa população estimada em 52.848 pessoas no ano de 2021. Também de acordo com o censo de 2010, 32.889 pessoas denominavam-se católicas, correspondendo a 71,5% da população total da cidade, enquanto 7.300 pessoas se declaravam evangélicas e outras 449, espíritas (IBGE, 2010). O alto número de católicos no município pode ser entendido a partir de sua história, em função de ter sido um dos primeiros pontos de colonização, onde, como visto, a presença dos jesuítas era certa e o catolicismo entendido como uma ferramenta para consolidação tanto da Igreja, no contexto da contrarreforma, como do reino de Portugal em terras brasileiras, no contexto do colonialismo, datando do período colonial grande parte dos monumentos presentes na cidade de Marechal Deodoro, incluindo suas igrejas centenárias, dentre as quais a de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos.

O conjunto de povoados que viria a se tornar a cidade de Marechal Deodoro nasceu a partir da exploração do pau-brasil pelos franceses, que com a mão-de-obra dos índios Caetés que ali habitavam passaram a contrabandear a matéria-prima. Contudo, na década de 1530 com o estabelecimento das capitâneas hereditárias, Duarte Coelho, donatário da capitania de

Pernambuco, que continha o território do atual estado de Alagoas, pôs fim a extração do pau-brasil pelos franceses e estabeleceu uma inimidade com o povo Caetés, que após a partida do donatário para Portugal em 1554 e sua consequente morte, iniciaram uma série de ataques aos povoados já estabelecidos. Os ataques, no entanto, não afetaram de forma significativa o crescimento dos povoados, o que a partir do exitoso cultivo de cana-de-açúcar, levou a capitania a ser reorganizada em sesmarias, dentre as quais a sesmaria de Madalena, em 1633, sob comando de Diogo de Melo e Castro, sucedido por Diogo Soares da Cunha. Sob o comando de Cunha é fundada a vila de Madalena de Subaúma, em 1636. A vila foi estabelecida em território elevado, próximo ao Rio Sumaúma e a Lagoa Manguaba, em função da arquitetura e do urbanismo militar da época, onde os sítios elevados permitiam uma visão privilegiada do inimigo. Aqui, a medida em que a vila se desenvolvia, o papel da religiosidade foi além do aspecto cultural para sua formação, tendo este uma importante função no sentido de que foi a partir dos edifícios religiosos que a urbanização do local ocorreu, seguindo o “partido triádico” proposto por Ferrare (2007), definido como a implantação da arquitetura civil em função da arquitetura religiosa, que seria o ponto focal e de referência urbana. De acordo com Magalhães (2018), em sua tese sobre os locais sagrados da cidade de Marechal Deodoro:

(...) as igrejas constituíram agentes definidores do ambiente urbano, ao atrair ruas e influenciar desenhos, contribuindo significativamente para a afirmação da importância da urbe uma vez que a população – fosse ela urbana ou rural, livre ou escrava, pobre ou rica, carecia dos serviços oferecidos pelo clero (cerimônias, rituais, sacramentos) e para elas afluíam, estimulando e fortalecendo a vitalidade econômica e cultural do lugar.

(MAGALHÃES, 2018)

Figura 16 - À esquerda: Cartografia "*Pagus Alagoae Australis*", de George Marcgrave (1647). À direita: Imagem do Google Earth presente na tese de Muniz (2014). As imagens estabelecem um comparativo entre o início da ocupação do território onde hoje é a cidade de Marechal Deodoro, quando se denominava Vila de Madalena de Subaúma e a atual cidade. A partir da marcação em vermelho, que demarca o espaço da antiga vila, é possível observar como a presença da igreja matriz foi norteadora da organização do espaço, estando presente até a atualidade no mesmo local. Ademais, é possível notar também a implantação da Igreja do Rosário, sinalizando que o percurso religioso (FIGURA 49) presente na cidade já estava presente desde o início de sua urbanização.



Fonte 17 - Muniz, 2014. Adaptado pela autora.

A vila de Madalena de Subaúma continuava a crescer e nem o período de invasão holandesa no nordeste brasileiro constitui significativos danos físicos ao seu território, que a essa altura contava com muitos engenhos e já produzia e exportava o próprio açúcar, o que lhe conferia uma economia notável. Uma das consequências, porém, da invasão holandesa foi a destruição da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e de cerca de 100 casas do povoado por um incêndio ocorrido no dia 30 de agosto de 1633. Assim como construir uma igreja era símbolo da conquista de um território, destruir uma já presente poderia simbolizar uma forma de consolidar a invasão, nesse caso por parte dos holandeses, ainda mais se compreendido que uma igreja matriz, fosse al uma pequena capela ou edifício monumental, constituía nessa época um aparato administrativo e político que se convertia em um poderoso instrumento de controle da população em geral, de acordo com Magalhães (2018).

Figura 17 - Vila de Madalena de Sumaúma no período da invasão holandesa no quadro “*Alagoas ad Austrum*”, de Frans Post, 1643. Nota-se, ao centro, a presença da igreja, encimada pela cruz e situada em terreno elevado.



Fonte 18 - Magalhães, 2018.

Foi em função do desenvolvimento econômico da vila que seu quarto donatário, Duarte de Albuquerque Coelho, criou a Vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, que em pouco tempo passaria a abrigar a sede da Comarca de Pernambuco. Sob o comando de António José Ferreira Batalha, então ouvidor da comarca, o Rei D. João VI assinou o Decreto Régio que separou politicamente Alagoas de Pernambuco, no ano de 1817 e foi então que as agora vilas de Alagoas da Lagoa do Sul, atual denominação da Vila Madalena, e de Maceió tornam-se os destaques econômicos da recém-criada capitania. No ano de 1823, no âmbito das lutas para consolidar a independência da república, que ocorrera um ano antes, a Vila de Alagoas foi elevada à categoria de cidade, passando a se denominar somente Alagoas e sediar a capital da província. Pouco mais de uma década depois, em 1839, a capital foi transferida para Maceió, por ordem de Agostinho da Silva Neves, que assumira a província no ano anterior. Em 1939, exatamente um século após a transferência da capital, a cidade de Alagoas passou a se chamar Marechal Deodoro, pelo Decreto Estadual n.º 2.550, de 09-11-1939, em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, natural da cidade e responsável por proclamar a república em 1889.

Um século após o período do domínio holandês no nordeste brasileiro, precisamente no ano de 1757, é lançada na cidade a pedra fundamental do monumento em homenagem à Nossa Senhora do Amparo, por iniciativa da confraria dos homens pardos, fundada em 1685, razão

pela qual a igreja recebeu o nome de Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos. A igreja, no entanto, idealizada no ano de 1683, por falta de recursos seria iniciada apenas quase um século depois. Fazendo parte da narrativa que permite contar a história do Brasil colônia a partir da observância dos seus lugares sagrados, como assim aponta Cabral (1879) ao declarar que *na velha sociedade colonial ocupava a igreja tão súbito lugar, vivia tão sobranceiramente que tolhida ficaria a história se quisesse decidir pleitos sem ir aos claustros, as sacristias, as catacumbas* (MAGALHÃES, 2018 *apud* CABRAL, 1879), a divisão do Brasil colônia em confrarias, como a dos homens pardos, reflete-se na edificação de igrejas para cada uma delas, refletindo também a situação de uma sociedade bastante segregada por questões além de sociais e econômicas, também étnicas, sobretudo no período da escravidão. Com base em Magalhães (2018), tem-se que a reunião dessa população segregada em confrarias, irmandades ou ordens terceiras consistia num reconhecimento perante a elite do clero e, conseqüentemente, perante o corpo social no qual essa população estava inserida; tratava-se de um espaço de representatividade tanto em termos simbólicos como materiais.

Pelo papel que a arquitetura sacra desempenha em diversos aspectos como o simbólico, o cultural, o psicológico e o social, a narrativa da história da igreja aqui analisada não pode ser desassociada da própria história do município, ainda mais ao se estabelecer que essa relação implica no estabelecimento de valores históricos e culturais, que servem de base para a preservação do edifício pois, de acordo com Magalhães (2018), o contexto no qual se dá a construção da Igreja Amparo, como é popularmente conhecida, é um *contexto social profundamente ancorado na religiosidade*. É importante mencionar que a formação de confraria e suas subdivisões era um mecanismo também econômico, além de um instrumento representativo. Nesse sentido, uma confraria pode ser definida como uma associação religiosa leiga, fundada sob aprovação do Estado e que está sob sua vigilância, cuja responsabilidade de manutenção material era dos próprios membros, o que era feito a partir de taxas como entrada e anuidade, o que implica que de acordo com a posse de bens de um grupo ou de outro, seus templos seriam mais ou menos decorados, imponentes, etc. Apesar de se estabelecerem em confrarias, tanto pardos quanto negros não podiam comandá-las, ficando tal incumbência a cargo de *um homem branco, abastado de bens, zeloso e temente a Deus* (MAGALHÃES, 2018 *apud* COSTA, 1901), cujas ordens deveriam ser obedecidas e sem cujo consentimento nada poderia ser feito.

Diferentemente do que acontece em muitas igrejas e de forma que seria muito praticada durante o período colonial brasileiro, a Igreja do Amparo não teve sua localização definida por uma hierofania ou teofania, mas foi estabelecida em função de aspectos econômicos e políticos

do uso de terras, sendo as igrejas, assim como a do Amparo, edificadas onde se desejava estabelecer um povoado. Sua localização configura um percurso religioso no território que serviria para “organizá-lo” (FIGURA 21), formado pelo Convento Franciscano, o Convento Carmelita e as igrejas Matriz, do Rosário e do Amparo. Nesse sentido de formação urbana a partir de um ou mais templos, tem-se simbolicamente que a organização do espaço seria uma cosmogonia, uma recriação ordenada do espaço caótico de uma terra sendo “organizada”, no sentido de que estava sendo colonizada. Dentre as igrejas que compõem esse percurso religioso do sítio histórico da cidade de Marechal Deodoro, a Igreja do Amparo foi a que mais sofreu com a urbanização local desde o século XIX, podendo atualmente ser considerada *a mais desconfigurada em sua inserção urbana, já que lhe foi imposta uma rua à frente, estando hoje parcialmente comprometida em sua visualização pelas construções que se colocam muito próximas à fachada principal e às laterais* (MAGALHÃES, 2018) (FIGURA 24). Se compararmos a figura 18 com a figura 19, vemos como hoje não é possível mais enquadrar toda a edificação para uma fotografia de sua fachada sem que se utilize recursos como uma câmera panorâmica, por exemplo. Isso se deve ao fato de que a atual Casa de Saúde de Marechal Deodoro foi construída sobre o pátio da igreja.

Como já exposto, a Igreja do Amparo tem sua construção iniciada ainda no século XVIII, no ano de 1757, a partir de iniciativa da confraria dos homens pardos, sob comando do vigário Veríssimo Rodrigues Rangel, pois havia a necessidade e um espaço próprio à confraria dos homens pardos, uma vez que esta realizava suas atividades na Igreja Matriz. Contudo, tal confraria não dispunha de recursos financeiros suficientes para a construção e cerca de 10 anos após o início das obras apenas as paredes estavam erguidas e ao atingir a marca de 30 anos do início da construção, na década de 1790, a obra estava parada, cenário que só mudaria com a iniciativa do capitão Felipe de Mendonça. A construção, porém, passaria ainda por diversos problemas e só seria finalizada na década de 1860, quase cem anos após seu início.

Figura 18 - Fachada da Igreja do Amparo no início do século XX. Fachada que apresentava ao final de sua construção



Fonte 19 - Reprodução Instagram.com/conheca_marechal.

A igreja teve seu uso religioso por muitos anos, contudo, na segunda metade do século XX já não apresentava mais o uso litúrgico, ou seja, não eram mais celebrados missas, casamentos, batizados, etc., sendo a última missa no edifício realizada em 1994. O edifício passou então a ser utilizado pela comunidade católica para ensaios de grupos musicais, reunião do grupo da Renovação Carismática e catequese. É nesse cenário que no ano de 1997, o padre responsável pela paróquia idealiza uma intervenção com vistas a adequar o espaço aos usos que tinha então. Assim, são acrescentadas uma laje que passa a dividir a sacristia em dois pavimentos e salas voltadas para os grupos que realizavam suas atividades na Igreja do Amparo. No ano de 1997 não haviam proteções legais nem incentivo financeiro para a requalificação idealizada para a Igreja do Amparo que fosse fornecido em função dessa proteção legal. Logo, a intervenção realizada naquele ano não contou com um apoio técnico adequado em se tratando de intervir em um bem de interesse histórico, apenas com a vontade e a necessidade de ao mesmo tempo oferecer uma estrutura adequada ao uso que tinha então e salvaguardar o bem. Os recursos empregados na obra foram arrecados pela diocese e a Igreja do Amparo continuou

como espaço de reuniões até a chegada do projeto de conversão. É importante mencionar, também, que durante o período em que serviu como espaço para reuniões e catequese, a Igreja do Amparo teve também uso educacional, como por ocasião da reforma da Escola Estadual Deodoro da Fonseca, localizado próximo à Igreja do Amparo, e de outras escolas da cidade. Assim, estabelece-se uma relação entre Igreja e educação que vem desde a época medieval europeia, com o funcionamento de colégios nos anexos das igrejas, com a criação das universidades posteriormente e com a incumbência da educação no Brasil colônia aos jesuítas que se reflete também no contexto de Marechal Deodoro e que será um ponto decisivo na inserção do novo uso no edifício da Igreja do Amparo.

Figura 19 - Igreja do Amparo no ano de 2018. Percebe-se que, apesar de ainda utilizada pela comunidade, a edificação estava em mal estado de conservação.



Fonte 20 – GoogleMaps.com

O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Marechal Deodoro foi tombado no ano de 2009 e a *área definida para proteção envolve três locais descontinuados - o Centro, a área do Carmo e a área de Taperaçua - todos com elementos de interesse, devido à sua*

importância histórica e relevância paisagística. (IPHAN, 2022). Ainda de acordo com o IPHAN:

A cidade possui dois importantes registros para a história do urbanismo no Brasil: a praça de origem da vila com a forma original do período de 1611 a 1636, e os remanescentes de ajustamento topográfico da arquitetura às variações de níveis dos leitos das ruas. Várias de suas edificações religiosas se configuram como indicativos socioculturais das atividades que ali se desenvolveram ao longo dos anos, onde o casario e as edificações religiosas retratam a história da economia e das batalhas que ocorreram na região.

(IPHAN, 2022)

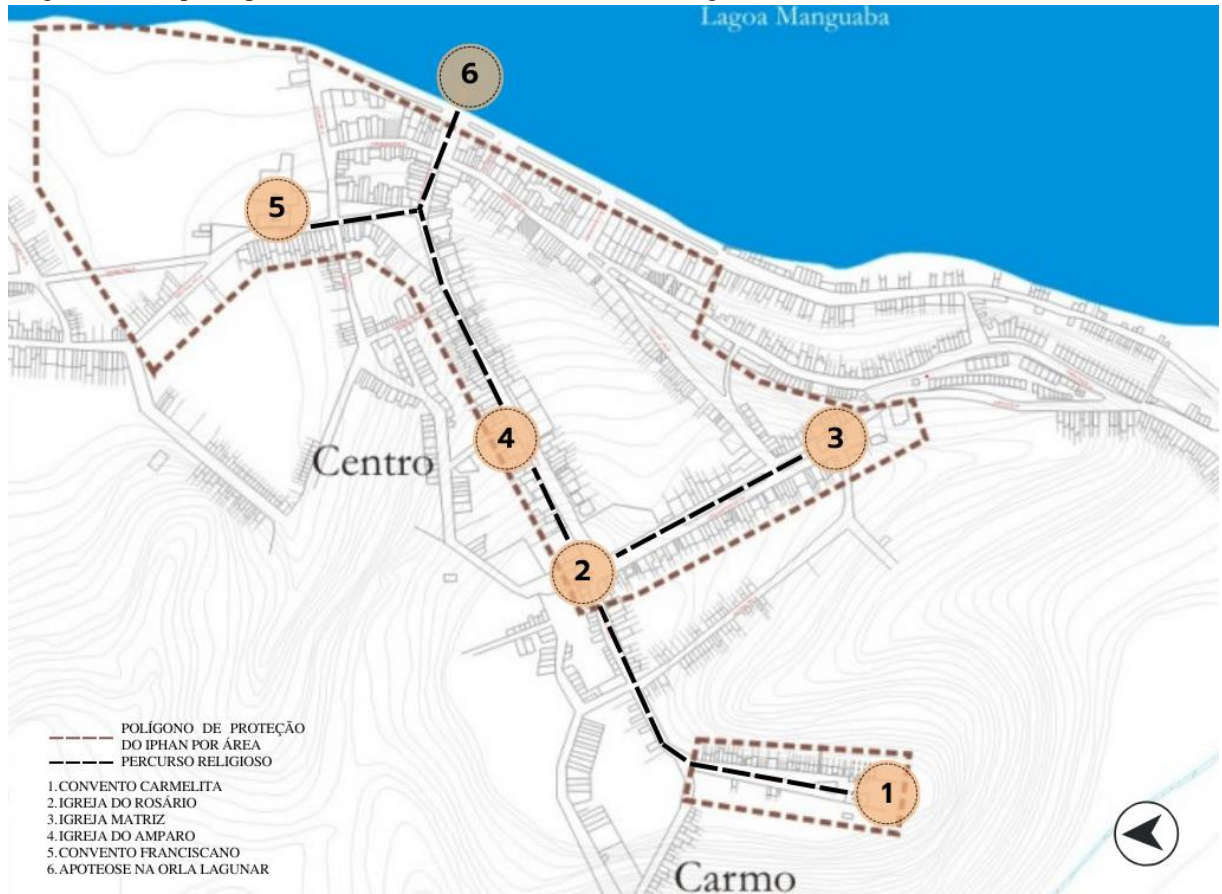
Figura 20: Polígonos de proteção do IPHAN, subdividindo as áreas históricas da cidade de Marechal Deodoro em Centro, Carmo e Taperaçuá.



Fonte 21 - IPHAN, 2022. Adaptado pela autora.

A Igreja do Amparo localiza-se no centro, formando junto aos demais edifícios religiosos um percurso que seguindo pelo pátio do Carmo e as ruas Gen. Hermes, Ladislau Neto e Barão de Alagoas tem sua apoteose na Lagoa Mangaba, conferindo um atributo paisagístico ao sítio histórico da cidade. A ligação entre igreja e educação, os aspectos históricos e culturais da cidade e o forte atributo paisagístico serão pontos-chave na conversão da igreja na atualidade, refletindo além do que foi exposto até aqui da relação entre falta de uso de edifícios religiosos e secularização também os mecanismos do planejamento urbano para a salvaguarda de bens arquitetônicos de valor patrimonial, sobretudo no âmbito da Conservação Integrada.

Figura 21 - Mapa do percurso estabelecido entre os edifícios religiosos no sítio histórico de Marechal Deodoro.



Fonte 22 - IPHAN, 2022. Adaptado pela autora.

Figura 22 - Igrejas que compõem o percurso religioso, juntamente à Igreja do Amparo.



Fonte 23 - GoogleImagens.com, 2023. Adaptado pela autora.

4.2. Aspectos Arquitetônicos

Uma vez compreendido que a cidade de Marechal Deodoro é uma cidade colonial onde os edifícios religiosos tinham funções simbólicas, culturais, utilitárias e até mesmo urbanísticas e que o período em que tanto a cidade quanto a Igreja do Amparo se estabelecem é o período da Contrarreforma, é necessário atentar com relação aos aspectos arquitetônicos da edificação que, de acordo com Magalhães (2018):

A arquitetura religiosa produzida no Brasil teria recebido do Concílio de Trento, inicialmente, e depois das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, determinações muito definidas oriundas de um sínodo ocorrido no ano de 1707, cujo objetivo era fornecer os elementos necessários à organização religiosa da América portuguesa. O longo documento continha preceitos bem claros quanto à implantação no sítio, orientação solar, relação com o casario circunvizinho e pactos celebrados entre uma edificação e a outra. Além disso, detalhava a forma e o conteúdo das celebrações, definia a conduta do católico e do clero, determinando o lugar reservado aos santos e aos pecadores dentro do ambiente urbano e religioso.

(MAGALHÃES, 2022)

Há também o fato de que a Igreja do Amparo foi idealizada pela confraria dos homens pardos, como já dito, o que se reflete materialmente na construção da edificação em função dos recursos financeiros que a confraria dispunha. Além disso, o longo período – de cerca de um século – que a igreja leva para ser finalizada desde o início de sua construção, faz com que não apenas um estilo arquitetônico seja empregado, iniciando-se em estilo jesuítico e chegando a apresentar traços do rococó em seus altares.

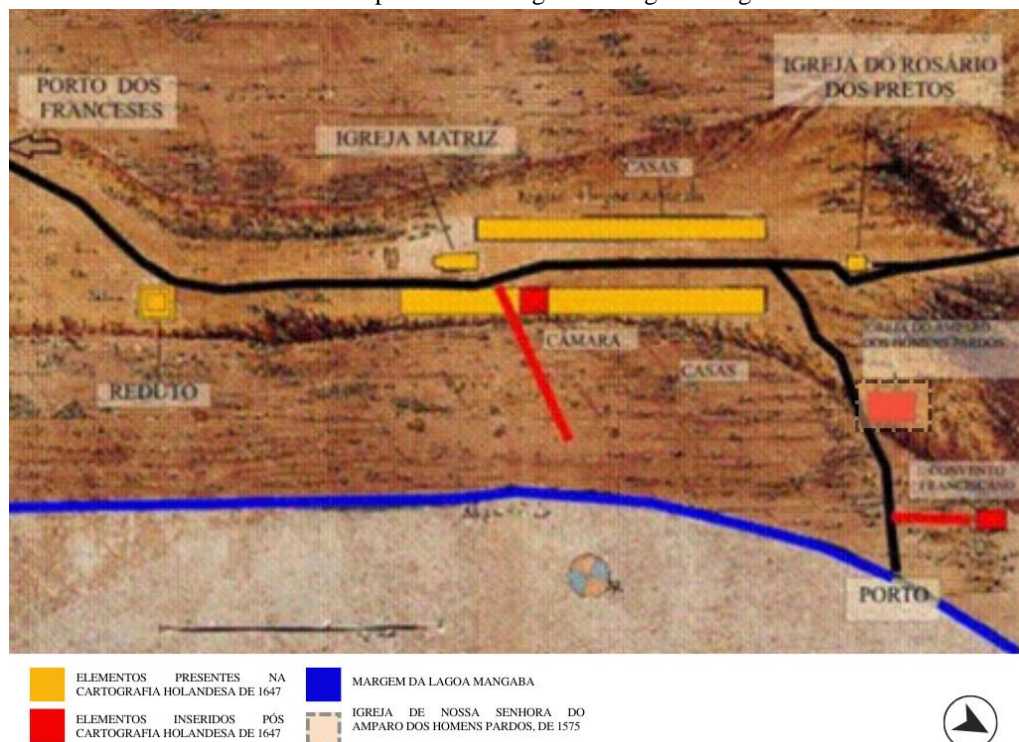
A Igreja do Amparo é idealizada ainda no ano de 1683, porém sua construção se iniciaria apenas, coincidentemente, mesmo ano em que se dá a expulsão dos jesuítas do território brasileiro, fato que indica que a arquitetura produzida nesse período era produzida ainda em moldes jesuíticos e não barrocos, o que só viria a acontecer gradualmente após a expulsão, consolidando-se no século seguinte, muito embora sua fachada, como veremos, apresenta características barrocas. Dessa maneira, é possível que se estabeleça uma ligação entre o primeiro momento da dita arquitetura jesuítica, de caráter ascético, portanto simples, em concepção e ornamentação, que servia para catequizar e o fato de a Igreja do Amparo ser edificada pelos homens pardos que, como visto, não dispunham de muitos recursos financeiros. Dessa maneira, a Igreja do Amparo é concebida de forma simples, com planta que remete mais as antigas basílicas, no sentido de não apresentar transepto e cujo volume resulta em nave, torre

lateral única, o que era também uma característica do primeiro momento da arquitetura jesuítica, e sacristia sacada do volume da nave.

Para melhor compreender os aspectos arquitetônicos e urbanísticos da Igreja do Amparo pode-se utilizar o princípio da análise em camadas distintas, proposto por Zevi (2009), analisando-se separadamente 1. implantação, 2. planta baixa, 3. fachada e 4. elementos decorativos.

A primeira análise que Zevi (2009) propõe é a análise urbanística, isto é, *a história dos espaços exteriores em que surge o monumento e que ele contribui para criar* (ZEVI, 2009). Como já visto, a localização da Igreja do Amparo é estratégica no sentido de estabelecer um percurso entre as edificações religiosas no centro da cidade de Marechal Deodoro, direcionando esse percurso para a apoteose na Lagoa Mangaba, uma vez que de acordo com Muniz (2014) é um dos primeiros edifícios do percurso a surgir após a cartografia holandesa do século XVII.

Figura 23 - Cartografia Holandesa de 1647 com elementos posteriores, dentre os quais a Igreja do Amparo. Nota-se a presença já da Igreja do Rosário dos Homens Pretos e do Convento Franciscano próximo à margem da Lagoa Mangaba.

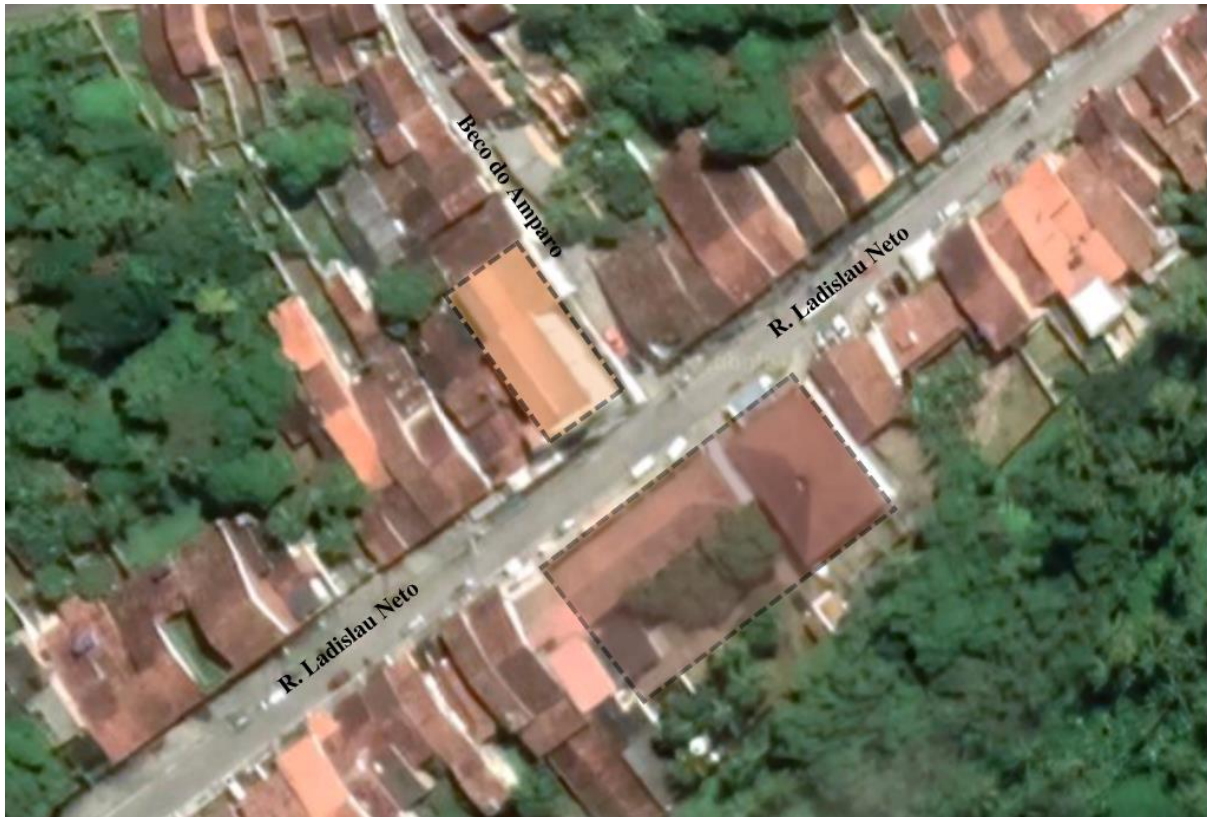


Fonte 24 - Muniz, 2014. Adaptado pela autora.

Assim, após alguns séculos de desenvolvimento urbano da cidade de Marechal Deodoro, a edificação está hoje localizada na Rua Estanislau Neto, inserida no polígono de proteção do IPHAN para a área de sítio histórico do centro, como pode ser visto nas figuras 20 e 21. Encontra-se atualmente geminada na sua fachada lateral direita e posterior com o casario

circunvizinho resultante do processo de urbanização da cidade do século XX, que resultaria também na fachada lateral esquerda dar origem ao denominado “Beco do Amparo” e a fachada frontal perder seu pátio para a construção da casa de saúde municipal.

Figura 24: Localização da Igreja do Amparo.



Fonte 25 - Google Earth, 2022. Modificado pela autora.

Figura 25 - Fachada da Igreja do Amparo atualmente. Vê-se o Beco do Amparo ao lado direito e a presença de uma casa geminada do lado esquerdo da igreja. É importante mencionar que a fotografia foi tirada com câmera em modo panorâmico, pois em função da rua Estanislau Neto ser estreita, não é possível fotografar a fachada da igreja com câmera em modo normal.



Fonte 26 - A autora, 2022.

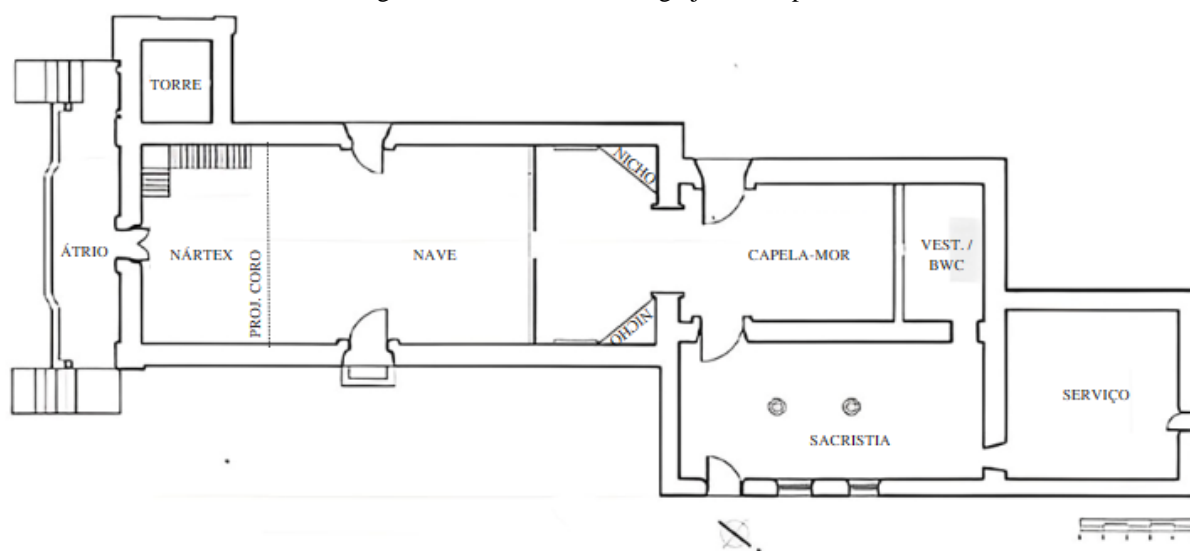
A partir da observação da configuração urbana atual do entorno da Igreja do Amparo e evocando mais uma vez a fala de Magalhães (2018) ao afirmar que a igreja foi a mais prejudicada pela urbanização da cidade de Marechal Deodoro, pode-se afirmar que à medida que essa urbanização acontece a edificação vai perdendo seus atributos simbólicos como espaço de encontro para onde convergia a vida cidadina colonial. Isso é notável também em outra fala de Ribeiro (2006), na qual afirma que hoje nas grandes cidades os templos perderam seu protagonismo em função da escala, com os grandes edifícios erguidos em seu entorno, o que tira deles o atributo de ser um elemento norteador e organizador do espaço.

No entanto, mesmo nesse mundo pós-moderno, onde o sagrado é negligenciado em função das demandas da vida contemporânea, o espaço sagrado de uma igreja ainda é percebido pelo homem religioso, de acordo com Eliade (2018), mesmo em meio ao caos da homogeneidade da cidade moderna. Logo, embora alguns edifícios religiosos, como é o caso da Igreja do Amparo, tenham perdido seu atributo de elemento norteador da paisagem e não estabeleçam mais a “arquitetura triunfante” de Gombrich (2015), para as pessoas religiosas, seu caráter simbólico ainda é preservado e adentrar um desses edifícios é ainda transcender o espaço caótico.

A segunda análise proposta por Zevi é a análise arquitetônica propriamente dita, onde tem-se a *história da concepção espacial, do modo de viver e de sentir os espaços interiores* (ZEVI, 2006). Esse espaço interior, que no caso da arquitetura sacra constitui uma rotura espacial, é definido na Igreja do Amparo por uma planta bastante simplificada, como toda a composição da igreja. A nave é um espaço único, não apresentando naves laterais, apenas

diferenciações de níveis ao se aproximar da capela-mor. Como já dito, a igreja apresenta uma única torre, localizada no lado esquerdo da fachada e uma única porta de entrada, diferindo em função da escala das três entradas comuns às igrejas de períodos anteriores, mas assemelhando-se a concepção do barroco brasileiro das fachadas. Ao adentrar a nave, passando pelo nártex, tem-se a escada que leva ao coro localizado no mezanino, seguindo o padrão da arquitetura religiosa referente à acústica. No cento da nave há duas portas de acesso, uma levando à parte de trás da torre, onde acredita-se ter funcionado o cemitério dos homens pardos, uma vez que uma das funções principais das confrarias era a assistência funerária e outra levando ao atual Beco do Amparo. O mesmo acontece na capela-mor; uma porta leva a área atrás da torre e a outra à sacristia, onde estão os banheiros e um anexo para serviço/apoio. Quando finalizada a igreja, ainda no século XIX, o acesso para a rua era direto, apresentando apenas escadaria na fachada frontal, possivelmente em função da adaptação das edificações locais devido às marés, como pode ser visto na figura 28. No entanto, possivelmente por questões de segurança, a ligação entre a rua e a igreja recebeu uma plataforma que configuraria um átrio, limitado por uma balaustrada, e a escada frontal foi substituída por duas escadas menores e uma escada lateral de acesso pelo Beco do Amparo:

Figura 26 - Planta baixa da Igreja do Amparo.



Fonte 27 - Magalhães, 2018. Adaptado pela autora.

Sobre a materialidade da edificação, pode-se afirmar que tratando-se de uma obra do período colonial muito possivelmente sua estrutura é mista, sendo as paredes externas em alvenaria de pedra e as divisões internas em tijolo do tipo adobe, ambos revestido com argamassa de cal e areia. O telhado é feito em telhas cerâmicas de capa e canal, ou capa e bica,

também chamadas telhas canal ou colonial, sustentadas sobre tesouras francesas em madeira na parte da capela-mor e estrutura de caibro armado na parte da nave. O piso é em ladrilho de barro cozinho em padrão nas cores preto e branco. O coro da igreja é em madeira, tanto a estrutura quanto a balaustrada, que conta com trabalho de torno. Ademais, tem-se balaustradas semelhantes também no interior das janelas, denominada de tribuna e a presença de um púlpito com estrutura em cantaria.

Deve-se lembrar que a disposição da planta e a inserção no terreno das edificações religiosas do Brasil colônia eram previamente estabelecidos pela Igreja, o que faz com que a Igreja do Amparo em muito se pareça com as demais igrejas do período, não apresentando assim um valor de excepcionalidade, mas um valor utilitário estabelecido por quase cinco séculos, o que leva, conseqüentemente à um valor histórico/documental.

A fachada que dá para a rua Ladislau Neto conservou suas feições iniciais, destacando-se o frontão de feições barrocas, devido ao longo período de tempo da construção. Após a expulsão dos jesuítas da colônia, o estilo barroco se difundiu pelo território, utilizado como instrumento pela Igreja no contexto da contrarreforma. Dessa maneira, justifica-se seu emprego na fachada da Igreja do Amparo, que seria finalizada na década de 1890. Ladeando o frontão tem-se dois pináculos e sobre ele a cruz. O frontão (coroamento) liga-se ao corpo da igreja por uma cornija, sob a qual encontram-se um óculo labutado, duas janelas e um nicho sobre a porta principal almofada. A cantaria também está presente na fachada, emoldurando as esquadrias, bem como a balaustrada que protege as duas janelas. A fachada lateral, que se dá para o Beco do Amparo possui além da porta de acesso três janelas superiores, assim como o volume da sacristia que saca o volume principal da nave. Na fachada correspondente a nave, tem-se também a presença de elementos decorativos: eira, beira e tribeira. Todas as esquadrias, com exceção da porta frontal almofadada cujo arco em muito lembra o arco tudor, e das duas janelas da fachada principal que não possuem arcos, são encimadas por arcos abatidos, bastante comuns nos primeiros séculos do período colonial brasileiro.

A última análise, que diz respeito aos elementos decorativos, é definida por Zevi como a análise das esculturas e das pinturas aplicadas à arquitetura, sobretudo sobre seu volume. Assim, visto que a Igreja do Amparo é uma edificação bastante simplificada em concepção, refletindo de certa forma o ideal ascético do primeiro momento da arquitetura jesuítica, muito embora sua fachada, como visto, apresente traços barrocos, não existem nela nem esculturas nem pinturas, exceto os altares dedicados à Santa Cecília e São Roque. Ambos os altares já apresentam características do estilo rococó, que chegaria ao Brasil no século XIX, expressando-se de forma diferente do estilo europeu. Aqui o estilo em muito se confunde com o Barroco

levando muitas vezes a dificuldades de classificação devido ao fato de que o Brasil colonial era ainda muito influenciado por questões religiosas, diferentemente de seu país de origem, a França, onde o estilo nasce no contexto de pós revolução, portanto distanciando-se da influência religiosa. Assim, as particularidades que evidenciam esse estilo artístico no Brasil são o uso do azul na parte externa, a leveza das linhas e frisos que emolduram as janelas, os campanários e bulbos sobrepostos e tem sua evidencia sobretudo na arte decorativa, como é o caso dos altares da Igreja do Amparo, onde são percebidas as características do movimento, sendo empregado até mesmo um suave tom de azul no altar de São Roque, como é possível observar na figura 27. As imagens dos altares da Igreja do Amparo se encontram hoje no Museu de Arte Sacra da cidade, em funcionamento no Convento Franciscano. Na imagem é possível que se observe também as tesouras que sustentam o telhado, uma vez que a Igreja do Amparo tem como particularidade o fato de não possuir forro.

Figura 27 - Altares de São Roque, à esquerda, e altar de Santa Cecília, à direita, já restaurados. A fotografia foi tirada durante as obras de restauração da Igreja do Amparo para a conversão do uso.



Fonte 28 - Reprodução de Instagram.com/marechaldeodoroal

4.3. Desenvolvimento Integrado de Marechal Deodoro e o Novo Uso da Igreja do Amparo

A discussão do trabalho até o presente momento se pautou nos capítulos anteriores, nas teorias da conservação e nos aspectos históricos e simbólicos da arquitetura sacra católica ao longo dos séculos, observando-se como tal arquitetura foi um reflexo em diversos momentos do poder da Igreja e posteriormente instrumento da contrarreforma, até figurar atualmente no fenômeno aqui estudado; da inserção de novos usos em igrejas que entraram em desuso em função da secularização da sociedade. Agora, buscar-se-á estabelecer o ponto de interseção entre as duas partes anteriores, analisando o caso da conversão da Igreja do Amparo. Para tal, pode-se dividir a abordagem em alguns pontos como 1. as iniciativas para preservação da cidade de Marechal Deodoro até seu efetivo tombamento pelo IPHAN em 2006, 2. a discussão do Plano de Desenvolvimento Integrado da cidade, bem como de seu plano diretor, no que tange a conversão da Igreja do Amparo e 3. a inserção propriamente dita do novo uso de biblioteca na igreja, elaborando uma tentativa de análise da restauração e conversão da Igreja do Amparo à luz das teorias da conservação, observando-se sobretudo os aspectos imateriais, ou seja, seus valores e sua manutenção ou mudança, buscando responder aos questionamentos centrais do trabalho: em que medida a conversão de uma igreja pode ser benéfica? A inserção de um novo uso em um edifício simbólico como uma igreja estabelece obrigatoriamente um antagonismo entre materialidade e simbologia? Espera-se que ao final deste capítulo seja possível, ao menos que em parte, responder a tais questionamentos, entendendo-se que a questão é muito mais ampla e complexa que o que consegue abarcar um Trabalho de Conclusão de Curso, sendo este apenas um breve exposto e possivelmente a abertura de um caminho a ser seguido em trabalhos posteriores.

Embora entrando para lista das cidades tombadas a nível federal no ano de 2006, a cidade de Marechal Deodoro teve seu processo de tombamento iniciado ainda em 1997, por iniciativa da própria população. A iniciativa consistiu num abaixo-assinado organizado pela população deodorense com participação de Célia Ferreira Regina Paiva, então diretora técnica do Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas (MASEAL). Tal iniciativa levou ao pedido de tombamento, no qual tornava-se explícita a importância da cidade de Marechal Deodoro como uma “cidade-monumento”, portadora de valores históricos não só para a própria cidade ou para o estado de Alagoas, mas para todo o Brasil, no sentido em que representa um registro dos primeiros momentos da história nacional. Esse enfoque dado à chamada “cidade-monumento” é precisamente em função de Marechal Deodoro ter sido um dos primeiros núcleos, como visto, da colonização brasileira, tanto nos períodos de domínio português, de onde a cidade herda sua morfologia e arquitetura, quanto no período holandês, do qual dada a cartografia de 1647 (FIGURA 16), elaborada por Markgraf, que permite a observação desse primeiro núcleo de

ocupação, bem como a pintura de Frans Post de 1634 (FIGURA 17) onde é possível observar a igreja matriz local. Sobre a pintura de Post, é sabido que há um debate quanto a veracidade das cenas representadas, uma vez que o pintor retratou diversas cenas brasileiras estando na Holanda, no entanto, a respeito da cartografia holandesa, tem-se que a equipe trazida por Nassau contava com profissionais altamente qualificados para sua elaboração, já sendo os holandeses reconhecidos por seus conhecimentos cartográficos, fato que lhes foi imprescindível para chegar ao Novo Mundo. Assim, tem-se a documentação necessária para validar o argumento de que Marechal Deodoro foi, de fato, um dos primeiros pontos urbanizados em território brasileiro e essa urbanização primária, por assim dizer, teve uma forte influência da religiosidade.

Assim, tem-se no parecer favorável ao tombamento de Marechal Deodoro pelo IPHAN, elaborado em 2005 pelo engenheiro e historiador da arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro e no ano seguinte no Parecer do Processo de Tombamento elaborado por Nestor Goulart Reis Filho, então membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a legitimação da cidade como uma “cidade-documento”, como já assinalava Paiva, em 1997. Dessa maneira, o discurso em torno do tombamento refletiu sobre as características do sítio histórico da cidade tal qual se apresentava naquele momento, identificando, portanto, *os valores históricos dos momentos iniciais da ocupação do território brasileiro, e a sua importância documental por conservar, como testemunho, a morfologia urbana e algumas soluções urbanísticas da cidade luso-brasileira do século XVI* (MUNIZ, 2014). Tem-se, dessa forma, uma prática recorrente na conservação patrimonial brasileira que marca suas primeiras abordagens, voltadas aos valores históricos e artísticos, considerando sobretudo os edifícios do período colonial.

Há um aspecto, no entanto, de forte presença nessa “cidade-monumento” que parece não ter sido amplamente levado em conta ao se elaborar o processo de tombamento de Marechal Deodoro. De acordo com Muniz (2014), não se percebe no processo *uma valorização clara da relação entre a urbanização do núcleo colonial e o papel da religião católica, vínculo importante da apropriação espacial*. Dessa maneira, outro questionamento pode ser levantado: caso esse aspecto religioso fosse mais explorado no tombamento, a Igreja do Amparo teria realmente que receber um novo uso para poder ser restaurada, uma vez que só recebeu recursos para a restauração em função do novo uso? Esse novo uso não seria entendido como uma ferida ao seu aspecto simbólico enquanto edifício religioso se a igreja fosse abordada apenas em função de seu aspecto simbólico e não no aspecto material? É possível afirmar que, talvez, a frente dos aspectos relativos à religiosidade da cidade foram colocados os aspectos econômicos,

sobretudo em função do turismo cultural, buscando se pautar sobre o que estabelece a Carta do Turismo Cultural (1976) e a Carta Internacional do Turismo Cultural (1999).

Para compreender melhor todo esse processo é preciso analisar os documentos que o respaldam: o Parecer de Tombamento (2005), o Parecer do Processo de Tombamento (2006), o Plano Diretor de Marechal Deodoro (2006) e seu Plano de Desenvolvimento Integrado (2009).

O Processo de Tombamento nº 1.397-T-1997 trata da inscrição da cidade de Marechal Deodoro no Livro do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e nele estão contidos os pareceres de tombamento e do processo de tombamento (MUNIZ, 2014). O livro no qual a cidade foi inserida reforça seu papel como “cidade-monumento”, o que fica ainda mais claro na observação dos pareceres. Nesse sentido, é preciso mencionar que apesar de assumir a postura crítica da teoria contemporânea, a preservação de cidades históricas brasileiras é regida por normativas a nível local, com o Plano Diretor, e a nível nacional a partir de documentos publicados pelo IPHAN, a exemplo da “Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas”, de 2010, que trata da *metodologia atualmente adotada pela instituição para a análise dos conjuntos urbanos tombados e a elaboração de normativas que auxiliem sua gestão* (MUNIZ, 2014). O processo de tombamento, portanto, embora estabelecido a nível federal, conta com participação das demais instâncias governamentais relacionadas ao bem e segue prerrogativas que devem ser adaptadas a cada contexto. Ademais, esse processo participativo se reflete também da gestão da conservação, como visto, seguindo a linha da descentralização do poder entre central e local, estabelecida desde a década de 1970.

Ao observamos a história de Marechal Deodoro temos que a localidade apresentava um certo protagonismo econômico durante seus séculos iniciais. No entanto, fatores como a mudança da capital para a cidade de Maceió, em 1839, e o declínio das atividades econômicas locais baseadas na agricultura levou a cidade à um cenário de estagnação econômica, sobretudo desde o século passado. Sobre esse cenário, Muniz (2014) pontua que:

O desenvolvimento e crescimento econômicos se mantiveram, porém, até o momento da transferência da capital para Maceió, em 1839. A posição geográfica do núcleo urbano de Alagoas do Sul, encimando o outeiro de Nossa Senhora da Conceição, às margens da Lagoa Manguaba e distante cerca de 8 km do litoral, primordial durante a ocupação inicial da porção sul da então capitania de Pernambuco, perde o protagonismo como irradiador da exportação para a cidade de Maceió e seu porto natural, Jaraguá, “quando o risco de invasões e de atividades do corso na costa passaram (sic) a ser menores no início do século XIX, até desaparecerem completamente no curso daquela centúria”. O deslocamento da Junta Real da Fazenda e outras repartições fiscais, bem como de funcionários administrativos e suas famílias, apresentou-se como mais uma consequência dessa transferência e, pode-se dizer, com

eles expurgou-se também a efervescência socioeconômica de Santa Maria Madalena. Maceió passou, então, a agregar um número cada vez maior de habitantes e renda.

(MUNIZ, 2014)

A cidade só voltaria a ter sua economia reaquecida na década de 1970, como também aponta a autora:

Somente na década de 1970, a cidade – agora, município de Marechal Deodoro – ressurgiu como foco de desenvolvimento socioeconômico na região, com a instalação do Polo Cloro-Álcool-Químico de Alagoas (Salgema Indústrias Químicas) e da Usina Sumaúma. A abertura da rodovia AL-101 Sul, em 1979, foi um importante fator que intensificou o “êxodo” sazonal para a usina, em busca de ofertas de trabalho – mas essa mesma via foi responsável pela aproximação das cidades do sul do estado com a capital, tornando a distância entre elas um ponto positivo e negativo.

(MUNIZ, 2014)

O ponto positivo ao qual a autora se refere é precisamente a fomentação da economia local e o ponto negativo é que a cidade passou a apresentar um movimento pendular, não concentrando a população na cidade, o que abriu espaço para o turismo cultural como fonte de movimentação econômica local. *A estagnação econômica, para o caso de algumas cidades, tem sido considerada como um fator de preservação de conjuntos urbanos tombados*, ainda de acordo com Muniz, a exemplo também da reabilitação de sítios históricos como o de Recife, cujo projeto de conservação integrada também visava o turismo como forma de fomento da economia. Dessa maneira, de forma análoga ao que acontece em Recife, a C.I. em Marechal Deodoro tem uma abordagem ambiental/cultural, baseada na sustentabilidade, o que aponta para a inserção de novos usos em edifícios de interesse cultural/patrimonial. Essa postura é respaldada inclusive pela Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas, do IPHAN, ao justificar que *nas cidades economicamente estagnadas, preservava-se a homogeneidade do conjunto urbano, enquanto sua população moradora perdia perspectivas e capacidade econômica para, inclusive, propiciar a manutenção adequada aos imóveis* (IPHAN, 2010), sendo, portanto, a inserção de um novo uso uma espécie de “garantia” da materialidade do bem que o recebe.

Assim, o Parecer de Tombamento de Marechal Deodoro elaborado por Ribeiro torna-se favorável para o tombamento em função desses aspectos, já visando as restaurações e readequações futuras. É enviado a Jurema Kopke Eis Arnaut, arquiteta e então Gerente de Proteção no DEPAM, que o analisa por partes registradas em memorando redigido a Cyro Correia Lyra, diretor-substituto do DEPAM. Primeiramente Arnaut estabelece que Ribeiro *discorre sobre o*

tombamento de sítios históricos constituídos em tecidos deliberados, inicialmente, por necessidades de defesa e proteção, transformados e consolidados de acordo com geografia do sítio e pelo desenvolvimento material como cidade-capital, depois trata da importância histórica e artística do sítio e permite concluir que a descontinuidade histórico-arquitetônica não recomenda a definição de um tombamento integral ou contínuo da cidade, como já observava Ferrare em seus estudos no momento da elaboração do Plano Integrado de Uso do Solo e Preservação do Patrimônio de Marechal Deodoro, elaborado a partir de uma parceria entre a SERVEAL, em convênio com a Empresa Alagoana de Turismo, EMATUR, e a Prefeitura do município, no qual foram estabelecidos os polígonos que seriam posteriormente as áreas de proteção do IPHAN. Ademais, o parecer abordava ainda a importância paisagística de Marechal Deodoro, descrevendo a relação urbano-arquitetônica com o sítio geográfico, reunindo assim as descrições das áreas propostas para tombamento e entorno.

Uma das características dessa relação da cidade com o sítio geográfico é percebida na rua Dr. Ladislau Neto, onde está localizada a Igreja do Amparo, a partir da adaptação das edificações as variações do nível da água da Lagoa Mangaba, como pode ser visto na imagem abaixo:

Figura 28 - Fotomontagem da rua Dr. Ladislau Neto com Igreja do Amparo e Beco do Amparo ao lado esquerdo. Percebe-se que as casas foram construídas sobre uma espécie de plataforma, em função das variações do nível da Lagoa Mangaba.



Fonte 29 - FERRARE, Josemary; SILVA, Cândida Graça da; FERREIRA, Teresa de Deus. Levantamento Métrico Rectificado Dos Alçados Urbanos. Desenho N° L.05 – Rua Ladislau Neto. In: Inventário do Conjunto Urbano: Sede urbana de Marechal Deodoro/Brasil. Portugal: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação, 2003.

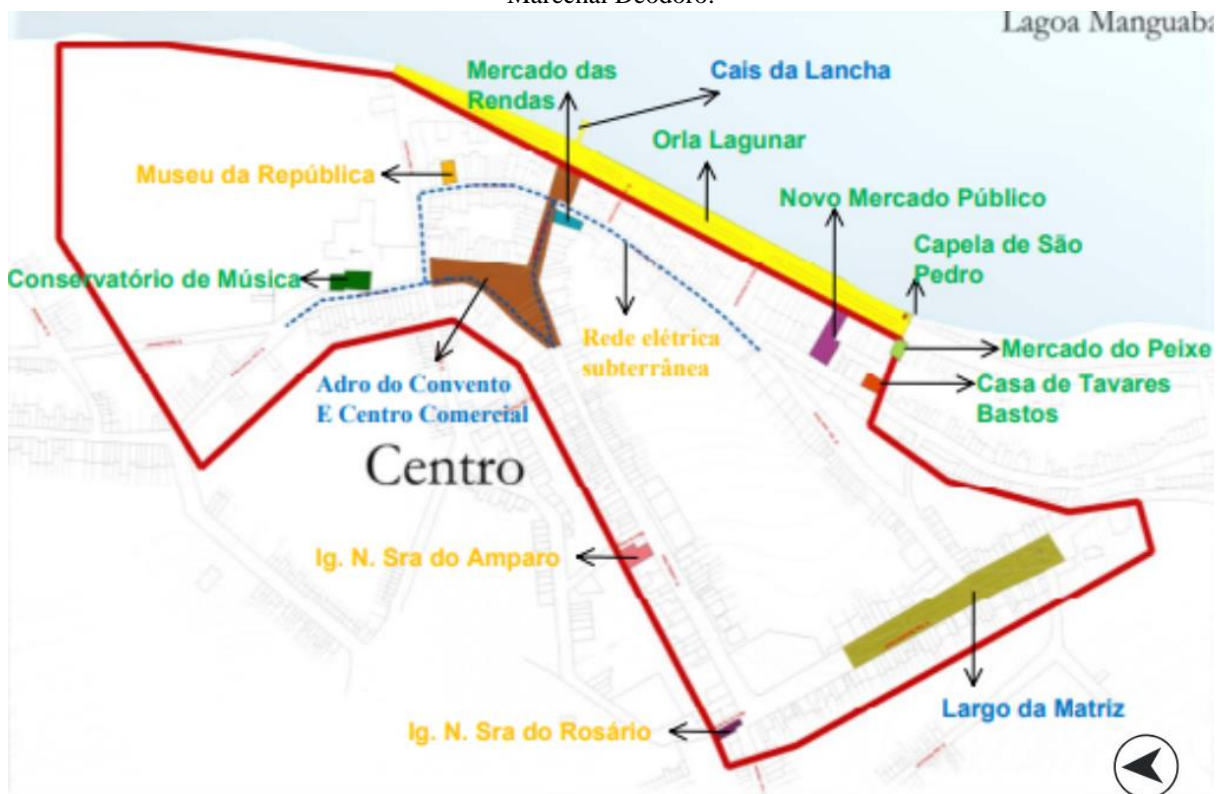
O Parecer é então enviado a Anna Maria Serpa Barroso, secretária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que o encaminha a Nestor Goulart, solicitando exame e opinião, de ordem do Presidente do IPHAN. Assim, já no ano de 2006 e após a publicação no Diário Oficial da União de edital de notificação aos proprietários e/ou demais interessados sobre o tombamento de algumas parcelas do sítio, bem como após o informe a Danielli Medeiros Dâmaso de Almeida, então prefeita municipal (MUNIZ, 2014) é redigido o Parecer do Processo de Tombamento, por Reis Filho.

No parecer de Reis Filho está presente basicamente a mesma estrutura do parecer anterior, iniciando por uma análise cronológica da importância histórica da cidade de Marechal Deodoro. Acresce a respeito do *valor do conjunto arquitetônico e urbanístico deodorense, e particulariza algumas peculiaridades do sítio e da paisagem, relacionando, pela primeira vez tão claramente, aspectos físicos do meio urbano às motivações para a sua proteção* (MUNIZ, 2014). Nesse sentido, no contexto das guerras e invasões pelas terras recém “descobertas” do Novo Mundo, Reis Filho constata em visita *in loco* no ano de 2000 que a cidade preserva o traçado urbano primitivo de Santa Maria Madalena, cujo *sítio de fundação da vila, de 1611, era provavelmente o mesmo da reconstrução portuguesa* (MUNIZ, 2014 *apud* FILHO, 2006). Sobre essa reconstrução portuguesa, trata-se das demolições e refazimentos do que havia sido edificado pelos holandeses, comuns após a retomada do domínio português após 1654.

Assim, a cidade de Marechal Deodoro é oficialmente tombada pelo IPHAN, *inscrita no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Marechal Deodoro, em 2009, como resultado do Processo de Tombamento nº 1.397-T-1997* (MUNIZ, 2014). É então desenvolvido o Programa de Desenvolvimento Integrado da Cidade de Marechal Deodoro, uma parceria do IPHAN, BNDES, Ministério da Cultura, Governo de Alagoas e Prefeitura Municipal, estruturado em 1. projetos de fomento, 2. projetos estruturantes e 3. projetos para planejamento de desenvolvimento integrado. Os projetos de fomentos, ou “atividades econômico-culturais” dividem-se em criação de um roteiro de turismo cultural, estabelecimento do Polo Pescador (Mercado do Peixe, Capela de São Pedro, Casa Tavares Bastos e Orla Lagunar), Polo dos Músicos (Conservatório de Música) e Polo Rendeiras (Mercado das Rendas e Novo Mercado Público). Os projetos estruturantes são os do Largo do Carmo, Largo da Taperaguá e Adro do Convento e Centro Comercial, também foram previstas intervenções no cais e lancha do horário. Ademais foram previstas mudanças do trânsito com vistas a adequar o tráfego ao tecido urbano resultante das intervenções. Os projetos para planejamento de desenvolvimento integrado compreendiam intervenções nos seguintes pontos: cocadeiras, Orla do Francês (onde funcionava o antigo porto) e Lancha do horário. Previu-se também o desassoreamento da lagoa, a implantação de uma rede elétrica subterrânea (com vistas a melhorar a paisagem urbana da cidade), a duplicação da AL 101 sul (Rodovia Divaldo Suruagy) e o georreferenciamento do município, que ficaria como base para projetos futuros e para o uso por parte da prefeitura como bases cadastral, por exemplo. Ainda de acordo com o documento do IPHAN que propõe o Desenvolvimento Integrado de Marechal Deodoro, os objetivos principais do planejamento seriam a valorização do patrimônio cultural como importante fomentor econômico regional, os

investimentos de fomento à sustentabilidade da economia local baseado em aspectos culturais relevantes, o estabelecimento de sistemas integrados de polos culturais voltados ao cotidiano da cidade e ao saber fazer da comunidade, agregados ao potencial turístico do território de Marechal Deodoro e, por fim, a criação de um modelo equilibrado do convívio do homem com o meio natural.

Figura 29 - Mapa das intervenções previstas no Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade Histórica de Marechal Deodoro.



Fonte 30 - IPHAN, s.d. Modificado pela autora.

Como é possível perceber a partir da figura 58, essas intervenções abrangeriam sobretudo a área delimitada pelo polígono do centro, onde está localizada a Igreja do Amparo, e estão abarcadas no Programa PAC Cidades Históricas. No programa, de acordo com o IPHAN, as intervenções nos bens patrimoniais são divididas em restaurações e requalificações. No primeiro grupo estão as igrejas do Amparo, do Carmo e do Rosário, bem como o Museu de Arte Sacra no Convento de Santa Maria Madalena e a Ordem 3º de São Francisco que receberia o Conservatório de Música. Desse grupo, apenas a Igreja do Amparo ainda não está concluída no momento em que se desenvolve este trabalho. No segundo grupo, onde todas as obras foram concluídas, foi prevista a requalificação dos largos das igrejas Matriz, do Carmo e do Bonfim.

Percebendo-se a abrangência das intervenções em diferentes áreas, seja arquitetura propriamente dita ou infraestrutura urbana, é estabelecido um exemplo bastante claro de como

um planejamento integrado é pensado para uma área de interesse cultural/patrimonial, abarcando tanto aspectos materiais, como as edificações, e aspectos imateriais, como os “saber fazer”. Percebe-se também que alguns projetos estão presentes simultaneamente em mais de um dos eixos sobre o qual o planejamento de Marechal Deodoro se estabeleceu, reforçando ainda mais o caráter integrativo das intervenções.

De forma a adequar a cidade ao novo *status* de sítio tombado, a Câmara Municipal de Marechal Deodoro publicou, em 9 de novembro de 2006, a Lei nº 919, que define seu Plano Diretor e embora recomende-se que haja a revisão do plano a cada década, houveram apenas alterações, sendo as mais recente a Lei nº 1320, de 7 de janeiro de 2020 e a Lei nº 1417, de 22 de dezembro de 2021. Na proposta de 2020 ficam estabelecidas as áreas de zoneamento urbano da cidade dentre as quais as Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio histórico (ZEIP) 1 e 2, abrangendo as áreas do polígono do centro histórico e o conjunto do Carmo na ZEIP 1 e o polígono da Igreja de Nossa Senhora do Bonfim e o percurso de ligação com o polígono do centro histórico na ZEIP 2. A Igreja do Amparo encontra-se, portanto, na ZEIP 1. A lei recomenda que nos polígonos de tombamento estadual e federal sejam obedecidas as diretrizes e normas dos respectivos instrumentos legais. Assim, estando a Igreja do Amparo no polígono de tombamento federal, são observadas as prerrogativas do IPHAN para a gestão da área, a exemplo do já mencionado documento “Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas”, de 2010.

De acordo com o estudo de Muniz (2014), a valorização do patrimônio histórico e cultural aparece como uma estratégia de desenvolvimento sustentável no Plano Diretor de Marechal Deodoro, constando nos artigos 8 e 9 as seguintes definições:

Art. 8º. A sustentabilidade urbana e ambiental determina o uso racional dos recursos naturais como forma de garantir a sua preservação, de modo compatível com a promoção do desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e a inclusão social.

Art. 9º. A sustentabilidade urbana e ambiental em Marechal Deodoro requer:
I. proteção e conservação dos bens naturais e culturais, de interesse histórico e ambiental;

(PLANO DIRETOR DE MARECHAL DEODORO/AL, 2006)

Assim estabelecido, o plano discorre sobre a conservação desses bens naturais e culturais de interesse histórico e ambiental. Com foco na intervenção da Igreja do Amparo, tem-se os seguintes pontos com relação aos procedimentos previstos no plano para intervenções nos bens culturais, que de acordo com Muniz *considera suas dimensões material e imaterial, e*

relaciona-a a “potencialização dos ativos estratégicos” e à oportunidade de realizar “ações e intervenções”:

Art. 15. A valorização do patrimônio histórico e cultural deverá ser garantida por meio de ações e intervenções de **reabilitação, reutilização e revitalização** do centro histórico e áreas onde estão localizados bens e recursos, de valor cultural, promovendo novas oportunidades ao município de Marechal Deodoro;

Art. 16. As diretrizes para a valorização do patrimônio histórico e cultural de Marechal Deodoro são:

I. **preservar, revitalizar, recuperar e conservar** o patrimônio histórico e cultural do município, em parceria com os governos federal e estadual;

II. garantir a conservação do tombamento federal do sítio histórico, datado de 03 de agosto de 2006, em parceria com os governos federal e estadual;

III. integrar as ações à política municipal de turismo, **adequando os espaços públicos para instalação de equipamentos de infraestrutura turística**, assegurando a vocação do turismo histórico e cultural;

IV. integrar as ações e medidas do órgão municipal responsável pelo patrimônio cultural com as ações e medidas dos demais órgãos municipais setoriais;

VII. elaboração e implementação de um plano de ação para o centro histórico;

VIII. disciplinar a implantação de mobiliário urbano, veiculação publicitária, anúncios indicativos, artefatos e pequenos equipamentos de uso público nas Zonas de Especial Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural - ZEIP;

IX. estimular a requalificação da arquitetura e da paisagem urbana nas Zonas de Especial Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural - ZEIP;

X. promoção da articulação entre os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural nos níveis municipal, estadual e federal;

(PLANO DIRETOR DE MARECHAL DEODORO/AL, 2006)

O artigo 119 trata especificamente das ZEIP, constando que:

Art. 119. São objetivos principais das ZEIP:

I. recuperar e reabilitar o patrimônio histórico e cultural;

II. **estimular novos usos e funções**, em complementação às atividades urbanas, por meio da conservação do sítio e das edificações históricas;

III. compatibilizar as ações setoriais com as ações de recuperação e reabilitação do patrimônio.

(PLANO DIRETOR DE MARECHAL DEODORO/AL, 2006)

Assim, a partir de uma breve análise podemos identificar como a questão patrimonial é tratada no Plano Diretor de Marechal Deodoro, corroborando com seu posterior Plano de Desenvolvimento Integrado. É perceptível a ênfase nas reabilitações, reutilizações e revitalizações, sobretudo nas áreas de ZEIP, propondo explicitamente o estímulo de novos usos e funções. Ademais, o inciso III do artigo 119 propõe a compatibilização das intervenções com outros setores, ou seja, é a partir disso que a restauração da Igreja do Amparo, enquanto bem

cultural, pode ter a finalidade de se tornar um edifício público, no caso, a biblioteca municipal, estabelecendo uma via de mão dupla entre o setor cultural e o setor educacional.

A fundamentação do Plano Diretor e suas diretrizes segue, contudo, a mesma abordagem prática do processo de tombamento da cidade, entendendo-a como artefato histórico. Prova disso são as propostas de intervenção concentradas no polígono do sítio histórico no Plano de Desenvolvimento Integrado (FIGURA 58). Como exposto, a narrativa desses mecanismos é pautada nos valores reconhecidos inerentes ao patrimônio construído e natural da cidade de Marechal Deodoro. Foi visto também que o tratamento da cidade como uma “cidade-monumento” parece ter deixado de lado os aspectos simbólicos da ligação entre a urbanização local e a Igreja, como aponta Muniz (2014), sobretudo no que diz respeito ao papel das ordens religiosas e irmandades, importantes atores na construção do espaço urbano, da identidade e da memória da cidade. Dessa maneira, os valores percebidos são sobretudo os valores histórico e artístico, não contemplando de forma precisa os valores simbólicos. Nesse sentido, pode-se afirmar que embora no próprio Plano Diretor da cidade seja reconhecida a importância da imaterialidade na preservação patrimonial, o próprio fato da Igreja do Amparo ser restaurada para receber um novo uso corrobora com a opinião de que o simbolismo foi “diminuído” em função de aspectos práticos. Muito embora a conservação baseada na inserção de um novo uso em um bem cultural/patrimonial seja algo benéfico no sentido de assegurar sua sustentabilidade, como já dito várias vezes neste trabalho, um edifício sagrado não poderia, teoricamente, ser trabalhado da mesma maneira que um “edifício profano”.

Há de se ponderar, no entanto, que lidar com valores patrimoniais não é algo simples e muitas vezes os valores acabam se sobrepondo e entrando em conflito, cabendo aos profissionais responsáveis ponderá-los e, quando necessário, optar pela prevalência daquele – ou daqueles – que trará mais benefícios à intervenção. No caso da Igreja do Amparo, vimos que esta já não tinha mais um uso litúrgico, portanto seu valor de uso primário já não existia mais, a estrutura física já estava também bastante comprometida e havia sofrido alteração na década de 1990, portanto sua integridade e sua autenticidade foram afetadas. Soma-se à questão da autenticidade a presença de mais de um estilo, como visto, dificultando a unidade da obra como representativa de um momento histórico. Ademais, até a mesma implantação do edifício não segue o que era praticado no momento de sua concepção e construção; a igreja não apresenta um espaço aberto frontal. Assim, tem-se um edifício que, infelizmente, perdeu grande parte de sua identidade ao longo dos anos, em função tanto da falta de seu uso primário como de reparos que viessem a evitar uma intervenção mais invasiva, como na chamada conservação preventiva.

Assim, os valores iniciais do bem são progressivamente substituídos pelos valores contemporâneos. Se no século XVIII, no momento de sua criação, a Igreja do Amparo tinha um alto valor religioso e de uso no contexto de uma sociedade altamente religiosa, esses valores passam a ser simbólicos/de rememoração e históricos no contexto de uma sociedade majoritariamente secularizada. Logo, pode-se concluir que a inserção do novo uso atribuído ao bem mais uma gama de valores, podendo aqui serem elencados alguns dos valores socioculturais e econômicos propostos por Mason (2002) e valores culturais e socioeconômicos contemporâneos, segundo a classificação de Jokilehto e Feilden (1993): o valor social, no sentido de que o bem, assim como no momento de seu uso primário, servirá a comunidade local, novamente o valor de uso, agora do novo uso, valor econômico, no sentido de estar inserido no âmbito da conservação integrada, valor educativo por se tratar desse novo uso de uma biblioteca pública funcionando em um edifício de valor histórico. É interessante mencionar que o valor político, segundo conceituação de Mason (2002) também está presente no tombamento de Marechal Deodoro, figurando junto ao valor histórico a importância da cidade como um dos primeiros núcleos urbanos do país.

Os valores são, como visto, mutáveis a medida em que a sociedade muda, pois são estabelecidos por ela. Logo, pode-se dizer que uma igreja perder parte de seu valor dada as transformações sociais que levam a isso é algo que já é entendido dentro da Teoria dos Valores. Para Lacerda (2012) uma intervenção feita em um bem patrimonial já deve, inclusive, prever e abarcar essa mudança de valores, operacionalizando-os. Cabe aqui mencionar também a Carta de Brasília (1995) que tratando de autenticidade, um aspecto imaterial, pode ter também suas prerrogativas relacionadas aos valores, sobretudo ao mencionar que em uma restauração *o suporte tangível não deve ser o único objetivo da conservação* (IPHAN, 1995), pois a mensagem do qual é portador deveria ser também conservada, muito embora outras mensagens possam ser acrescentadas a ele em função de seu contexto e novas circunstâncias culturais, podendo essas mensagens ser tão ricas como a primeira. Vê-se, portanto, que a incorporação de novos valores e mensagens, como pontua a Carta de Brasília e fundamentalmente a Teoria dos Valores não é algo negativo num sentido amplo, pois permite que um bem tenha sua duração prolongada a medida que é ressignificado e reutilizado, por exemplo. No entanto, pode tornar-se algo negativo quando o edifício perde sua identidade, seu decoro, sua “mensagem primária”.

Assim, o debate sobre a restauração da Igreja do Amparo pode ser iniciado, buscando identificar, na medida que se fizer possível, se sua mudança de valores, nesse caso, é algo positivo, negativo ou uma questão de dois lados.

A restauração da Igreja do Amparo já estava prevista no Plano de Desenvolvimento Integrado de Marechal Deodoro, no entanto, em função da descaracterização do bem, como visto, sua restauração sofreu diversos embates, sendo os recursos liberados pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD)³, do Governo Federal, liberados apenas em função do edifício receber um novo uso, em 2019. A questão se pauta na finalidade da intervenção: se a igreja enquanto igreja não tinha mais uso, o que justificaria empregar um elevado valor de recursos para restaurá-la? O bem seria museificado, indo na contramão da teoria contemporânea que vê no uso uma forma altamente eficaz de conservação de um bem, assim como foi o caso da Igreja do Pilar? Somou-se isso a questão o fato da cidade de Marechal Deodoro não ter biblioteca municipal desde o ano de 2015, por falta de estrutura. Uma tentativa de abertura da biblioteca foi realizada em 2008, levantando-se a possibilidade de que fosse implementada na Igreja do Rosário, no entanto o projeto não seguiu adiante. Outra tentativa foi realizada em 2017, também não sendo levada a frente. Foi então proposto, no ano de 2019, que a biblioteca fosse instalada na Igreja do Amparo, em função de um papel que já desempenhara servindo provisoriamente como escola, como visto, e em função de reforçar também do papel da Igreja enquanto instituição além de fé, também de educação. Esse caráter educacional da Igreja foi mencionado, inclusive, por Mário Aloísio, então superintendente do IPHAN-AL no evento que apresentou o projeto de restauração e no qual sua ordem de serviço foi assinada, em 12 de dezembro de 2019, na própria Igreja do Amparo. Aloísio ressaltou que a conversão da igreja em um espaço voltado para a educação “seria uma retomada deste olhar da igreja católica para a função de formação básica do cidadão”. O início das obras foi previsto para o começo de 2020, com participação da equipe de arquitetos e engenheiros da prefeitura de Marechal Deodoro e da construtora A4, responsável por outras obras de restauração no sítio histórico, como a Igreja do Rosário, sob supervisão do IPHAN.

De acordo com a teoria contemporânea da conservação um projeto que vise intervir em um bem cultural/patrimonial deve ser estruturado sobre um processo participativo entre os diversos atores que incidem sobre o bem. Dessa maneira, tem-se que não só os órgãos federais, estaduais e municipais devem conduzir todo o processo, mas que sobretudo inicialmente a população para a qual o bem será entregue tenha sua opinião também levada em consideração,

³ O Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos (Gov.br, 2022). É formado pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, no qual estão presentes representantes dos ministérios do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Secretaria Nacional do Consumidor e dos ministérios do Meio Ambiente, Cultura, Saúde, Fazenda e Ministério Público Federal. Conta também com participação de representantes de entidades civis.

uma vez que é ela que o valoriza e que dele se apropria. No caso da restauração da Igreja do Amparo, foi ouvida sobretudo a comunidade religiosa local, sendo realizadas reuniões com a comunidade e os profissionais responsáveis pela restauração. Em entrevistas realizadas no âmbito desse trabalho com moradores de Marechal Deodoro, foi feita uma pergunta norteadora: “qual sua opinião sobre a conversão da Igreja do Amparo?”. A comunidade religiosa, que como visto compreende a maior parte da população deodorense, foi enfática ao afirmar que “uma igreja é sempre uma igreja”, assumindo uma postura de total discordância com a conversão. Também foi levantado o ponto de que outros prédios, como o antigo fórum, estariam abandonados no município, portanto poderiam abrigar a biblioteca. Foi questionado ainda o porquê de dentre as restaurações das igrejas locais apenas a Igreja do Amparo não ser restaurada mantendo seu uso. Como já exposto, a última missa na igreja ocorreu no início da década de 1990 e desde então o uso litúrgico já não era presente. Ademais, tem-se também a questão da descaracterização, sendo a Igreja do Amparo a mais afetada dentre as igrejas locais, o que abre o caminho para a inserção do novo uso em função dos danos à autenticidade e à integridade do bem arquitetônico. Por outro lado, houve também quem observasse que a conversão traria os benefícios de tanto manter o edifício como oferecer um espaço público necessário à população. Assim, tem-se uma opinião dividida, embora majoritariamente contrária à inserção do novo uso. É importante ponderar, nesse sentido, que se os aspectos envolvidos nos casos de conversão de igrejas em outros usos já é algo complexo dada sua natureza para os próprios profissionais que lidam com tais questões em seu dia a dia, logo, é muito compreensível que a população apresente uma postura de estranhamento e que, uma vez não tendo em sua maioria noções básicas de patrimônio em um país cuja educação patrimonial é tão escassa ao ponto de serem cometidas atrocidades como a depredação vista nos atos antidemocráticos em Brasília em janeiro de 2023, essa população não tenha sequer noção do que é conservação integrada e dos benefícios econômicos e sociais e que dela podem obter. Isso se reflete no caso da Igreja do Amparo à medida em que depois de explicado brevemente o que levou a conversão da igreja e alguns benefícios trazidos por ela, foi percebida uma mudança de opinião inicialmente contrária à conversão nas entrevistas.

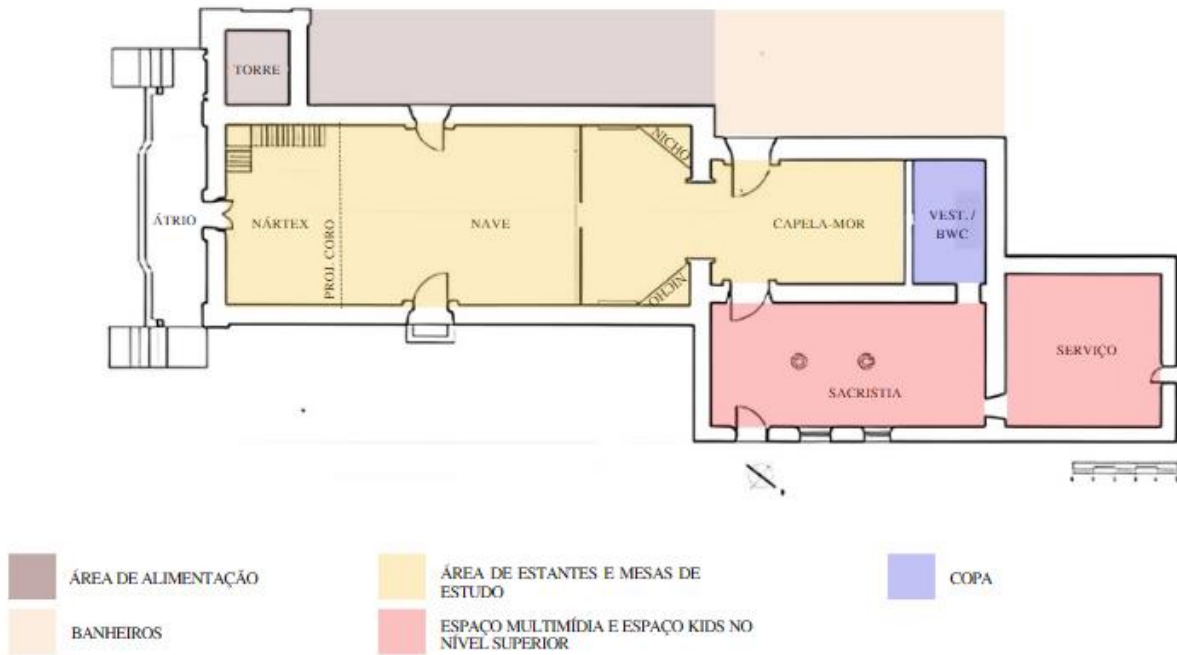
No que diz respeito à materialidade da restauração, pode-se mencionar as palavras dos arquitetos da prefeitura de Marechal Deodoro, que em *live* realizada através da plataforma *Instagram* em 10 de dezembro de 2020, buscaram sanar as dúvidas da população acerca da intervenção. Na fala dos profissionais, foi constante o ponto de que a restauração estava sendo feita de forma a “não ferir a sacralidade do templo e a liturgia do espaço”, seja pela própria

escolha do uso, que requer o “silêncio litúrgico”, seja pela forma como a intervenção foi feita, respeitando a preexistência.

Como visto nos estudos de caso, nenhuma conversão implicou na necessidade de se intervir na estrutura dos bens nem na composição do espaço, salvo o caso da Igreja Skate, que sofreu a intervenção plástica do artista Okuda. De forma análoga, a Igreja do Amparo não sofreu nenhum tipo de acréscimo ou supressão de suas estruturas, sendo restaurado o que foi possível a partir de registros documentais, como foi o caso dos altares de São Roque e de Santa Cecília. De acordo com os profissionais da prefeitura de Marechal Deodoro, nada que não já existisse na igreja foi acrescentado, sendo previsto apenas um forro, que como visto a igreja não tinha, em função da acústica e da proteção contra os animais que oferecem risco a estrutura, como morcegos. Tem-se assim uma postura que não visa devolver o bem a sua unidade potencial, como propõe a teoria brandiana, nem tampouco construir aquilo que poderia ter sido construído à época de sua criação para que essa unidade fosse alcançada, como propunha Le-Duc no século XIX. As supressões e acréscimos pontuais que foram necessárias partiram do princípio da acessibilidade dos bens patrimoniais, sendo elas a rampa de acesso lateral pelo Beco do Amparo construída onde antes fora uma escada, como visto na planta baixa (FIGURA 52) e a inserção de um elevador que visa garantir a acessibilidade do piso térreo com o pavimento superior incorporado na sacristia na reforma de 1997 e onde funcionará o “espaço *kids*” da biblioteca. Esse tipo de adequação à acessibilidade está presente no caso do Museu Rodin, na Bahia, por exemplo (FIGURAS 3 e 4). A intervenção foi acompanhada também por arqueólogos, por se tratar de um bem de valor histórico inserido em sítio onde esse valor é de suma relevância. Esse acompanhamento arqueológico é recomendado pelo IPHAN na “Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas”.

Para a efetivação do novo uso, os acréscimos são, assim como observado nos estudos de caso, de mobiliário. Nesse caso, são acrescentadas estantes, mesas e equipamentos eletrônicos, em função da exigência de um espaço multimídia nas bibliotecas pelo MEC. Ademais, visando a adequação do uso pelos estudantes, foi pensado também um espaço de alimentação, com café e área de mesas, inseridos na torre e na área aberta posterior a ela. O zoneamento é estabelecido, portanto, da seguinte maneira:

Figura 30 - Zoneamento das áreas da Biblioteca Tavares Bastos na Igreja do Amparo.



Fonte 31 - Magalhães, 2018. Adaptado pela autora.

Através das imagens 3D do projeto podemos ver a distribuição do mobiliário no interior da igreja/biblioteca. Na entrada vemos uma recepção e a escada de acesso ao coro, já na vista para o coro e porta de entrada vemos a disposição das prateleiras e das mesas de estudo individuais:

Figura 31 - Imagem 3D da recepção da Biblioteca Tavares Bastos na Igreja do Amparo.



Fonte 32 - G1.com, 2019.

Figura 32 – Imagem 3D do interior da Biblioteca Tavares Bastos na Igreja do Amparo.



Fonte 33 - G1.com, 2019.

Uma vez que os acréscimos da intervenção são peças móveis, é assegurada a possibilidade de outra reconversão futura ou, ainda, a volta do uso litúrgico do espaço caso haja necessidade. Isso é garantido pelo princípio da reversibilidade que é enfatizado na teoria brandiana e absorvido pela teoria contemporânea de Viñaz. Soma-se a isso também o princípio da distinguibilidade, uma vez que observando que o edifício é um edifício religioso, conclui-se que o mobiliário educacional não é uma intervenção. Assim, vê-se que a preocupação de Choay com relação a adaptabilidade de um edifício ao seu novo uso é aqui superada. Apesar da igreja ter sua forma definida pela sua função, o uso de biblioteca se adapta, materialmente, a ele. Pode-se dizer, nesse sentido, que a adaptação simbólica também é assegurada, em função da não agressão a liturgia do espaço, pelo uso requerer o respeito e o “silêncio litúrgico”, e também pelo caráter evangelizador que a educação assume na Igreja.

Com relação à fachada também não foram estabelecidos acréscimos nem supressões. O reboco precisou ser refeito e as molduras em cantaria foram restauradas, como no interior do edifício, removendo-se as camadas de tinta. Foi prevista também iluminação cenográfica como forma de valorizar o edifício, como pode ser visto na imagem abaixo:

Figura 33 - 3D da fachada da Biblioteca Tavares Bastos/Igreja do Amparo após restauração.



Fonte 34 - CadaMinuto.com, 2019.

Apesar de já restaurada, a Igreja no Amparo ainda não teve o início de suas atividades como Biblioteca Municipal Tavares Bastos, tendo sua inauguração adiada algumas vezes em função da pandemia de COVID-19. Uma entrega simbólica, no entanto, foi realizada em 2022 em visita à Marechal Deodoro do então presidente da república. Assim, este trabalho não pode comentar ainda a respeito da apropriação popular do bem restaurado e de seu novo uso, o que de fato embasaria se foi ou não efetivo e se cumpre seu papel dentro de um contexto maior, no caso o Plano de Desenvolvimento Integrado de Marechal Deodoro, podendo isso ser feito em trabalhos posteriores. Ademais, acrescido a isso está abarcada a mudança de valores a ser percebida pela população de acordo com a apropriação, o que também deve ser objeto de estudo posterior.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este trabalho foi pensando inicialmente como um estudo sobre arquitetura sacra católica sob sua perspectiva simbólica. As ideias iniciais, no entanto, extrapolariam o tempo e o escopo do que é um Trabalho de Conclusão de Curso. Dessa maneira, permanecendo no campo da arquitetura sacra, decidiu-se trabalhá-la sob a perspectiva da conservação patrimonial, em

função da observação de um fenômeno contemporâneo, trazendo assim certa novidade na contribuição, ainda que inicial, do trabalho. O fenômeno em questão é a inserção de um novo uso, no âmbito da Conservação Integrada, nesses edifícios, que em função da secularização da sociedade ocidental perdeu progressivamente seu aspecto enquanto marco orientador tanto em seu sentido urbano, uma vez que, como observado, as igrejas foram por muito tempo definidoras de traçados urbanos, quanto seu aspecto simbólico enquanto espaço de fé imprescindível para a vida religiosa. Assim, iniciamos com um estudo dos temas que envolvem a conservação patrimonial, dando ênfase a questão do uso e a Conservação Integrada, estabelecendo paralelos entre os campos nacional e internacional no que diz respeito a conservação. A partir disso, realizou-se um breve estudo sobre a arquitetura sacra católica como um reflexo dos momentos históricos da sociedade ocidental, buscando compreender o contexto atual da inserção de novos usos em seus templos. Por não se tratar do foco deste trabalho, tal abordagem foi feita de forma sucinta, adentrando apenas naquilo que foi considerado imprescindível para a compreensão do trabalho como um todo. Ainda no estudo sobre a igreja católica, buscou-se compreender, também de forma sucinta, a simbologia do espaço sagrado cristão, como forma de delimitar o porquê a conversão de uma igreja não é algo simples, uma vez que engloba tais aspectos simbólicos.

Estabelecidos os estudos anteriores, partiu-se para a compreensão do objeto de estudo: a Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, em Marechal Deodoro, Alagoas. Foram observados seus aspectos históricos e seus aspectos arquitetônicos, bem como seu processo de conversão. Nos aspectos históricos, tem-se que seria falha a tentativa de compreender sua importância sem compreender a formação da cidade de Marechal Deodoro e sua importância no contexto histórico nacional, uma vez que representa um dos primeiros pontos de urbanização do Brasil colônia. É por esse fato que a cidade é tombada no ano de 2009 a nível federal pelo IPHAN, assegurando a ela o título de sítio histórico em suas três áreas de proteção e um plano de desenvolvimento integrado com vistas a valorização de seu patrimônio e consequente fomento de sua economia, que passara por estagnação até a década de 1970.

A Igreja do Amparo é registro de uma época em que a religião que prega a acolhida, segregava seus membros, sendo construída pela confraria dos homens pardos para que estes pudessem ter seu espaço de culto. Leva mais de 100 anos para ser concluída e tem seu uso religioso mantido por outros 100. Perde esse uso litúrgico no início da década de 1990 e passa a servir a comunidade católica como ponto de encontro para grupos musicais, carismáticos e a catequese. Assim assegura sua permanência apesar da supressão de seu uso primário. No entanto, mesmo com esse uso imposto pela própria comunidade, a sustentabilidade do bem não

é alcançada de forma plena e no ano de 2019 recebe projeto de restauração para tornar-se biblioteca municipal. A intervenção é feita sob supervisão do IPHAN, e seguindo os princípios básicos da Teoria da Conservação Contemporânea assegura ao bem a reversibilidade e a distinguibilidade da intervenção, bem como a restauração pautada num ato crítico de não suprimir ou acrescentar aquilo que venha a ferir o que sobrou de sua autenticidade e integridade.

Em função da intervenção de adaptação ao novo uso foi levantada a questão sobre a conservação ou a mudança dos valores reconhecidos da Igreja do Amparo, inserida no contexto do sítio histórico de Marechal Deodoro. A ideia inicial de objetivo geral do trabalho era investigar a provável mudança dos valores patrimoniais reconhecidos da Igreja do Amparo em função do novo uso por parte da população local, utilizando possivelmente o *sistema de indicadores para monitoramento da autenticidade*, proposto por Lira (2009). No entanto, como visto, a Biblioteca Tavares Bastos ainda não foi entregue à população, o que inviabiliza a apropriação e consequente valoração. Tal proposta poderá ser desenvolvida em trabalhos posteriores, reforçando que o presente trabalho não intenta se encerrar aqui. Disso deriva também a impossibilidade de realizar um estudo aprofundado também a respeito da intervenção propriamente dita, à luz da Teoria Contemporânea da Conservação, o que também poderá ser feito em momento oportuno.

Concluiu-se, no entanto, de maneira empírica e com base no referencial teórico estudado, que a mudança de valores pode ser algo benéfico no sentido de garantir a sustentabilidade do bem e fomentar a economia local, uma vez que se pauta na Conservação Integrada. Também foi possível concluir que uma vez não ferindo a sacralidade do espaço com o uso, parte de seu valor simbólico é mantido, o que era desejável.

Conclui-se também que a participação popular é de suma importância nos processos de conservação, restauração e reabilitação, uma vez que é essa população que valora um bem e que se apropria dele, sendo, portanto, um importante ator no processo que deve ser participativo para assegurar que sua finalidade seja cumprida e que tenha um uso. Caso contrário, o bem é museificado e sua intervenção não tem finalidade. As opiniões populares ouvidas no decorrer do trabalho permitem concluir também que a população, de uma forma geral, carece de uma educação patrimonial e que aqueles que discordavam inicialmente da conversão passam a aceitá-la melhor quando compreendem um pouco do que se trata.

Uma conclusão final diz respeito ao conceito de “conservação criativa” (Lacerda, Abramo, 2020). A partir das demais conclusões, entende-se que a conservação da Igreja do Amparo, baseada nos princípios da Conservação Integrada, enquadra-se no conceito de

conservação criativa à medida em que busca preservar os valores primários do bem, ainda que abarcando novos.

Ademais, tem-se que os temas aqui tratados são bastante amplos e que foram abordados de forma não tão aprofundada, sendo este estudo um momento inicial. Dessa maneira, o trabalho que aqui se encerra não encerra, no entanto, as discussões e problemáticas do tema da inserção de novos usos em bem patrimoniais da arquitetura sacra católica, que é ainda novo no campo da conservação patrimonial, consistindo em uma pequena e inicial contribuição para sua discussão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Cláudio Silveira. **O desenho das energias, John Ruskin e as Pedras de Veneza**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 163.03, Vitruvius, dez. 2013 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.163/4994>>. Acesso em: 09 de março de 2022.

ANIMISMO. In The Oxford Languages Dictionary. Oxford University Press, 2023. Disponível em: <animismo - Pesquisa Google>. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

Após Cristãos e Muçulmanos, Sem-Religião são o Maior Grupo no Mundo. BBC Brasil. Brasília. Dezembro de 2012. Disponível em: <Após cristãos e mulçumanos, sem-religião são 3º maior grupo no mundo - BBC Brasil - Notícias>. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

As catacumbas de Roma: Um pouco da história das catacumbas. RomeMuseum.com. Museus de Roma. Disponível em: <Catacumbas de Roma - Informações Úteis - Museus do Vaticano e Roma (rome-museum.com)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

BELÉM, Euler de França. **Selexyz Dominicanen, ex-igreja, é mais bela livraria do mundo. Aberta há 16 anos, numa cidade da Holanda, a livraria é visitada por 700 mil pessoas por ano, em busca de livros e da beleza inspiradora do lugar**. *JornalOpção.com*. Imprensa. 29 de janeiro de 2022. Disponível em: <Selexyz Dominicanen, ex-igreja, é a mais bela livraria do mundo - Jornal Opção (jornalopcao.com.br)>. Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Tradução de Beatriz Mugayar Kuhl. Ateliê Editorial, Coleção Artes e Ofícios. ed. 2. 2016.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kuhl; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Ateliê Editorial (Coleção aArtes e Ofícios). ed 4. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em <Constituição (planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

CABRAL, André. **História de Alagoas - Profº André Cabral: As características da arquitetura colonial de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (Atual Marechal)**. AndreCabralHistória.blogspot.com. 05 de março de 2017. Disponível em: <As características da arquitetura colonial de Santa Maria Madalena da lagoa do sul (atual Marechal) (andrecabralhistoria.blogspot.com)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

CAMARA, Pedro Silveira; PAIVA, Gabriela dos Santos; ROSA E SILVA, Sofia Carderelli. **Camillo Boito, o Teórico Moderado do Restauro**. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 19, n. 218.02, Vitruvius, fev. 2020. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/19.218/7636>>. Acesso em: 25 de março de 2022.

Carta de Machu Picchu. Encontro Internacional de Arquitetos, Machu Picchu, 1997. Disponível em < Microsoft Word - CP2 - Carta de Machu Picchu 1977.doc (iphan.gov.br)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Carta de Veneza - Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. Veneza, ICOMOS, 1964. Disponível em: <Microsoft Word - CP2 - Carta de Veneza 1964.doc (iphan.gov.br)>. Acesso em: 12 de março de 2022.

Carta de Washington. ICOMOS, Washington, 1986. Disponível em < Microsoft Word - CP2 - Carta de Washington 1986.doc (iphan.gov.br) >. Acesso em: 27 de maio de 2022.

Carta do Turismo Cultural. ICOMOS, Bruxelas, 1976. Disponível em <Microsoft Word - CP2 - Carta de Turismo Cultural 1976.doc (iphan.gov.br)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **As Cartas de Atenas: análise sobre a contribuição do movimento moderno para as diretrizes internacionais e nacionais de preservação do patrimônio cultural**. 8º Seminário Docomomo Brasil. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <UNIVERSIDADE DE SO PAULO (docomomobrasil.com) >. Acesso em: 30 de maio de 2023.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70 Lda., 2014.

Compromisso de Brasília. I Encontro de Estado, Secretários Estaduais e Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representações de Instituições Culturais. Brasília, U.F. 1970. Disponível em <(Microsoft Word - CP2 - Compromisso de Bras\355lia 1970.doc) (iphan.gov.br)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Conheça Igrejas Centenárias que viraram cervejaria, livrarias e boate: Restaurados, templos religiosos de até 700 anos atrás abrigam negócios. Estabelecimentos laicos preservam bancos, vitrais, confessionários e altar. G1.com. 10 de novembro de 2013. Turismo e Viagem. Disponível em: <G1 - Conheça igrejas centenárias que viraram cervejaria, livrarias e boate - notícias em Turismo e Viagem (globo.com)>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, UNESCO, 2003. Disponível em <(Microsoft Word - Conven\347\343o do Patrim\364nio Imaterial 2005.doc) (iphan.gov.br)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração: Diálogos entre Teoria e Prática no Brasil nas Experiências do IPHAN**. 2010. Tese (Doutorado). Curso de Arquitetura e Urbanismo. USP. São Paulo, 2010. Disponível em: <tese_completa.pdf (usp.br)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Declaração de Amsterdã. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu / Conselho da Europa. Amsterdã, 1975. Disponível em: <(Microsoft Word - CP2 - Declara\347\343o de Amsterd\343 1975.doc) (iphan.gov.br)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Declaração de Sófia. ICOMOS, Sófia, 1996. Disponível em <(Microsoft Word - CP2 - Declara\347\343o de Sofia 1996.doc) (iphan.gov.br) >. Acesso em: 20 de março de 2022.

Documento de Nara: Conferência sobre Autenticidade em Relação a Convenção do Patrimônio Mundial. Nara, UNESCO, ICCROM, ICOMOS, 1994. Disponível em: <(Microsoft Word - CP2 - Confer\352ncia de Nara 1994.doc) (iphan.gov.br)>. Acesso em: 12 de março de 2022.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A essência das religiões**. 4º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes (Coleção Biblioteca do Pensamento Moderno), 2018.

FEILDEN, Bernard; JOKILEHTO, Jukka. **Manual para el Manejo de los Sitios Culturales del Patrimonio Mundial**. ICCROM / UNESCO / ICOMOS. Instituto Colombiano de Cultura - Colcultura, 1993.

FERNANDES, Ana Veronica Cook; BAETA, Rodrigo Espinha. **A Questão do Uso e do Reuso em Alguns Juízos Teórico-críticos sobre o Restauro**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 246.07, Vitruvius, nov. 2020. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.246/7958>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **O Partido Triádico enquanto Indutor da Colonização Religiosa: Análise Espacial e de Festejos Tradicionais em Marechal Deodoro -Alagoas**. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007.

FERREIRA, Sthefane; SOUTO, Antônio Carlos. **Marechal será a 1ª cidade do Brasil a ter biblioteca pública em uma Igreja**. *CorreiodosMunicípios.al.com*. 19 de dezembro de 2019. Cultura. Disponível em: <Marechal será a 1ª cidade do Brasil a ter biblioteca pública em uma Igreja - Correio dos Municípios - Alagoas (correiodosmunicipios-al.com.br)>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

FRONTODONA, Marc; HIROSHI, Marcos. **Kaos Temple, novo local de peregrinação do Skate: Danny Leon e seu skate inauguram a espetacular obra de Okuda na Igreja do Skate em La Llanera**. *RedBull.com*. 29 de março de 2017. Skate. Disponível em: <G1 - Conheça igrejas centenárias que viraram cervejaria, livrarias e boate - notícias em Turismo e Viagem (globo.com)>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

GOMBRICH, E. H. **História da Arte**. 16º ed. LTC, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **A Sentença nietzschiana “Deus está morto”**. *Natureza Humana*, v. 5, n. 2, p. 471-526, jul./dez. 2003.

HOLMES, Derek. BICKERS, Bernard W. **História da Igreja Católica**. 1º ed. Lisboa. The Continuum International Publishing Group, 2021.

Igreja histórica de Marechal Deodoro será restaurada para se tornar biblioteca pública. *G1.com*. 12 de dezembro de 2019. Disponível em: <Igreja histórica de Marechal

Deodoro será restaurada para se tornar biblioteca pública | Alagoas | G1 (globo.com)>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <IBGE | Cidades@ | Brasil | Pesquisa | Censo | Amostra - Religião>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Marechal Deodoro**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/marechal-deodoro>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

JOBSON, Christopher. **A 100-Year-Old Church in Spain Transformed into a Skate Park Covered in Murals by Okuda San Miguel**. ThisisColossal.com. Art and Design. 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <A 100-Year-Old Church in Spain Transformed into a Skate Park Covered in Murals by Okuda San Miguel — Colossal (thisiscolossal.com)>. Acesso em: 09 de março de 2022.

KUHL, Beatriz Mugayar. **A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico**. São Paulo. Revista CPC, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007.

LACERDA, Norma. **Valores dos Bens Patrimoniais**. In LACERDA, Norma e ZANCHETI, Sílvio (org.) Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2012.

LACERDA, Norma; ABRAMO, Pedro. **O mercado de aluguel de imóveis comerciais e de serviços em centros históricos brasileiros: implicações da conservação inovadora e da destruição aniquiladora nos preços dos bens patrimoniais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 22, e202027, 2020. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR.

LAPA, Tomás. **Controle da Gestão da Conservação**. In LACERDA, Norma e ZANCHETI, Sílvio (org.) Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2012.

LIMA, Fernando. **Separação entre Igreja e Estado**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 6, n. 52, 1 nov. 2001. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2320>>. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

LOPES, Paulo. **Nos EUA, igrejas vendem 6.800 templos para o comércio em cinco anos**. Paulopes.com. 17 de setembro de 2019. Disponível em: <Nos EUA, igrejas vendem 6.800 templos para o comércio em cinco anos (paulopes.com.br)>. Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

MAGALHÃES, Ana Cláudia. **Igrejas, Conventos, Cemitérios: O Lugar dos Mortos configurando a Paisagem Urbana de Marechal Deodoro, Alagoas**. Tese (Doutorado). Curso de Arquitetura e Urbanismo - UFAL, 2018.

Marechal Deodoro (AL). IPHAN. Conjuntos Urbanos Tombados. 2022. Disponível em: <Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

MASON, Randall. **Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices**. In TORRE, Marta de la (org.) *Assessing the Values of Cultural Heritage: Report Research*. Los Angeles. Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em <Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report (getty.edu)>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

MASON, Randall. **Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance"**. In *Places, a Forum of Environmental Design*. vol. 16, 2004. Disponível em <PLAC1601_01-80 (placesjournal.org)>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

MEDEIROS, Pe. Inácio. **Catacumbas protegem cristãos e se tornam lugares de culto**. A12redação.com. 20 de fevereiro de 2020. Páginas de História da Igreja. Disponível em: <Catacumbas protegem cristãos e se tornam lugares de culto - A12.com>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

MUNIZ, Anne Caroline de Almeida. **A Autenticidade nas Recomposições Arquitetônicas: Discutindo a Normatização de Marechal Deodoro/AL**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

NIGHTWISH, **Endless Forms Most Beautiful**. Eno: Nuclear Blast: 2015. CD. (5:40).

Normas de Quito. Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico. O. E. A. - Organização dos Estados Americanos. Quito, 1967. Disponível em <Microsoft Word - CP2 - Normas de Quito 1967.doc (iphan.gov.br)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Obras do PAC Cidades Históricas - Marechal Deodoro (AL). IPHAN. PAC Cidades Históricas. 2022. Disponível em: <Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O idealismo de Viollet-le-Duc.** *Resenhas Online*, São Paulo, ano 08, n. 087.04, Vitruvius, mar. 2009 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.087/3045>>. Acesso em: 22 de março de 2022.

Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. UNESCO; WHC. 2021.

PEDROSA, Patrícia. **Significância Cultural como Critério para Conservação do Patrimônio Mundial.** 2011. Tese (Mestrado). Curso de Arquitetura e Urbanismo. UFPE. Recife, 2011. Disponível em: <Dissertação de Mestrado (icomos.org)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade Histórica de Marechal Deodoro - AL. BNDS; IPHAN; MinC; Governo de Alagoas; Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro. 2009. Disponível em: <Marechal deodoro Patrimônio Nacional (iphan.gov.br)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

POLETO, Sálua Kairuz Manoel. **Referências europeias de arquitetura e urbanismo nas origens da produção de habitação de interesse social no Brasil (1930 – 1964).** 2011. Tese (Doutorado). Curso de Arquitetura e Urbanismo. USP. São Paulo, 2011. Disponível em: <Referências europeias de arquitetura e urbanismo nas origens da produção de habitação... (usp.br)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

Recomendação de Nairóbi. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Nairóbi, 1976. Disponível em <(Microsoft Word - CP2- Recomenda\347\343o de Nair\363bi 1976.doc) (iphan.gov.br) >. Acesso em: 27 de maio de 2022.

Religião na Espanha. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Religi%C3%A3o_na_Espanha&oldid=65044002>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022..

Religious Adherents: United States and Global. DiversityResouces.com. 13 de janeiro de 2023. Disponível em: <Religious Adherents: United States and Global - Diversity Resources>. Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

Restauo da Igreja Nossa Senhora do Amparo tem início em Marechal Deodoro (AL). CadaMinuto.com. Notícias. 13 de dezembro de 2019. Disponível em: <Restauo da Igreja Nossa Senhora do Amparo tem início em Marechal Deodoro (AL) (cadaminuto.com.br)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. **A Igreja: Espaço Sagrado Reorganizador do Mundo.** 2006.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem.** 1º ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROBSON, Euan McCartney. **Durham Cathedral.** SmartHistory.com. 09 de abril de 2021. Disponível em: <Durham Cathedral – Smarthistory>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano.** In KUHL, Beatriz Mugayar (org.) Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos. São Paulo. Ateliê Editorial (Coleção Artes e Ofícios). ed. 1. 2013.

SECULARIZAÇÃO. In The Oxford Languages Dictionary. Oxford University Press, 2023. Disponível em: <secularização significado - Pesquisa Google>. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

SIGNIFICADOS. O que é integridade. Disponível em: <Significado de Integridade (O que é, Conceito e Definição) - Significados>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

TICIANELI. **As irmandades de pretos e pardos de Maceió.** HistóriadeAlagoas.com. Memória, opinião, personalidades. 29 de agosto de 2022. Disponível em: <As irmandades dos pretos e pardos de Maceió – História de Alagoas (historiadealagoas.com.br)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

TICIANELI. **Religião e Racismo: a discriminação racial em Alagoas.** História de Alagoas.com. Memória, opinião, personalidades. 11 de março de 2016. Disponível em: <Religião e Racismo: a discriminação racial em Alagoas – História de Alagoas (historiadealagoas.com.br)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

Valencia, Nicolás. "**Kaos Temple: Campanha para levar arte a uma igreja convertida em pista de skate**" [Kaos Temple, un crowdfunding para cubrir de arte esta iglesia convertida en skatepark] 05 Nov 2015. ArchDaily Brasil. (Trad. Baratto, Romullo) Disponível em: <Kaos Temple: Campanha para levar arte a uma igreja convertida em pista de skate | ArchDaily Brasil>. Acesso em: 26 de agosto de 2022.

VENUTI, Giuseppe Campos. **Urbanismo y Austeridad.** Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1981.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría Contemporánea de la Restauración.** 1º ed. Madrid, España. Editorial Síntesis, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Tradução de Beatriz Mugayar Kuhl. Ateliê Editorial (Coleção Artes e Ofícios). ed. 4. 2013.

Visitar as catacumbas de São Calixto na Via Ápia Antiga. Romapra voce.com. 23 de junho de 2016. Dicas de Roma. Disponível em: <Visitar as Catacumbas de São Calixto na Via Ápia Antiga | Roma Pra Você (romapra voce.com)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação Integrada e Planejamento Urbano: Uma Revisão.** Cadernos de Estudos Sociais. Recife. Vol. 19, N° 1, p. 107-124, jun-jul, 2003.

ZANCHETI, Sílvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone; RIBEIRO, Cecília; AGUIAR, Bárbara. **Judgement and Validation in the Burra Charter Process: Introducing Feedback in Assessing the Cultural Significance of Heritage Sites.** City and Time (online), 4 (2): 5. 2009. Disponível em: <(99+) Judgement and Validation in the Burra Charter Process: Introducing Feedback in Assessing the Cultural Significance of Heritage Sites | Silvio Zancheti and Cecilia Ribeiro - Academia.edu>. Acesso em: 20 de março de 2022.

ZANCHETI, Silvio Mendes; LACERDA, Norma. **A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do Caso do Bairro do Recife.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 1, p 8-24, jan-mar 1999.

ZANCHETI, Sílvio; LAPA, Tomás. **Conservação Integrada: Evolução Conceitual**. In LACERDA, Norma e ZANCHETI, Sílvio (org.) Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2012.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ZUBER, Valentine. **A laicidade republicana em França ou os paradoxos de um processo histórico de laicização (séculos XVIII-XXI)**. *MIDAS* [Online], 1. Disponível em: <A laicidade republicana em França ou os paradoxos de um processo histórico de laicização (séculos XVIII-XXI) (openedition.org)>. Acesso em: 08 de abril de 2022.